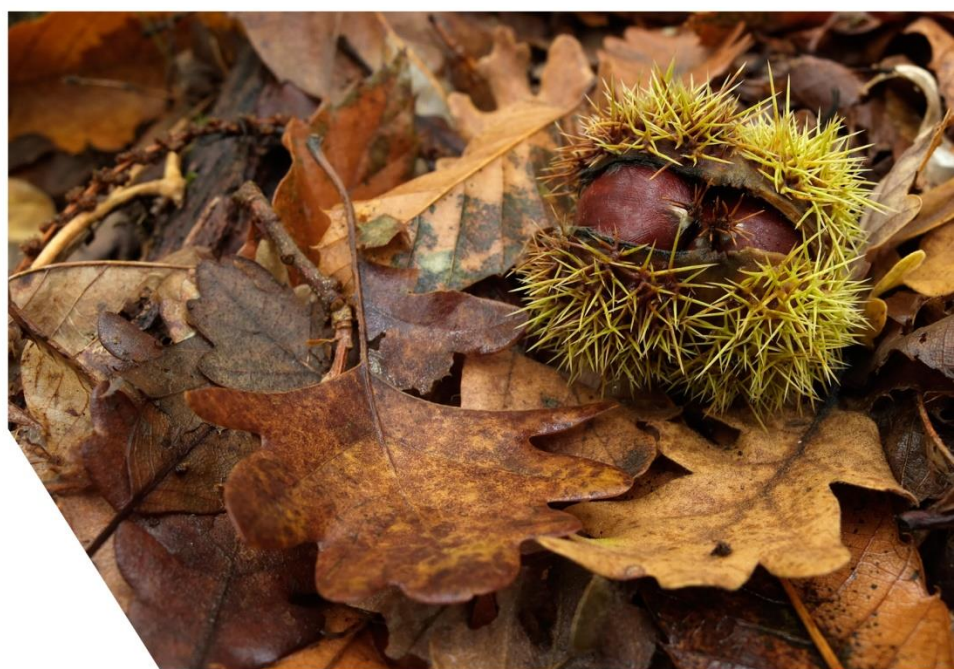




Bragança
Município



Relatório e Contas 2014

Índice

Aconteceu em 2014	9
Indicadores Chave de Atividade	11
Mensagem do Presidente	12
Estratégia em Ação	16
Estrutura de Gestão	18
Enquadramento Macroeconómico	19
Responsabilidade Corporativa	20
Linhas de Orientação, em 2014	25
Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão	25
Coesão Social	30
Educação	30
Saúde	33
Ação Social	34
Ambiente e Sustentabilidade	41
Cultura	55
Desporto e Juventude	69
Desenvolvimento Económico e Competitividade	75
Agricultura, pecuária caça e pesca	76
Promoção económica e turismo	77
Iluminação pública, telecomunicações e energia	83
Mobilidade	91
Reabilitação Urbana	99
Evolução Financeira	102
Análise da Execução Orçamental	102
Análise Global do Orçamento Inicial, Final e Executado do ano 2014	103
Fluxos de Caixa	104
Saldo da Gerência	106
Equilíbrio Orçamental	107
Execução do Orçamento das Receitas	110

Evolução das Receitas Totais	112
Evolução das Receitas Correntes	112
Evolução das Receitas de Capital	114
Estrutura das Receitas Totais	116
Evolução das Despesas Totais	118
Evolução das Despesas Correntes	119
Evolução das Despesas de Capital	121
Despesas por Unidade Orgânica	123
Execução das Grandes Opções do Plano	125
Rácios e Indicadores Orçamentais	128
 Endividamento	 130
Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazos	131
Dívida Total	133
Análise da Situação Económica e Financeira	135
Estrutura do Ativo	139
Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo	141
Acréscimos e Diferimentos	143
Demonstração de Resultados	144
Resultados Operacionais	144
Resultados Financeiros	145
Resultados Extraordinários	146
Rácios	146
 Proposta de Aplicação de Resultados	 150
 Factos relevantes após o termo do exercício	 151
 Recursos Humanos	 152
 Anexos	 167

Índice de gráficos

Gráfico 1: Número de atendimentos por meses, 2014	28
Gráfico 2: Atendimentos no Balcão Único, 2013 e 2014.....	28
Gráfico 3: Trabalhos executados no setor de águas, 2014	43
Gráfico 4: Índice da qualidade de água no Concelho de Bragança	45
Gráfico 5: Trabalhos executados no setor de saneamento, 2014	47
Gráfico 6: Evolução da área de espaços verdes.....	49
Gráfico 7: Evolução das inumações nos cemitérios municipais	52
Gráfico 8: Recolha Indiferenciada, 2002-2014.....	53
Gráfico 9: Evolução das capturas de animais (2011/2014).....	54
Gráfico 10: Ocupação dos equipamentos desportivos, 2014	70
Gráfico 11: Participantes no projeto “Desporto sénio no meio rural”, 2014	71
Gráfico 12: Evolução do n.º de atendimentos no	82
Gráfico 13: Evolução do custo com comunicações, incluindo acesso informático em fibra (2009/2014).....	84
Gráfico 14: Evolução do custo do consumo de energia em	85
Gráfico 15: Evolução dos consumos de energia elétrica (baixa tensão) no concelho de Bragança, em Kwh (2008/2014).....	86
Gráfico 16: Evolução do custo com a eletricidade nas escolas do ensino básico do Concelho de Bragança (2010/2014)	87
Gráfico 17: Evolução do custo com a eletricidade nas infraestruturas “edifícios em baixa tensão” (2010/2014)	87
Gráfico 18: Evolução do custo com a eletricidade nas	88
Gráfico 19: Distribuição da fatura de electricidade.....	88
Gráfico 20: Evolução dos custos com gás natural (2009/2014)	89
Gráfico 21: Distribuição da fatura de gás natural.....	89
Gráfico 22: Produção das Centrais Hidroelétricas (2010/2014)	90
Gráfico 23: Evolução da Produção das Centrais Hidroelétricas (2010/2014).....	90
Gráfico 24: Evolução do nº de passageiros e movimentos de aeronaves (2009/2014).....	93
Gráfico 25: Evolução da procura do STUB (2009-2014).....	95
Gráfico 26: Evolução da despesa do STUB (2009-2014).....	96
Gráfico 27: Evolução da procura nos Parques Subterrâneos.....	97

Gráfico 28: Evolução das Receitas e das Despesas com Estacionamento Condicionado (2009/2014)	98
Gráfico 29: Evolução das receitas correntes e de capital, no período 2012 a 2014	112
Gráfico 30: Comportamento das Receitas Correntes, no período 2012-2014	114
Gráfico 31: Origens das receitas, 2014	117
Gráfico 32: Evolução das despesas correntes e de capital, no período 2012-2014	118
Gráfico 33: Estrutura das despesas de capital (%), 2014	122
Gráfico 34: Repartição da despesa por unidade orgânica, no ano de 2014	124
Gráfico 35: Evolução do Balanço no período 2013-2014	139
Gráfico 36: Estrutura do ativo no ano de 2013	141
Gráfico 37: Estrutura do Ativo no ano de 2014	141
Gráfico 38: Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no ano de 2013	142
Gráfico 39: Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no ano de 2014	142
Gráfico 37: Efetivos segundo relação jurídica de emprego público,	161
Gráfico 38: Efetivos segundo o gênero, em 31 de dezembro de 2014	161
Gráfico 39: Evolução da taxa de absentismo, a 31 de dezembro 2014	162

Índice de quadros

Quadro 1: Atendimentos por mês e área, 2014.....	28
Quadro 2: Programa de Generalização das Refeições Escolares	30
Quadro 3: Fornecimento de suplementos alimentares	31
Quadro 4: Atribuição de Manuais Escolares.....	32
Quadro 5: Sessões na Escola Fixa de Trânsito.....	32
Quadro 6: Dia Mundial da Criança e prendas de Natal.....	33
Quadro 7: Dados de Atividades de Âmbito Social.....	40
Quadro 8: N.º de visitantes do CACGM, por nacionalidade (2014).....	58
Quadro 9: Dados comparativos anuais dos espetáculos do TMB.....	64
Quadro 10: N.º de utilizadores anuais das bibliotecas.....	65
Quadro 11: Mapa de Controlo Orçamental Resumido referente ao ano de 2014.....	103
Quadro 12: Mapa de Fluxos de Caixa no ano de 2014.....	104
Quadro 13: Estrutura da Execução Orçamenta no ano de 2014.....	105
Quadro 14: Saldo Corrente no ano de 2014.....	106
Quadro 15: Saldo Orçamental do ano de 2014.....	107
Quadro 16: Saldo Efetivo no ano de 2014.....	107
Quadro 17: Demonstração da Regra do Equilíbrio Orçamental no ano de 2014.....	108
Quadro 18: Cálculo da Redução do endividamento.....	109
Quadro 19: Estrutura do Orçamento da Receitas no ano de 2014.....	111
Quadro 20: Evolução das Receitas Correntes por Classificação Económica no período 2012-2014.....	113
Quadro 21: Evolução das Receitas de Capital por Classificação Económica no período 2012-2014.....	115
Quadro 22: Principais Apoio Comunitários e Outros no ano de 2014	115
Quadro 23: - Estrutura das Receitas Totais por Tipo de Financiamento no período 2012-2014.....	116
Quadro 24: Estrutura do Orçamento das Despesas no ano de 2014	117
Quadro 25: Evolução das Despesas Correntes por Classificação Económica no período 2012-2014.....	119
Quadro 26: Evolução das Despesas de Capital por Classificação Económica no período 2012-2014.....	121

Quadro 27: Estrutura da Despesa Total paga em relação à aquisição de bens de investimento, transferências de capital e ativos Financeiros no período 2012-2014..	123
Quadro 28: Fontes de financiamento da aquisição de bens de investimento no período 2012-2014	123
Quadro 29: Repartição das Despesas por Classificação Orgânica no ano de 2014.....	124
Quadro 30: Resumo da execução orçamental das Grandes Opções do Plano no ano de 2014	125
Quadro 31: Desagregação execução das despesas nas.....	126
Quadro 32: Rácios de Estrutura e Financeiros.....	128
Quadro 33: Indicadores Financeiros e de Estrutura	129
Quadro 34: Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2012-2014.....	131
Quadro 35: Dívida Total da Autarquia a 31 dezembro 2014.....	134
QUADRO 36: Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético	137
Quadro 37: Estrutura e evolução da Dívida de Terceiros no período 2012-2014.....	140
Quadro 38: Composição dos Acréscimos e Diferimentos no ano de 2014.....	143
Quadro 39: Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2013-2014.....	144
Quadro 40: Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais	145
Quadro 41: Evolução e Estrutura dos Rácios	147
Quadro 39: Evolução das Despesas com o Pessoal	154
Quadro 40: Evolução das admissões de trabalhadores.....	157
Quadro 41: Evolução das admissões de trabalhadores por carreira.....	158
Quadro 42: Saída de colaboradores.....	158
Quadro 43: Evolução do Pessoal em exercício de funções.....	159
Quadro 44: Efetivos segundo a relação jurídica de emprego público e género.....	160
Quadro 45: Absentismo em número de dias	162
Quadro 46: Ações de formação e cursos.....	164
Quadro 47: Participação em ações de formação e cursos, por carreira.....	164
Quadro 48: Estágios curriculares realizados no Município, 2014.....	165

Aconteceu em 2014

25 de janeiro	Encontro Bragança e a Comunidade Internacional
31 de janeiro	10.º aniversário do Teatro Municipal de Bragança
20 de fevereiro	Comemoração dos 550 anos de Bragança Cidade
21 a 23 de fevereiro	Festival do Butelo e das Casulas realiza-se, pela primeira vez, no Centro Histórico de Bragança
25 de março	Assinatura de protocolo de colaboração com a Diocese Bragança-Miranda, com vista à promoção e divulgação do património religioso
25 de abril	Comemoração dos 40 anos de Liberdade. Inauguração das obras de alargamento e pavimentação do Caminho Municipal 1204 de Labiados. Apresentação do livro em banda desenhada "Tratado de Babe"
30 de abril	1.º aniversário do Balcão Único de Atendimento
1 de maio	Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança
2 a 4 de maio	Feira das Cantarinhas regressa ao Centro Histórico de Bragança. Milha das Cantarinhas
2 de junho	Comemoração do Dia da Criança, com ida ao circo de 2.200 crianças
11 a 14 de junho	Artes e Livros
junho, julho e setembro	Banca na Praça, no Centro Histórico
13 de julho	Encontro de Gerações
1 de agosto	Inauguração da Estrada Municipal 542 – Coelhooso ao Rio Sabor.
5 a 12 de agosto	Semana da Juventude de Bragança, realizada pela primeira vez,



com um programa diversificado. Instalação do Conselho Municipal de Juventude de Bragança, no dia 12 de agosto

28 de julho a 22 de agosto	Verão na Praça (28 julho a 13 agosto). Festa da História (14 a 17 de agosto), no recinto do Castelo de Bragança e Festas de Bragança no Parque Eixo Atlântico (18 a 21 de agosto)
30 de setembro	Aprovada, pela Assembleia Municipal de Bragança, a Área de Reabilitação Urbana de Bragança
30 de out. a 2 de nov.	Norcaça, Norpesca e Norcastanha
8 de novembro	Comemorações da solene concessão do título de Basilica Menor à Igreja-Santuário de Santo Cristo de Outeiro e comemoração dos 500 anos de atribuição de foral à Vila de Outeiro
19 de novembro	Atribuição ao Município de Bragança, do selo de qualidade exemplar de água para consumo humano em 2014, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
12 de dezembro	Ceia de Natal do Município
6 de dezembro 2014 a 6 de janeiro 2015	Bragança, Terra Natal e de Sonhos



Indicadores Chave de Atividade

47 350	12 667	27 398
Atendimentos no Balcão Único (n.º)	Visitantes do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (n.º)	Atendimentos no Posto de Turismo Municipal (n.º)
479 725	25 435	192 840
Espaços verdes (m2)	Espetadores do Teatro Municipal Bragança (n.º)	Passageiros do Serviço de Transportes Urbano - STUB (n.º)
14 691	8 318	429 635
Recolha indiferenciada resíduos sólidos (ton.)	Visitantes Museu Ibérico da Máscara e Traje (n.º)	Km's percorridos pelo Serviço de Transportes Urbano
505	25 281	217 585
Atendimentos Sociais (n.º)	Utilizadores das Bibliotecas Municipais (n.º)	Veículos nos parques de estacionamento subterrâneo (n.º)
775 278	1 256	1 320 921
Apoios Sociais Escolares (€)	Pedidos entrados na área do urbanismo (n.º)	Consumo da iluminação pública (€)
2 624 969	25 402	92,6
Consumo de água abastecida pela rede pública (m3)	Clientes de água (n.º)	População servida por estações de águas residuais (%)



Mensagem do Presidente



Numa sociedade interventiva e atenta, os cidadãos têm o dever legítimo de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los. Por seu lado, os governantes têm a obrigação de prestar contas aos cidadãos que os escolheram.

Mais importante que governar, os gestores públicos têm o dever de alcançar aquilo que Platão, Aristóteles e Cícero trataram de "o bem-comum".

É esse o nosso principal desígnio: governar para atingir o bem-comum, com confiança, responsabilidade, realismo, em diálogo e proximidade, criando valor para todos, tendo como premissa que os diferentes agentes económicos são os verdadeiros fazedores de um território e os destinatários das decisões tomadas.

Assim prosseguimos, em 2014, com a implementação de ações mobilizadoras e diferenciadoras, em quatro vetores estratégicos: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão Social; - Desenvolvimento económico e competitividade; - e Reabilitação Urbana.



No primeiro vetor, continuámos a trabalhar na modernização dos serviços municipais, com o objetivo de melhorar a eficácia, eficiência e economia das ações, e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, destacando-se, neste âmbito, os procedimentos iniciais para certificação, através do Sistema de Gestão da Qualidade (SGC), de mais dois serviços: Biblioteca e Arquivo.

Cientes de que os recursos financeiros são escassos mantivemos o rigor, contenção e disciplina orçamental, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento a fornecedores em tempo útil, contribuindo, desse modo, para a recuperação da economia.

O sucesso desta instituição advém da valorização da nossa equipa. O Município de Bragança é uma organização dinâmica e estamos empenhados em garantir que cada colaborador sente que é parte integrante do novo projeto para o Concelho.

Na área social, apoiámos as famílias mais vulneráveis e carenciadas, garantindo iguais oportunidades para todos, nomeadamente através da gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos integrados no escalão 1 e a redução de 50% para os alunos do escalão 2, do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Continuamos a contribuir para o reforço da Rede Social concelhia, apoiando a construção de equipamentos sociais, da responsabilidade das IPSS, e a realização de obras para a melhoria das condições habitacionais, tanto na cidade como no meio rural.

Promovemos várias atividades desportivas e culturais. Realizámos a primeira Semana da Juventude, com o apoio de várias entidades locais, porque acreditamos nos nossos jovens, nas suas ideias, determinação, imaginação e vitalidade, para a construção de um Concelho mais criativo, inclusivo, intelectual, inovador e participativo.

A nossa ambição é criar ações e rentabilizar o que é nosso. Promover Bragança não é apenas divulgar o património, a cultura, as nossas infraestruturas de lazer. Promover deve ser, também, potenciar a economia local: comércio, restauração e hotelaria, gerando mais riqueza e emprego para todos.

Neste âmbito, destacamos o regresso da Feira das Cantarinhas ao Centro Histórico, atraindo milhares de cidadãos de todo o País e da vizinha Espanha. Também, o Festival do



Butelo e das Casulas e a Festa da História foram um sucesso, assim como a Banca na Praça, que durante os meses de verão contou com a presença de expositores e produtores na Praça da Sé.

No final do ano “Bragança, Terra Natal e de Sonhos” deu mais vida ao Centro Histórico.

Com estas iniciativas o Centro Histórico revitalizou-se. A cidade animou-se. Os brigantinos sentiram orgulho. O turismo, principalmente o de proveniência espanhola, cresceu e a economia local acompanhou esse desempenho.

No quarto e último pilar, destacamos a criação da Área de Reabilitação Urbana, com 64 ha, que permitirá revitalizar o Centro Histórico, criando novas dinâmicas de população e atividade económica para esse espaço polarizador e estruturante da cidade.

Ao nível financeiro e de um modo sintetizado refira-se os principais resultados:

- ✓ O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 92,58%;
- ✓ As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 47,54% e 105,19%, respetivamente;
- ✓ O acréscimo da receita corrente de 4,04%, ou seja, cerca de 1,06 milhões de euros, face ao ano de 2013;
- ✓ A receita de capital, inferior em 71,77% relativamente a 2013, ou seja, cerca de 7 milhões de euros, fundamentalmente com origem na variação negativa das transferências de capital (FEF de capital e apoios comunitários);
- ✓ As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 71,83% e 82,76%, respetivamente;
- ✓ As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 6,7 milhões de euros, representando um aumento face a 2013 de 1,18%, ou seja, de 80 mil euros. As despesas com pessoal representam 33,75% das despesas correntes e 25,76% das despesas totais;
- ✓ As despesas com a aquisição de bens e serviços aumentaram 2,54% comparativamente a 2013, ou seja, de 0,28 milhões de euros;
- ✓ Os juros e outros encargos decresceram, face a 2013, 4,93% (i.e. cerca de 8 mil euros), respetivamente;
- ✓ Os passivos financeiros revelam um aumento, comparativamente a 2013, de 62,51%, ou seja, cerca de 0,57 milhões de euros, justificados pela necessidade da

assunção pelo Município dos passivos financeiros da liquidação da empresa MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.M.M;

- ✓ Constatou-se que as receitas correntes superaram em 7,5 milhões de euros as despesas correntes, suportando a totalidade do investimento;
- ✓ A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 32 dias, objetivo proposto e atingido.
- ✓ A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2013, em 10,47%, ou seja, em 1,2 milhões de euros. Em 31.12.2014 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,7 milhões de euros e a dívida de curto prazo fixou-se em 3,8 milhões de euros (-34,92 % face a 2013). Sem o efeito da incorporação do Fundo de Apoio Municipal a redução global da dívida a terceiros seria de 23,30%;
- ✓ O cumprimento do limite da dívida face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível de 8,3 milhões de euros;
- ✓ Em termos patrimoniais, o Balanço da autarquia sofreu um incremento global de 12,1 milhões de euros, ou seja, de 5,79% face a 2013;
- ✓ O resultado líquido do exercício económico de 2014 é de 2,45 milhões de euros;

Por último deixo uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores e dirigentes do Município pela atitude de elevado sentido de responsabilidade manifestada, assim como a todos os agentes que interagem com esta instituição: Presidentes de Junta/União de Freguesias, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do Concelho, sempre com uma atitude positiva na defesa dos reais interesses das populações; Instituições com as quais mantivemos uma relação de proximidade; prestadores de serviços e fornecedores de bens; e empresas.

Bragança, 20 de abril de 2015.

Hernâni Dias

Presidente da Câmara Municipal de Bragança

Estratégia em Ação



A Nossa Missão é promover e assegurar a melhor qualidade de vida à população do Concelho de Bragança, através de ações inovadoras, sustentáveis e de desenvolvimento integrado.

A Nossa Visão é transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma marca própria forte, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica.

Os Nossos Princípios

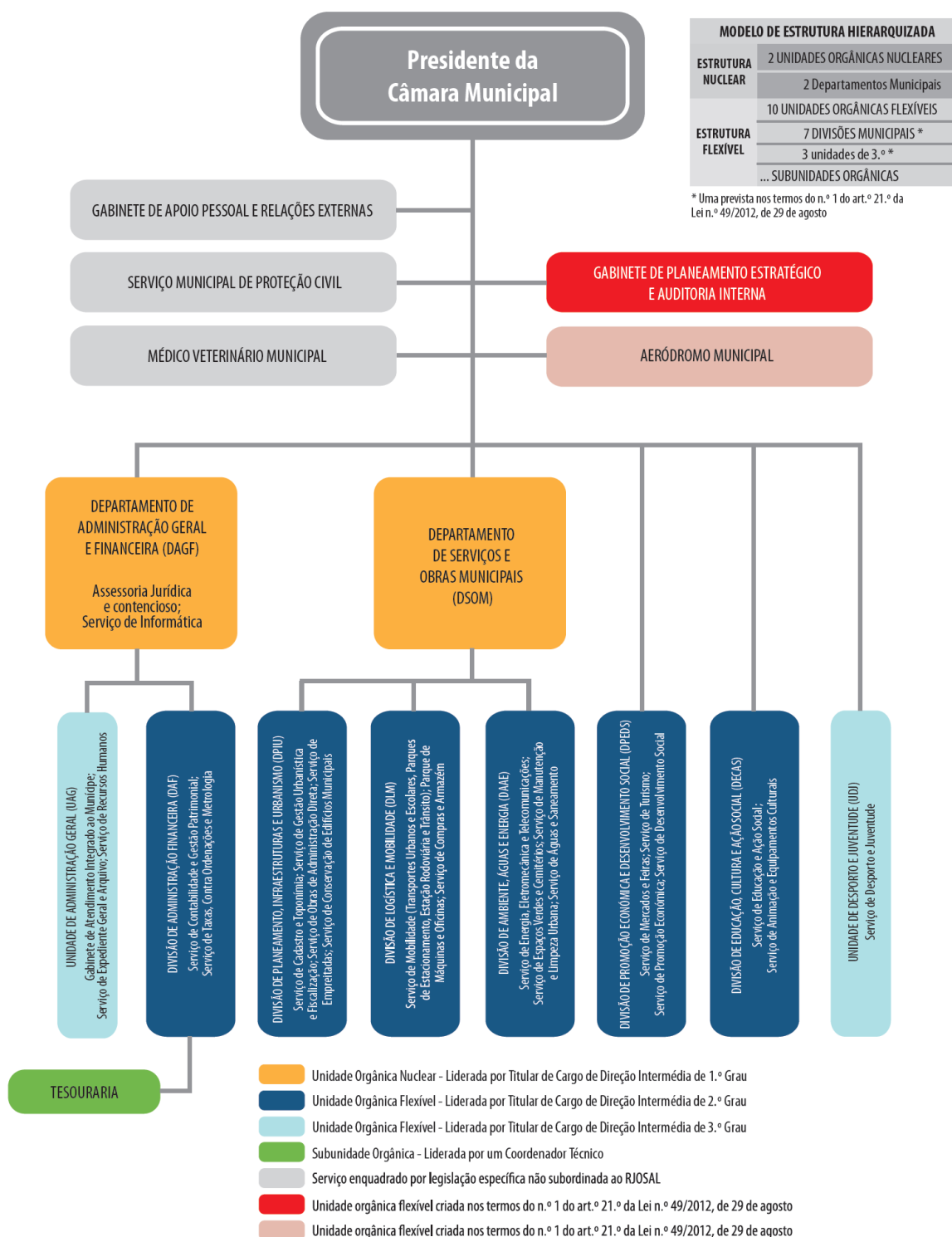
- ✓ Princípio da universalidade e da centralidade nas pessoas;
- ✓ Princípio do desenvolvimento do conhecimento e das competências dos recursos humanos municipais.
- ✓ Princípio da responsabilização;
- ✓ Princípio da cooperação e desenvolvimento de relações de parceria;
- ✓ Princípio da inovação na gestão;
- ✓ Princípio da eficiência, eficácia, economia e equidade na utilização dos recursos;
- ✓ Princípio do diálogo, participação e proximidade da administração ao cidadão/município;

Os Nossos Valores



Acreditamos, com orgulho e confiança, na capacidade dos brigantinos em fazer mais e melhor, em prol da construção de um Concelho mais justo, solidário, inclusivo, participativo, inovador e inteligente.

Estrutura de Gestão



Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa mostrou sinais modestos de recuperação em 2014, após vários anos de estagnação económica.

O PIB aumentou 0,9% (-1,6% em 2013), sendo a primeira variação positiva registada desde 2010, suportada por uma aceleração da procura interna.

Sustentado por uma melhoria da confiança dos consumidores, o consumo privado registou um aumento de 2,1% em 2014, mais 3,6 p.p. do que em 2013, com os Bens duradouros e não duradouros a apresentarem um contributo de 1 p.p. cada (0,1 e -1,6 p.p. respetivamente em 2013).

A inflação (Índice de Preços no Consumidor) foi negativa em - 0,28%. De um modo geral, a UE enfrenta riscos crescentes de deflação, trazendo novos desafios aos governos e empresas.

A Taxa de Desemprego do quarto trimestre de 2014 situou-se nos 13,5%, levando a que a média anual se situasse nos 13,9%, 2,3 p.p. abaixo do valor de 2013. No mesmo período, o Emprego cresceu 0,5%, uma desaceleração face aos 2,1% do trimestre precedente. Em termos anuais, o Emprego cresceu 1,6%.

Na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da administração local apresentou um excedente de 392,8 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por: - uma diminuição da receita total em 1,3%, em consequência da redução das transferências de capital da UE e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais. Em sentido oposto, é de referir o aumento da receita fiscal (9,9%) em resultado do crescimento do IMT e do IMI que cresceram 32,2% e 9,5%, respetivamente; e, uma diminuição da despesa total em 7,7%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da aquisição de bens de capital (-28,9%), da aquisição de bens e serviços (-1,3%), das transferências de capital (-21,1%) e da despesa com pessoal (-0,3%). A despesa apresenta uma diminuição de 3,2%.

Responsabilidade Corporativa

Temos um compromisso com os brigantinos: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, a qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pelas nossas diferentes atividades, ações e projetos.

A nossa tomada de decisão e as nossas interações com os stakeholders têm em consideração os melhores princípios sociais, ambientais e de governação, prosseguindo a melhoria do desempenho organizacional, num quadro de ética e eficiência.

O Município de Bragança, no âmbito do quadro de competências, constitui-se estrategicamente como um agente de desenvolvimento territorial, mobilizador de vontades e de parcerias.

Assim, e porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar, a nossa atuação é pautada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável de Bragança, através da cooperação e diálogo com todos os agentes económicos, no sentido de ser estimulada a criação de riqueza e de emprego, garantindo igualdade de oportunidades e bem-estar para todos.



Valorizar os colaboradores

Cientes de que o profissionalismo, dedicação, experiência e talento dos colaboradores são os alicerces do sucesso desta Instituição, tornando-a diferenciadora e mais competitiva, procura-se promover o melhor ambiente de trabalho possível, para que cada um se sinta como se na própria casa estivesse.

A nossa equipa em 2014:

365 colaboradores

95% de colaboradores com contrato por tempo indeterminado

451 exames médicos realizados a colaboradores

69 participações em ações de formação externa (+ 81,58% que em 2013)

516 horas de formação externa

31 estágios curriculares



Promovemos a formação dos colaboradores, atualizando e reforçando as suas competências profissionais e humanas.

São promovidas medidas de prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde, higiene e segurança dos colaboradores.

Estimulamos o reforço das relações interpessoais entre os colaboradores, através da realização de eventos geradores de convívio e confraternização, destacando-se neste âmbito a tradicional Ceia de Natal da Instituição.

Nessa Ceia é atribuída uma Medalha e Diploma aos colaboradores com 30 anos de serviço na Instituição e homenageados os aposentados durante o ano.

Esta distinção pretende marcar, de forma positiva, o tempo ao serviço do Município de Bragança e a colaboração, dedicação e sentido de responsabilidade para a implementação das políticas de crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho, a favor da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos.



No dia Internacional da Mulher, 8 de março, foram homenageadas as colaboradoras da Instituição, através de oferta de uma flor, como reconhecimento pela dedicação e espírito de bem-fazer nesta “Casa”.

Ambiente: uma prioridade constante

Pretendemos a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, assente no conhecimento, na inovação e focado no ambiente, no sentido de tornar Bragança numa ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, valorizando os seus recursos endógenos.

Bragança está apostada, por razões de sustentabilidade futura do Planeta, em assumir a sua quota-parte em termos de contributo para a redução de emissões de CO₂, para a eficiência energética e a utilização e produção de energia renovável, através da implementação de projetos e ações que contribuam para a melhoria do meio ambiente.

Sabemos que os recursos do Planeta não são ilimitados, que o crescimento da população, associado ao aumento do poder de compra dos cidadãos, em particular das economias emergentes, pressionam muito a procura de recursos como a água, os alimentos, a energia e outras matérias-primas fundamentais ao progresso e inovação e que a atividade humana altera o equilíbrio ambiental, com consequências negativas cada dia mais evidentes ao nível das alterações climáticas, pelo que é uma obrigação de todos pensar o futuro, no qual as cidades têm um papel decisivo.



Trabalhar com e para a Comunidade

No Município de Bragança, sabemos que podemos fazer a diferença na nossa comunidade, e, como tal, assumimos este desígnio com grande sentido de responsabilidade.

Em 2014, o Município de Bragança aderiu ao Consórcio para a Economia Cívica de Bragança, constituída por dez entidades do concelho que estão dispostas a falar a uma só voz para resolver os problemas regionais.

Para promover e investir estes recursos na configuração de respostas inovadoras e economicamente sustentáveis para os problemas complexos com que nos confrontamos a nível nacional, consideramos que é fundamental criar, a nível local, novas formas de colaboração entre as instituições - públicas, privadas e da economia social - e a Cidadania. Neste sentido, o Município de Bragança, à semelhança dos outros parceiros do Consórcio para a Economia Cívica, promoveu a criação em Bragança de uma Comunidade para a Economia Cívica. Esta Comunidade - que irá agregar as principais instituições públicas, privadas e da economia social de Bragança - irá desenvolver um Programa de Trabalho cujo objetivo é identificar, caracterizar e selecionar as necessidades, problemas e desafios sociais com que a sociedade de Bragança se confronta e que devem ser resolvidos.





Linhas de Orientação, em 2014

Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão

- ✓ Iniciados os procedimentos para implementação, em 2015, da Contabilidade de Custos, por forma a dotar a instituição com um importante instrumento de gestão e planeamento, no sentido de melhorar a eficiência, eficácia e economia das ações e programas.
- ✓ Mantido o rigor, contenção, disciplina, sentido de responsabilidade e transparência na gestão, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento a fornecedores em tempo útil.
- ✓ Certificação dos serviços do Município através do Sistema de Gestão da Qualidade (SGC), em conformidade com a norma ISO 9001:2008. Em 2014 foram iniciados os procedimentos para certificação de duas novas áreas no âmbito do SGC: Biblioteca Municipal e Arquivo.
É objetivo, no curto e médio prazos, a certificação da totalidade dos Serviços Municipais. Com esta iniciativa pretende-se promover uma maior orientação para o munícipe e fomentar a melhoria contínua da qualidade dos diferentes serviços.

- ✓ Promovidos inquéritos de auscultação do nível de satisfação dos stakeholders.
- ✓ Deu-se continuidade ao projeto de modernização administrativa em curso, objetivando impulsionar a inovação tecnológica e consolidar o sistema de informação da autarquia. No âmbito deste projeto foram, ao longo dos anos mais recentes, implementados diversos sistemas os quais requerem permanente atualização e monitorização, nomeadamente os seguintes: Gestão documental, Intranet, Serviços online e TIC nas Escolas.
- ✓ Prosseguiu-se a modernização do parque informático, dotando os serviços com recursos tecnológicos com capacidade adequada ao desempenho das suas atividades. Também ao nível do centro de dados foram feitos upgrades, permitindo aumentar a capacidade e a performance dos sistemas.
- ✓ Implementação de uma rede sem fios com gestão centralizada. Foi implementada uma solução que permite gerir centralmente todos os pontos de acesso sem fios. Passou a existir um acesso sem fios livre para convidados e um acesso com autenticação, para os colaboradores da autarquia. Deste modo facilmente se disponibiliza acesso a todos os que tenham dispositivos móveis (telemóveis, tablets, portáteis).
- ✓ Implementação de software de gestão informática essencial para a monitorização de equipamentos e software por parte do Serviço de Informática. Abrange o inventário de equipamentos, a monitorização da rede, a gestão de backups e a gestão de equipamentos.
- ✓ Aquisição de computadores para substituição de equipamentos obsoletos e para dotar os serviços de novos recursos.
- ✓ Reforço do ERP Sigma, sendo incluídas neste âmbito novas aplicações: Faturação de contribuintes, Faturação Diversa, Feiras e Mercados, Cemitérios e Contratação Pública.

- ✓ Início dos procedimentos para implementação da facturação eletrónica, aos utentes dos serviços de água e saneamento, e de Débitos Diretos em águas e rendas.
- ✓ Implementação do circuito de gestão documental referente às requisições internas.
- ✓ Procedeu-se à renovação do website do Município, tendo sido introduzidas alterações ao nível da imagem e da estrutura de informação, conseguindo transmitir maior modernidade e dinamismo e tornar o site mais operacional. Também o website do Teatro Municipal sofreu transformações profundas. Estão em curso ações de renovação dos restantes websites da autarquia, nomeadamente: Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira.



- ✓ Balcão Único: Desde o dia 30 de abril de 2013, que os Serviços de Atendimento do Município de Bragança estão a funcionar no Balcão Único, nas novas instalações municipais. O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, efetua atendimentos ao munícipe nas suas mais diversas vertentes e serviços, nomeadamente: urbanismo; águas e saneamento; ação social; transportes; tesouraria e demais atividades de atendimento que são realizadas ao nível de outros serviços, como: feiras, mercados, execuções fiscais, cemitérios, parqueamentos automóveis, rendas.
No período decorrente entre 01.01.2014 e 31.12.2014 registaram-se 47.350 atendimentos (média mensal de 3.946 atendimentos), representando um aumento de 42,22% comparativamente a 2013 (+ 14.056 atendimentos).

Quadro 1: Atendimentos por mês e área, 2014

Mês	Tesouraria	Urbanismo	Águas e saneamento	Transportes	Ação social e outros	Total
janeiro	2201	479	1625	581	469	5355
fevereiro	1046	416	818	333	303	2916
março	1568	456	1088	324	319	3755
abril	1889	637	1063	290	351	4230
maio	1671	661	1004	367	362	4065
junho	1677	522	1093	407	315	4014
julho	1513	537	1110	300	209	3669
agosto	1317	662	1231	223	230	3663
setembro	1962	663	1287	969	307	5188
outubro	1420	566	962	555	239	3742
novembro	1434	419	855	362	162	3232
dezembro	1685	407	957	310	162	3521
Total	19.383	6.425	13.093	5.021	3.428	47.350

Gráfico 1: Número de atendimentos por meses, 2014

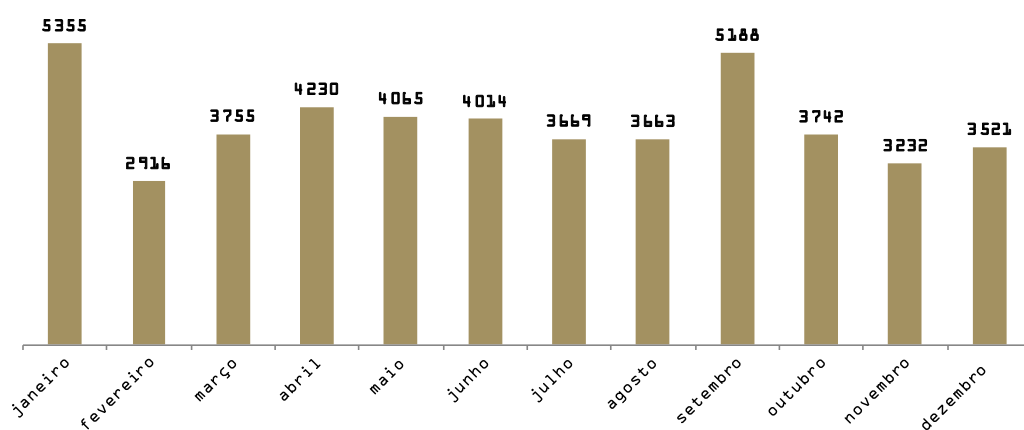
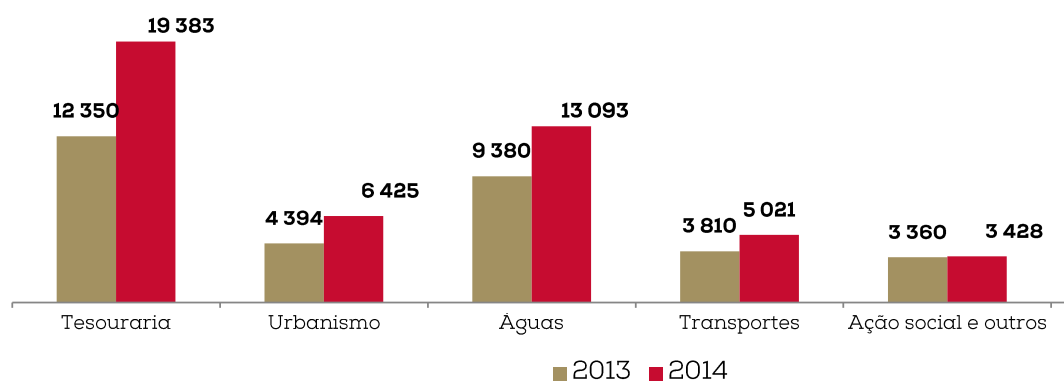


Gráfico 2: Atendimentos no Balcão Único, 2013 e 2014



O resultado de inquéritos de satisfação dos munícipes evidencia um trabalho adequado às necessidades, quer no tempo de espera e atendimento quer, na competência dos trabalhadores que constituem o *front office*.

A implementação do horário de atendimento contínuo, entre as 09 e as 16 horas, permitindo que os munícipes possam tratar de assuntos diversos durante o período da hora do almoço, foi mais um passo com vista à modernização administrativa e que pretende reforçar a cultura de serviço público orientada para os cidadãos.



Coesão Social



A coesão social é um dos mais importantes suportes na democracia e, nesse sentido, constitui umas das principais preocupações do Executivo Municipal.

Educação

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares foram fornecidas refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar da área rural e área urbana, transportados e carenciados, tendo abrangido uma média diária de 856 alunos do 1º CEB e 301 alunos do pré-escolar, totalizando 1157 alunos, verificando-se uma ligeira redução em relação ao ano de 2013, representando uma despesa total de 217.748,16 euros, comparticipada em 72,33% pelo Município de Bragança.

Quadro 2: Programa de Generalização das Refeições Escolares

Ano	Total de Alunos	Total Despesa	Comparticipação do MEC	Despesa Suportada pelo Município
2012	1194	302.616,90	125.655,96	176.960,94
2013	1163	238.583,01	131.980,52	106.602,49
2014	1157	217.748,16	60.246,32	157.501,84

Valores em euros

Com vista a garantir o bom funcionamento deste programa, nomeadamente no apoio às refeições à hora de almoço (pré-escolar e 1º ciclo) e nas Atividades de Animação e Apoio à Família (pré-escolar) em alguns estabelecimentos de ensino, foram atribuídas verbas aos Agrupamentos de Escolas e às Uniões/Juntas de Freguesia, enquanto entidades coordenadoras/gestoras do pessoal auxiliar, no valor total anual de 101.728,00€.

Os serviços do município, em articulação com os serviços da Unidade de Saúde Pública da Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE), deram continuidade ao “Programa de Controlo de Salubridade das Cantinas do Pré-escolar e 1º CEB”, tendo sido visitadas 10 unidades recetoras e as instalações onde são confeccionadas, diariamente, as refeições escolares tendo-se procedido à verificação das condições de funcionamento, da qualidade do serviço prestado e procedido à recolha de amostras para análise.

Durante o ano de 2014, foram fornecidos aos alunos do 1º CEB, cujos agregados familiares estão integrados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens, um suplemento alimentar, a meio da manhã, tendo abrangido um total de 286 alunos, representando uma despesa para o Município de 50.512,87 euros.

Quadro 3: Fornecimento de suplementos alimentares

Ano	N.º de Alunos Abrangidos	Custo Unitário	Despesa Total
2012	314	1,33	69.437,26
2013	318	1,01	65.730,31
2014	286	1,01	50.512,87

Valores em euros

A autarquia procede, anualmente, à aquisição e fornecimento de Manuais Escolares aos alunos carenciados do 1º CEB, comparticipando a 100% os posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens e a 50% os posicionados no escalão 2. Em 2014 este apoio abrangeu um total de 378 alunos e uma despesa de 17.798,09€.

Quadro 4: Atribuição de Manuais Escolares

Ano	N.º de Alunos Abrangidos	1º Escalão	2º Escalão	Despesa Total
2012	431	296	135	16.932,78
2013	447	318	129	19.774,81
2014	378	266	112	17.798,09

Valores em euros

Tendo em conta a prática do Município de Bragança em fomentar um trabalho conjunto com todos os estabelecimentos de ensino do concelho no respeito pelo percurso sequencial do aluno e por uma efetiva igualdade de oportunidades, criando as condições necessárias às aprendizagens dos alunos, em articulação com as direções dos respetivos agrupamentos de escolas, foram atribuídas verbas de apoio para aquisição e fornecimento de material de consumo e desgaste, de uso corrente nas salas de aula e de atividades da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo desenvolvidas com os alunos no âmbito da componente curricular, com um total de despesa de 48.394,00€.

Nos meses de março a junho realizaram-se, na Escola Fixa de Trânsito, com a colaboração dos agentes do Programa Escola Segura da PSP, 57 sessões de sensibilização rodoviária dirigidas a alunos do 1º ciclo de vários estabelecimentos de ensino público e privado do concelho de Bragança.

Quadro 5: Sessões na Escola Fixa de Trânsito

Ano	N.º de Sessões	N.º de Alunos Abrangidos
2012	47	942
2013	48	1083
2014	57	1351

O Município assinalou o Dia Mundial da Criança, no dia 2 de junho de 2014, com um espetáculo de circo com duas sessões e, na época natalícia, distribuiu prendas a todos os alunos do ensino pré-escolar e alunos do 1º ciclo, público e privado, do concelho de Bragança.

Quadro 6: Dia Mundial da Criança e prendas de Natal

Ano	Dia Mundial da Criança		Prendas de Natal	
	N.º de Alunos	Despesa	N.º de Alunos	Despesa
	Abrangidos	Total	Abrangidos	Total
2012	1550	5.965,50	2102	7.332,86
2013	1479	5.983,11	2074	7.433,41
2014	2074	7.910,00	1960	4.828,50

Valores em euros

Saúde

Durante o ano de 2014 foi dada continuidade ao projeto “Sorrir Branquinho”, numa parceria do Município de Bragança com a ULSNE, iniciado no ano letivo 2011-2012, dirigido às crianças que frequentam os Jardins de Infância públicos e privados do concelho de Bragança e restante Comunidade Educativa. Este projeto tem como principal objetivo reduzir a incidência e prevalência das doenças orais na população alvo, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças com necessidades de saúde especiais. No ano de 2014 participaram neste projeto 953 crianças.

É importante referir que todas as crianças foram rastreadas e as que apresentaram caries ou doenças orais foram encaminhadas e acompanhadas, gratuitamente, pelas dentistas do Centro de Saúde, para colocação de selantes e outros tratamentos necessários, verificando-se um aumento significativo da incidência de cáries em 1,1%, comparativamente com o ano transato, mas justificado pelo aumento do número de alunos rastreados.

Neste âmbito, e para o bom funcionamento do projeto, o Município de Bragança procedeu à aquisição de 900 conjuntos de higiene oral, para os alunos do ensino pré-escolar público e privado, do concelho de Bragança.

Na Reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2014, foi aprovada a Resolução sobre “Cuidados de saúde e financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste”, na



qual foi solicitado, ao Ministério da Saúde, um financiamento mais justo e equilibrado para a ULSNE, por forma a permitir a realização de obras de melhoria da Unidade Hospitalar de Bragança, atualmente dispersas, exíguas e desajustadas.

No dia 8 de junho o Município de Bragança associou-se à Caminhada Rosa, promovida pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Ação Social

No ano de 2014, realizaram-se aproximadamente 505 atendimentos sociais. O atendimento social tem sido um procedimento fundamental para estabelecer um contacto direto com as pessoas e famílias que, por diferentes motivos, recorrem aos nossos serviços.

Os atendimentos sociais efetuados às famílias incidiram sobre as seguintes solicitações:

- Beneficiação habitacional na zona urbana e rural;
- Atendimento geral aos munícipes;
- Atribuição de imóveis de habitação social;
- Isenção STUB (linha urbana e rural);
- Isenção STUB (escolar);
- Isenção Transporte Escolar (aluguer);
- Ação Social Escolar;
- Solicitação de atribuição de tarifário de famílias carenciadas;
- Pequenas reparações nos imóveis do município (habitação social);
- Beneficiação habitacional na zona urbana e rural;
- Dívidas de consumos de luz e água;
- Isenção da taxa de utilização das piscinas municipais;
- Pedidos de mudanças de titularidade dos imóveis de habitação social, pelo falecimento ou abandono do primitivo arrendatário;
- Apoio alimentar.

Relativamente à realização de visitas domiciliárias efetuaram-se 64 saídas, no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e



para avaliação social (visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, Bairro dos Formarigos, União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo e restantes freguesias rurais).

Desde o início do ano, apostou-se na realização de visitas aos imóveis vagos que foram alvo de reabilitação, tendo em vista a concretização da estratégia de realojamentos. Nesse sentido, a aposta assentou no processo de atualização de dados sobre as famílias residentes em habitação social, sendo que o Município de Bragança gere atualmente 267 fogos de habitação social, distribuídos por três bairros sociais: Bairro Social da Mãe d'Água, Bairro Social da Coxa e Bairro Social da Previdência. Este edificado tem mais de 30 anos pelo que tem sido necessário proceder a diferentes intervenções de melhoria.

Desta forma, durante o ano procedeu-se ao contacto com 262 famílias residentes nos bairros sociais para apuramento da sua composição familiar, fonte de rendimentos, comprovativos de situações específicas dos elementos dependentes, com deficiência e com problemas de saúde crónicos e sobrelotação. A taxa de resposta foi bastante satisfatória o que permitiu elaborar o estudo detalhado sobre a caracterização das famílias, permitindo conhecer de forma atualizada o perfil dos residentes em termos de rendimentos e dos valores de rendas praticados. Por outro lado, procedeu-se à resolução de mudanças de titularidade que por variados motivos como falecimento, divórcio, saída voluntária do arrendatário, entre outros motivos possíveis, se encontravam desatualizados. Neste ano o município reaveu 5 fogos de habitação e entregou 4 fogos no âmbito de realojamentos de urgência.

Por outro lado, procedeu-se à análise e estudo de priorização de casos para apoios a melhorias habitacionais nas freguesias rurais, tendo em vista a concretização de obras em habitações de agregados familiares carenciados no 2º semestre de 2015. Este esforço culminou com o apoio numa primeira fase de 8 imóveis em freguesias rurais, com um total de apoios financeiros transferidos para as Uniões/Juntas de Freguesia de 27.750,00€. Numa segunda fase, antes do final de 2014, apoiaram-se mais 3 imóveis, no valor de 12.250,00€, perfazendo um total de 11 imóveis beneficiados com uma verba global de 40.000,00€.

O Município de Bragança tem desempenhado um papel fundamental para a atenuação das desigualdades sociais nos domínios da ação social escolar, mobilidade,

transportes escolares e consumo de água (tarifário família carenciada). Também no acesso aos equipamentos municipais, promovendo uma melhoria da saúde dos munícipes mais carenciados, atribuem-se isenções que têm um efeito significativo sobre a melhoria da sua qualidade de vida.

No âmbito da ação social escolar mantém-se a sua importância e centralidade no combate à pobreza infantil, sendo que no ensino pré-escolar (refeições e prolongamento de horário) constatou-se que 32% da população que frequentava este nível de ensino se encontrava isento de qualquer pagamento, sendo que usufruíram de 50% de redução 21,5% dos alunos. No âmbito do 1.º CEB, 30,3% dos alunos foram isentados de qualquer pagamento e 20,2% conseguiram obter uma redução de 50% nos pagamentos das refeições e comparticipação nos manuais escolares.



No domínio de Rede Social, o ano de 2014, significou uma continuidade dos anos anteriores fundamentalmente no normal funcionamento das sessões plenárias e das reuniões do seu núcleo executivo. Este trabalho incidiu sobre a emissão de importantes pareceres técnicos sobre a criação de respostas sociais como Centro de Noite, Centro de Apoio à Vida, Centro de Alojamento Temporário e Casa-Abrigo.

Continuaram os esforços em reunir novos dados estatísticos sobre a realidade social do concelho de Bragança de forma a atualizar o seu Diagnóstico Social para, em 2015, se concretizar o novo PDS – Plano de Desenvolvimento Social. O Programa CLDS+ (promovido pelo Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires com a parceria do Município de Bragança) procedeu à apresentação das atividades desenvolvidas no ano anterior e em 2014 evidenciando o importante impacto que tem conseguido no



combate à exclusão social em alguns territórios críticos do concelho. De referir que a Rede Social apostou na renovação da equipa que operacionaliza esta estrutura através da realização de novas eleições para a equipa do Núcleo Executivo (2014-2016).

De destacar a importante ação planeada em final de 2014, sendo uma ação de sensibilização denominada “A Importância do Trabalho em Rede no Desenvolvimento Local”, dirigida a todas as instituições (dirigentes e técnicos) do concelho de Bragança e que pretendeu ser: 1) uma ação transversal, integrada todos os anos nas atividades da Rede Social, 2) inovadora, convidando um especialista nacional em matéria de Redes Sociais, 3) de significativa oportunidade, dado que em 2014/2015 se exige uma preparação dos parceiros do CLAS-Bragança para o estabelecimento de parcerias estratégicas no âmbito do novo quadro comunitário e 4) uma ação de reforço de competências e conhecimentos dos parceiros da rede social de forma a compreenderem a sua importância à luz das mudanças paradigmáticas operadas pelas recentes alterações introduzidas pelo governo. Em síntese, esta ação pretendeu sensibilizar os parceiros para uma participação mais ativa na Rede Social de Bragança, compreender as boas práticas e replicá-las no concelho de Bragança, consolidar o trabalho em rede para o estabelecimento de parcerias estratégicas para afetar no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.

O CLAS-Bragança participou também em 6 reuniões da Plataforma Supraconcelhia das Redes Sociais de Alto Trás-os-Montes.

No âmbito do Programa ESCOLHAS – 5.ª Geração, promovido pela Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, o Município continuou a integrar o consórcio “Pontes de Inclusão”, que procura combater o absentismo escolar e promover a integração das crianças e jovens mais carenciadas e expostas a diferentes formas de pobreza.

Durante o ano de 2014, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança continuou a encetar esforços no acompanhamento multidisciplinar das crianças sinalizadas com a problemática de maus tratos. Ao nível da atividade processual, a CPCJ, no ano de 2014 procedeu à abertura de 52 novos processos (em 2013, foram 44).

As problemáticas com maior expressividade continuam a ser a negligência e o absentismo escolar. Quanto à medida de promoção e proteção mais aplicada destaca-



se a medida em meio natural de vida – apoio junto dos pais. Paralelamente, no cumprimento do seu Plano de Ação anual, foram promovidas atividades como: Caminhada do Laço Azul, enquadrada no mês de abril – Mês dos Maus Tratos – e distribuição de material de divulgação desta problemática (marcadores e calendário), bem como atividades de sensibilização/informação nos agrupamentos escolares.

A estratégia em 2014 continuou a assentar na prevenção primária dos maus tratos e no envolvimento das entidades de primeira linha com competência em matéria de infância e juventude. Neste ano, o representante do Município esteve presente em 15 reuniões da Comissão Restrita e 4 reuniões da Comissão Alargada.

O Município de Bragança participa, ainda, no Núcleo Local de Inserção (NLI) enquanto entidade parceira de uma estrutura de âmbito concelhio que acompanha os beneficiários da medida em diferentes domínios como a saúde, o emprego, a habitação, a educação/formação e monitoriza a aplicação da medida Rendimento Social de Inserção. O representante do Município participou em 17 reuniões de trabalho com diferentes atividades como a aprovação e homologação de Contratos de Inserção (CI), a participação no desenvolvimento do Plano de Ação de 2014, análise de constrangimentos ao cumprimento dos CI e consequentemente à autonomização dos beneficiários do RSI.

Em 2014 foi realizada a 4.ª edição da Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada pelo Município de Bragança, pelo Centro Social Paroquial dos Santos Mártires – Projeto CLDS+ Bragança Inclui e pela Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança. Este evento teve como objetivo a constituição de um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação e ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais, oferecendo à comunidade, o acesso às boas práticas desenvolvidas pelas instituições do concelho, disseminando assim as várias atividades e serviços existentes.

Esta iniciativa abrangeu também a “Semana das Oportunidades” que compreendeu a realização dos workshops “Como construir o Curriculum Vitae?” e “Como preparar uma entrevista de emprego?”, nas Escolas Superiores Agrária, de Educação, de Tecnologia e Gestão e de Saúde do IPB, e a conferência “Perspetivas de Emprego e Horizontes”.

No evento, que se tem revelado um sucesso nas suas várias edições, participaram 66 entidades, mais 13 que nos dois anos anteriores, representando empresas privadas, estabelecimentos de ensino e, sobretudo, instituições da área social. Paralelamente às diversas atividades desenvolvidas pelas entidades participantes nos seus espaços expositivos ou no recinto da feira houve animação permanente que contou, para além da atuação de grupos convidados pela organização, com a participação de utentes de várias entidades da área social que mostram a qualidade do trabalho desenvolvido nas instituições.

O Encontro de Gerações tem assumido, todos os anos, uma importância crescente para as instituições do concelho e para a sua população em geral. Ponto de encontro habitual para a comunidade residente no concelho, promove o convívio e a solidariedade entre pessoas com diferentes idades e locais de origem. Esta oportunidade, para uma aproximação geracional, tornou-se numa referência para as famílias, IPSS e Uniões/Juntas de Freguesia que colaboram afincadamente na sua concretização e no seu sucesso.



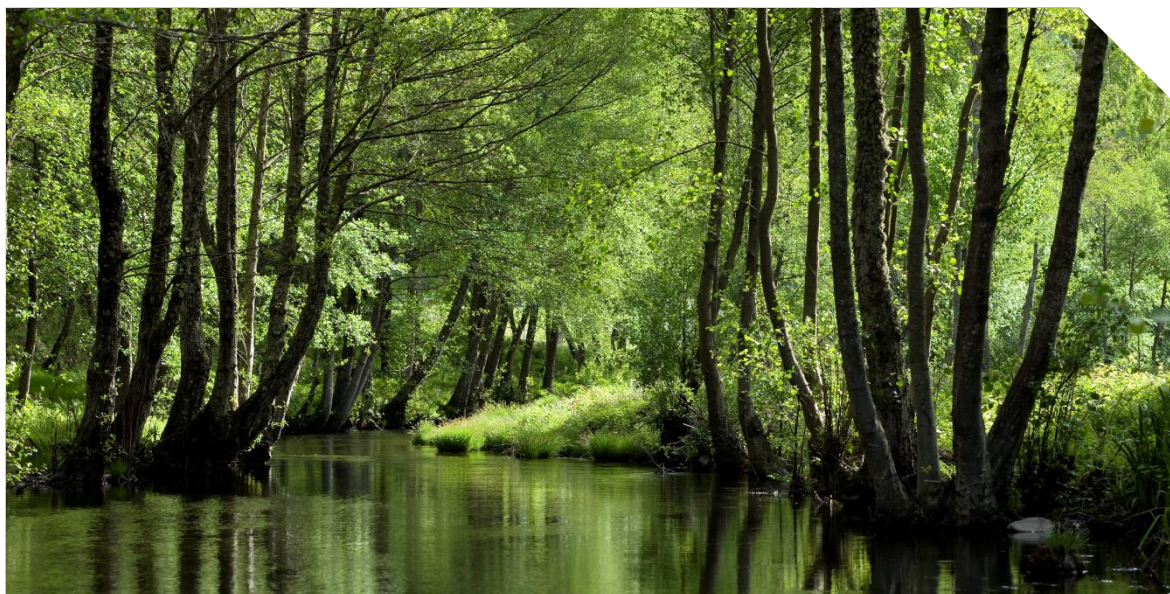
Em 2014, o Encontro de Gerações decorreu no Santuário de Santa Ana, Meixedo, evento organizado pelo Município de Bragança com o apoio de diferentes instituições: Uniões/Juntas de Freguesia, IPSS, Unidade Local de Saúde do Nordeste, GNR, Autoridade Nacional de Proteção Civil e Bombeiros Voluntários de Bragança.

Quadro 7: Dados de Atividades de Âmbito Social

Atividade	2012	2013	2014
Bragança e a Comunidade Intern. (participantes)	258	201	354
Encontro de Gerações (participantes)	1.100	1.000	1.038
Feira de Emprego, Educação e Solidariedade	53	53	66
Pedidos de Habitação Social	48	33	26
Realojamentos em Habitação Social	12	8	4
Atendimentos Sociais	1.100	976	505
Visitas Domiciliárias	200	123	64
Melhorias Habitacionais	2	7	11
Abertura de Casos Novos CPCJ	47	44	52

De salientar a participação do Município de Bragança nas I Jornadas Ibéricas sobre Violência Doméstica promovidas pela ASMAB / Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, EAPN de Bragança, com o apoio do Município de Bragança. Estas jornadas foram importantes, dado terem versado um tema prioritário no seio da Rede Social de Bragança, tendo contribuído para aprofundar as seguintes temáticas: investigação científica sobre a violência doméstica, investigação criminal na violência doméstica, especificidade da violência doméstica, planos municipais para a igualdade, violência doméstica e saúde numa perspetiva de intervenção sistémica, intervenção em rede, entre outros.

Ambiente e Sustentabilidade



Águas

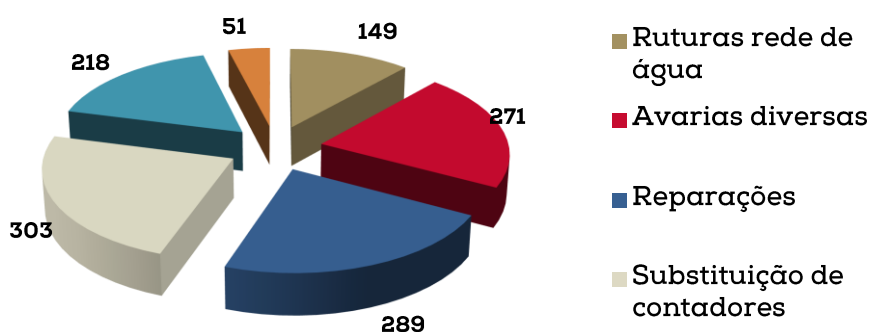
Relativamente às atividades desenvolvidas no serviço de águas, destacam-se os seguintes trabalhos executados:

- ✓ Zona Industrial das Cantarias (Rua Arquiteto Viana de Lima): Ampliação da rede de abastecimento de água, com extensão de 70 ml. Estes trabalhos decorreram do desaterro de um lote para construção de um pavilhão. Tais trabalhos danificaram a conduta existente, tendo a mesma sido desativada até à conclusão dos respetivos muros de suporte das terras.
- ✓ Conclusão dos trabalhos da empreitada “ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança”, com valor de adjudicação de 26.863,50€ + IVA.
- ✓ Na localidade de Alfaião procedeu-se à execução de furo artesiano.

- ✓ Quintas do Vilar: Entrada em funcionamento da estação elevatória das Quintas do Vilar, executada pela empresa concessionária da A4 – autoestrada transmontana, no âmbito da reposição de serviços afetados durante a execução da obra. Esta estação elevatória de água irá garantir o reforço do abastecimento a esta localidade.
- ✓ Reabilitação de vários reservatórios de água em diversas localidades deste Concelho. Tais trabalhos consistiram na consolidação, impermeabilização e pintura dos reservatórios.
- ✓ Vale de Lamas: Substituição de um troço de rede de água, com cerca de 60ml, incluindo ramais. Este trabalho foi feito em colaboração com a Junta de Freguesia de Baçal.
- ✓ Foi executada a empreitada “Abastecimento de água á estação de Sendas”. A obra consiste na execução de uma conduta de água desde a aldeia de Sendas até á antiga estação do comboio, incluindo a execução de ramais e colocação de uma válvula redutora de pressão. A obra foi adjudicada pelo valor de 30.508,00€+IVA.
- ✓ Detecção de ruturas em várias condutas da rede de abastecimento público de água do Concelho. Estas deteções e reparações são acompanhadas por um sistema informático de telemetria, que deteta e regista, ao longo de todo o dia, os consumos de saída dos respetivos reservatórios de água, alertando para quaisquer variações descontextualizadas da normal parametrização. A intervenção correspondente à respetiva reparação traduziu-se numa significativa redução de perdas de água.
- ✓ Foram ainda, durante este ano, instalados ou substituídos vários painéis solares e caudalímetros em diversos reservatórios de água do Concelho.
- ✓ Reabilitação de várias habitações, no Bairro Fundo Fomento de Habitação, cujas infraestruturas de água e saneamento apresentavam diversos problemas.

- ✓ Durante o ano de 2014 foram ainda executadas, pelos serviços operativos, no âmbito dos serviços de abastecimento de águas, entre outros, trabalhos identificados no gráfico infra:

Gráfico 3: Trabalhos executados no setor de águas, 2014



No decurso do ano de 2014 procedeu-se, ainda, à instalação e montagem de dez novos sistemas de televigilância e de telegestão.

A - De Televigilância:

Estes sistemas de televigilância permitem a monitorização em tempo real dos parâmetros funcionais mais críticos dos mecanismos e elétricos/eletrónicos existentes nas instalações em causa, tais como: níveis de água, falta de tensão (sistema autoalimentado), disparos térmicos de equipamentos, entre outros que venham a revelar-se pertinentes. Tal monitorização permite uma deteção precoce de ocorrências e agilizar desta forma a sua resolução.

Através destes sistemas de televigilância, em caso de alarme, é de imediato enviada uma mensagem para um ou mais telemóveis atribuídos a elementos da equipa de exploração. Esta acorrerá, de imediato, ao local, identificando a causa do problema e/ou da avaria, e trabalhará no sentido de providenciar a sua resolução no mais curto espaço de tempo possível.



B – De telegestão:

Dada a dispersão e isolamento que caracteriza os sistemas de abastecimento de Bragança, implementou-se, complementarmente aos sistemas de televigilância, a instalação de sistema de telegestão para os diversos sistemas de abastecimento de forma a controlar todo o sistema em cada localidade.

Para o sistema de telegestão de Bragança o sinóptico principal representará de forma simplificada o estado global do sistema, representando a totalidade das instalações monitorizadas e alguma informação de acesso mais genérico. A partir deste sinóptico o operador poderá verificar a existência de alguma situação de alarme.

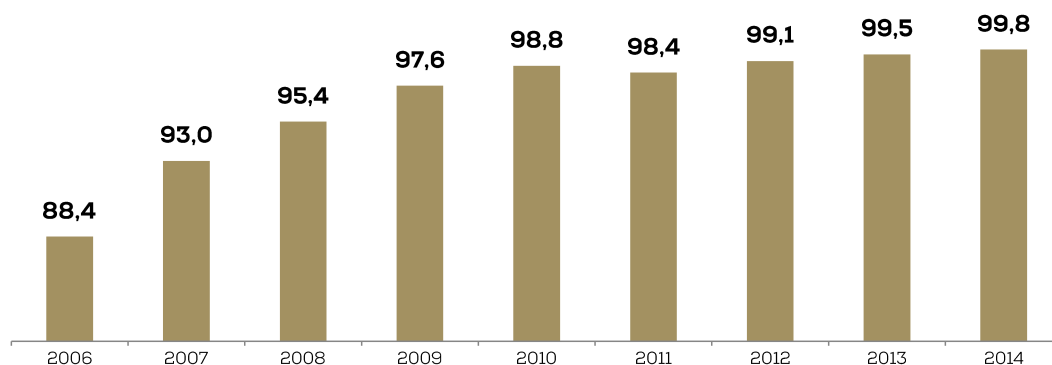
Atualmente já se encontram 105 sistemas instalados no concelho, de um total de 117 sistemas previstos.

Com este sistema inteligente pretende-se:

- ✓ Verificação online do caudal e nível de cada reservatório;
- ✓ Verificação dos consumos por intervalo de tempo, para controlo de perdas de água e possíveis fugas a jusante do reservatório;
- ✓ Comunicação por GPRS (envio de dados);
- ✓ Registo de dados de cada reservatório, com intervalos de 15 minutos;
- ✓ Envio de SMS quando o reservatório atinge o nível mínimo ou caso tenha um consumo excessivo de água no intervalo definido.

No que concerne ao nível do controlo de qualidade da água de abastecimento no concelho, verificam-se que foram cumpridos a 100% os planos de controlo operacional de água quer internos, quer os planos de controlo e qualidade de água externos (PCQA), sendo estes últimos aprovados anualmente pela Entidade Reguladora de Água e Resíduos (ERSAR).

Gráfico 4: Índice da qualidade de água no Concelho de Bragança



O Município de Bragança foi distinguido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) com o Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano em 2014, sendo o reconhecimento do investimento e preocupação do Município de Bragança na modernização das redes de abastecimento público de água no Concelho e no controlo e monitorização permanentes da qualidade do serviço prestado.



Esta iniciativa promovida pela ERSAR, em parceria com o Jornal Água e Ambiente, em colaboração com a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pretende premiar a entidade prestadora de serviços de abastecimento público de água que, além de cumprir os critérios de atribuição do correspondente selo de qualidade do serviço, revele um exemplar desempenho ou uma excecional melhoria no âmbito do controlo operacional da qualidade da água, das análises de água realizadas e da qualidade da água nos termos da legislação em vigor.

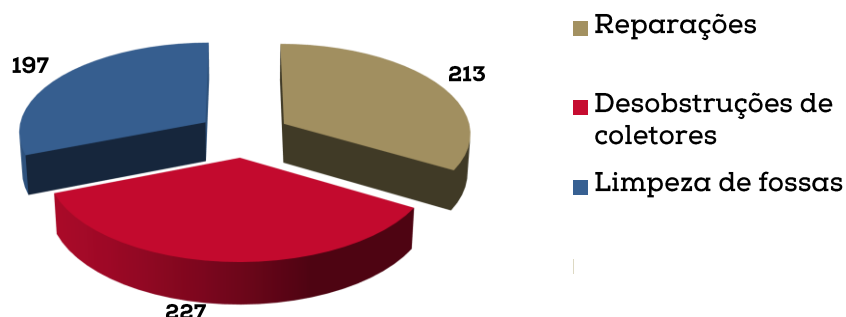
Saneamento

Relativamente às atividades desenvolvidas no setor de saneamento, destacam-se os seguintes trabalhos executados:

- ✓ Baçal: Reabilitação de um troço de coletor de saneamento, afetado por elevadas infiltrações de águas pluviais e freáticas, incluindo a colocação de caixas de visita à cota do pavimento e arranjo do caminho para posterior desobstrução desta rede;
- ✓ Conclusão e receção dos trabalhos que constituíram a empreitada de execução das redes de saneamento de águas residuais nas localidades de Frieira, Vila Boa de Carçãozinho e Lagomar, com um custo de adjudicação de 331.095,06€;
- ✓ Conclusão e receção dos trabalhos que constituem a empreitada para execução das redes de saneamento de águas residuais nas localidades de Parâmio, Gondesende e Terroso, com um custo de adjudicação de 312.683,59€;
- ✓ Desenvolvimento dos trabalhos que constituem a empreitada para instalação de estações de tratamento de águas residuais nas localidades de Rebordãos, Rabal e França, com um custo de adjudicação de 601.149,61€;

- ✓ Remodelação de um troço de rede de drenagem de águas pluviais, que envolveu a instalação de um novo coletor, na estrada do Turismo-Bragança.
- ✓ Início dos trabalhos da empreitada referente ao concurso “execução do emissário e instalação da estação de tratamento na localidade de S. Pedro de Sarracenos”, com um valor de adjudicação de 164.677,50€+IVA.
- ✓ Continuação dos trabalhos de instalação de tamisadores em várias ETAR do Concelho, tendo em vista garantir maior rendimento e fiabilidade na remoção dos gradados arrastados pelo afluente residual. Estes sólidos são, posteriormente, compactados e desidratados e depositados em contentores.
- ✓ Início dos trabalhos de instalação de mecanismos de medição do caudal afluente às ETAR do Concelhos. Estes equipamentos de medição são constituídos por sondas ultrassónicas em canal aberto, (Parshall) com conversor de sinal. Com esta instalação dar-se-á cumprimento a uma exigência da ERSAR.
- ✓ Durante o ano de 2014 foram executadas pelos serviços operativos do setor de saneamentos os seguintes trabalhos de manutenção e reparação das redes públicas de drenagem:

Gráfico 5: Trabalhos executados no setor de saneamento, 2014





Meio ambiente

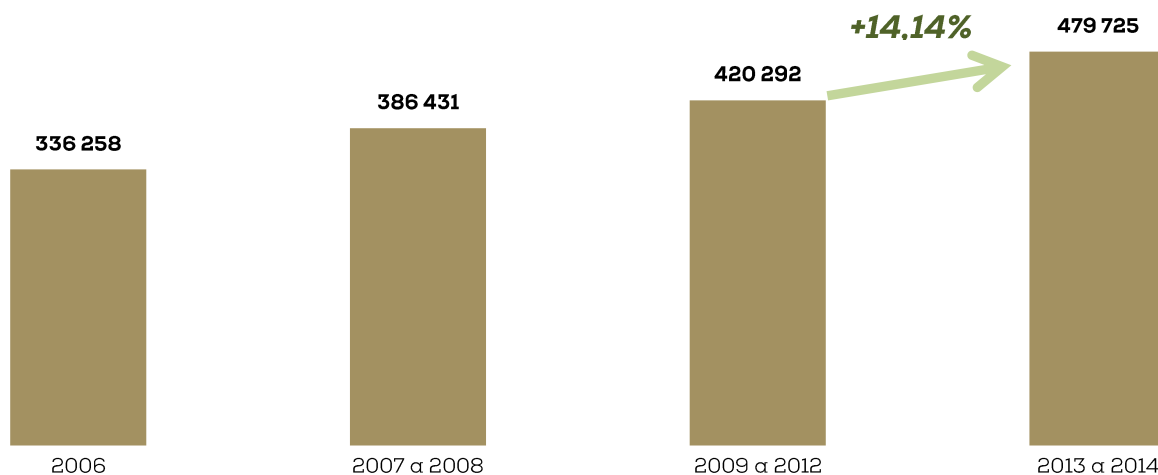
Espaços verdes

No decurso do ano de 2014 foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria dos espaços verdes e da imagem de Bragança.

O ambiente urbano, a conservação e gestão do património natural e paisagístico, são fatores fundamentais na estratégia de desenvolvimento sustentável concelhio e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2014 a área de espaços verdes foi de 479.725 m², valor que permite proporcionar 13,6 m²/hab. de espaço verde. Este valor está acima do preconizado pela Organização Mundial de Saúde e próximo do valor definido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Gráfico 6: Evolução da área de espaços verdes na cidade de Bragança (m²)



Na requalificação de espaços verdes, foram instalados sistemas de rega automática, semeada relva e plantadas árvores e arbustos, contribuindo decisivamente para a melhoria dos espaços envolventes às habitações e imagem da cidade (Loteamento Vale Churido, Bairro da Previdência, Canteiros da Av. Eng.º Amaro da Costa e Fundação “Os Nossos Livros”).

Foram efetuadas podas/limpezas de árvores de grande porte, suprimindo alguns ramos que estavam a interferir com a iluminação pública e a sinalética vertical.

No ano 2014 procedeu-se à plantação de 1340 arbustos, 855 árvores e 21500 flores.

Lançamento do concurso público da “Aquisição de serviços de manutenção de Espaços Verdes na Cidade de Bragança”. Os trabalhos a contratualizar abrangem uma área estimada de 414 591 m², com início no ano de 2015.

Preparação de concurso para manutenção de diversos espaços verdes (sazonais) cerca de 13 ha; Acompanhamento, fiscalização e receção dos serviços dos serviços manutenção de espaços verdes.

Foram realizadas ações de corte de vegetação e limpeza nos terrenos municipais em todos os bairros da cidade. Foram executadas intervenções de manutenção em todos



os estabelecimentos de ensino na cidade de Bragança. Foi, ainda, efetuada uma ação de limpeza no Parque de Campismo de Rio de Onor.

Estes trabalhos foram efetuados com recurso à equipa de reclusos (média de 4 elementos) afeta ao programa de limpeza das áreas de cedência no âmbito do protocolo estabelecido com os Serviços Prisionais de Bragança. No total foram intervencionados cerca de 33 ha.

Gabinete Técnico Florestal

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Bragança (PMDFCI) tem como objetivo dotar o concelho com um instrumento de apoio nas questões da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, estabelecimento de prioridades de defesa, estabelecimento dos mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI. Para tal, o PMDFCI de Bragança integra as medidas necessárias à DFCI, nomeadamente, um conjunto de medidas de prevenção e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios florestais, nas vertentes de planeamento e ordenamento do território florestal, sensibilização, fiscalização, vigilância, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e ações de recuperação das áreas ardidas.

No âmbito da revisão do PMDFCI, procedeu-se à elaboração e envio de todos os elementos (cartografia e documentos de texto) solicitados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) relativos a esse Plano, nomeadamente a nova versão relativa à Cartografia de Risco de Incêndio e regras de edificação segundo diretivas e esclarecimentos do ICNF.

O PMDFCI foi apresentado em sede de Comissão de Defesa da Floresta, e posteriormente enviado para o ICNF, o qual tem a competência de aprovação.



No âmbito das atividades da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf), foi distribuído via correio a todos os Presidentes de Uniãos e Juntas de Freguesia do Concelho Bragança, para afixação nos locais de estilo, dois folhetos informativos sobre as obrigações e cuidados a ter em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Foram, também, lançados dois spots nas rádios locais alertando para as obrigações e cuidados a ter durante o período crítico. Foram, ainda, disponibilizadas mensagens informativas relativas à DFCI no website e facebook do Município.

Foi celebrado um acordo de colaboração com o ICNF para intervenção no Perímetro florestal de Deilão para limpeza de caminhos e aceiros, disponibilizando o Município de Bragança até 3000 litros de gasóleo.

O Gabinete Técnico Florestal procedeu à elaboração e proposta de aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) 2014 tendo o mesmo sido aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O POM concretiza a operacionalização do PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, primeira Intervenção e combate. Particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI. A sua atualização é anual e decorre da avaliação do desempenho do dispositivo DFCI. O POM é parte integrante do PMDFCI e é transposto para o Plano Operacional Distrital de DFCI.

Decorrente do trabalho desenvolvido conjuntamente com a GNR, foi elaborada a cartografia das áreas ardidas durante o ano de 2014, no concelho de Bragança. Neste âmbito, foram verificadas 49 ignições que se traduziram numa área ardida no concelho de Bragança de 128 ha. Relativamente ao ano de 2013 registou-se um decréscimo quer número de ocorrências (-15), quer em valores de área ardida (-246ha).

No seguimento do projeto de sinilização/fiscalização-Faixas de gestão de combustível, iniciado em 2013 com o GIPS- GNR, foi efetuada a cartografia relativa a todos os aglomerados rurais do concelho de Bragança.

Foi elaborada e aprovada uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente, para funcionamento do Gabinete Técnico Florestal, com um financiamento de 16.820,72€.

Elaborada e aprovada uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente, Eixo Sensibilização e Informação-Campanhas destinadas à população escolar-denominado a "Cores ou a cinza?", no valor de 13.979,99€

Ainda no âmbito das competências da CMDFCI e com recurso à maquinaria municipal, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos por todo o concelho, perfazendo cerca de 700km de limpezas.

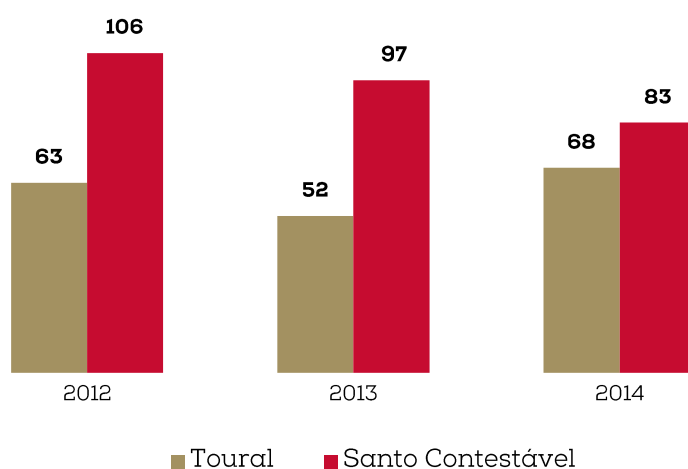
Participação na organização das comemorações do Dia Nacional de Combate à desertificação (PANCD) realizadas no dia 17 de junho em Palácios.

Cemitérios

Em 2014, foram efetuados trabalhos de beneficiação nos pavimentos em vários arruamentos do cemitério do Toural (650m²) num investimento total de 8.165,00€.

Efetuaram-se, em 2014, 151 inumações nos cemitérios municipais.

Gráfico 7: Evolução das inumações nos cemitérios municipais



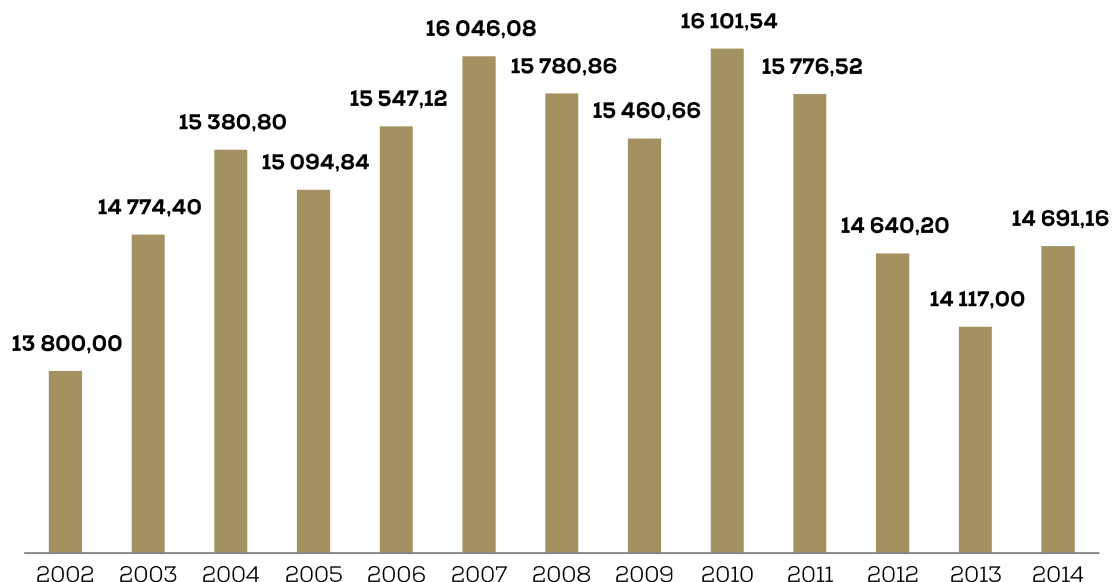
Higiene Pública

Neste âmbito foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria da higiene e salubridade pública, bem como para uma maior sensibilização e consciencialização da população para a sustentabilidade concelhia, com destaque para a comemoração do Dia Mundial do Ambiente.

No ano de 2014 e apesar destas ações, complementadas pela revisão de procedimentos de gestão e fiscalização dos serviços prestados por empresa externa, registou-se um ligeiro aumento na produção de resíduos (cerca de 3%).

Esta tendência crescente, acompanha os valores regionais e nacionais, evidenciando uma melhoria do poder de compra dos consumidores/produtores.

Gráfico 8: Recolha Indiferenciada, 2002-2014



Unidade: toneladas

O Município de Bragança recebeu em 2014, pelo sexto ano consecutivo, a Bandeira Verde - ECOXXI.



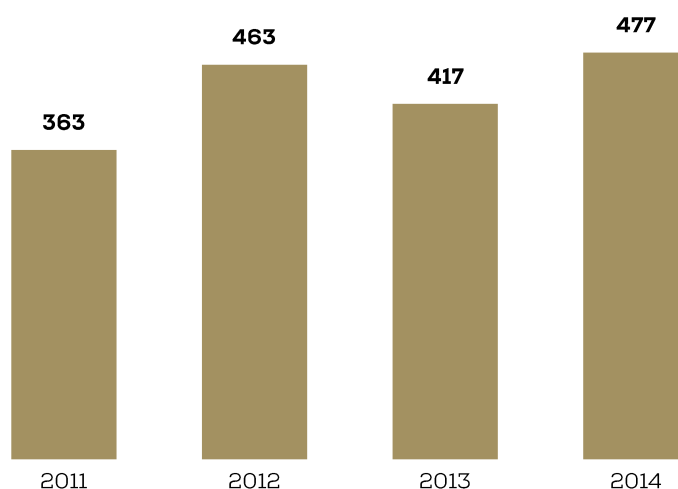
O ECOXXI é um projeto, coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa, que visa distinguir as boas práticas no sentido da sustentabilidade, desenvolvidas a nível local, nomeadamente nos aspetos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objetivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 21 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura sustentável, emprego, entre outros.

O Município de Bragança tem apoiado a iniciativa Eco Escolas, prestando todo o apoio técnico e logístico necessário. De realçar o incremento das escolas participantes, tendo sido galardoadas, no ano de 2014, duas escolas do Concelho de Bragança com a Bandeira Verde.

Serviço Veterinário

Durante o ano de 2014, procedeu-se à captura de 406 canídeos errantes e 71 felinos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Canil Intermunicipal.

Gráfico 9: Evolução das capturas de animais (2011/2014)





No âmbito da campanha de vacinação antirrábica, de controlo de outras zoonoses e de identificação eletrónica, foram realizadas 615 profilaxias antirrábicas e identificados 114 canídeos. Esta vacinação tem carácter obrigatório, pois a raiva é uma zoonose grave.

O Município de Bragança procedeu à organização, acompanhamento e realização da 17.ª edição do Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa, que decorreu no Espaço de valorização de Raças Autóctones, situado na envolvente do Estádio Municipal, no dia 21 de agosto, tendo reunido 33 produtores, que apresentaram cerca de 99 animais, distribuídos por 8 secções.

Foram realizadas 11 vistorias a veículos de venda ambulante, 17 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade e 10 vistorias a cantinas de estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram atribuídos três NCV (n.º de controlo veterinário) a indústrias de fumeiro – Unidades Produtivas Locais e efetuadas 35 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe.

Cultura

Animação

- ✓ No Dia Mundial da Poesia, a 21 de março, crianças dos agrupamentos de escolas do Concelho de Bragança deram cor e vida à zona histórica da Cidade de Bragança. A Praça da Sé foi transformada no principal palco da maior parte das atividades executadas e apresentadas pelos mais pequenos.
- ✓ Nos dias 1, 3 e 5 de março realizou-se a V edição do Carnaval dos Caretos.
- ✓ No dia 12 de abril realizou-se uma caminhada que assinalou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios cujo tema do ano era "Lugares de

Memória”. Participaram 55 pessoas que, para além da componente desportiva, tiveram oportunidade de visitar e interpretar, com a ajuda da arqueóloga do Município, alguns “lugares de memória” do concelho como o Centro de Memória e os vestígios do Forte de São João de Deus, o Tojal dos Pereiros (sítio de interesse geológico), a Ponte de Areães, o Pelourinho e a casa da Cadeia de Gostei, a Torre Velha (sítio de interesse arqueológico) e o Mosteiro de Castro de Avelãs, e os fornos da cerâmica do Campo Redondo (sítio de interesse da arqueologia industrial).

- ✓ No dia 04 de maio, Dia da Mãe, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, o concerto “Para Ti Mãe...”, com a participação do Coral Brigantino Infantil e do Coral Brigantino Infanto-Juvenil, numa organização da Associação Coral Brigantino N. Sra. das Graças, com o apoio do Município de Bragança, da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo e da Fundação INATEL.
- ✓ Dia 28 de maio, realizou-se, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, o VII Sarau de Poesia, numa organização da Casa do Professor de Bragança com o apoio do Município de Bragança, do Instituto Politécnico de Bragança e da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo.
- ✓ Entre os dias 11 e 14 de junho, realizou-se a quarta edição do “Artes e Livros”, numa organização do Município de Bragança e da Academia de Letras de Trás-os-Montes.
- ✓ No dia 12 de julho, numa parceria do Município de Bragança com a Associação Cultural e Recreativa da Mãe de Água, foi organizado o XVI Festival de Folclore da Cidade de Bragança.
- ✓ De 25 a 27 de julho, na aldeia de Palácios, decorreu o *Lombada – Festival de Música e Tradição*, organizado pela Associação Cultural e Ambiental de Palácios, com o apoio do Município de Bragança.
- ✓ Numa organização conjunta do Município de Bragança e da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo realizaram-se, no dia 26 de Julho, ao final da tarde, na Domus Municipalis, a 7ª edição do concerto “Corda Perfeita”, com a participação do artista Luís Garcia, e, à noite, o VI Encontro Ibérico de

Música e Dança Popular, no Castelo, com a participação dos grupos “Gaiteiros de Zido”, “Grupo Coral de Vinhais”, “Cantares de Antanho”, grupo “Terra Firme” e “Rancho Folclórico da Mãe d’Água”.

- ✓ O Município de Bragança e a Fábrica da Igreja de Nossa Senhora das Graças, com o apoio das Juntas de Freguesia, Comissões Fabriqueiras, Bombeiros Voluntários, Forças de Segurança e Associações Desportivas e Culturais organizaram, uma vez mais, de 28 de julho a 22 de agosto, as Festas de Bragança.
- ✓ De 14 a 17 de agosto, no recinto do castelo de Bragança, assinalou-se a passagem dos 500 anos do foral atribuído por D. Manuel I a Bragança, em 11 de novembro de 1514, com a realização da 8ª edição da Festa da História.



Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais

No ano de 2014, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais celebrou o seu 6º aniversário. Foram seis anos de plena atividade, que não deixam de ser muito compensadores ao verificar que já passaram por este equipamento cultural, um total de 93.320 visitantes.

Neste ano, o Centro de Arte Contemporânea recebeu no espaço expositivo um total de 12.667 visitantes.

A grande percentagem de visitantes do Centro de Arte é de nacionalidade portuguesa. O número de visitantes estrangeiros continua a ser pouco expressivo, tendo passado pelo espaço apenas 1.142 estrangeiros, destacando-se, como é habitual, a percentagem os visitantes espanhóis, num total de 571.

Quadro 8: N.º de visitantes do CACGM, por nacionalidade (2014)

Mês	Portuguesa	Espanhola	Outra	Total
janeiro	964	34	9	1007
fevereiro	728	41	8	777
março	1086	75	11	1172
abril	1022	75	29	1126
maio	1611	77	104	1792
junho	828	42	28	898
julho	1575	23	73	1671
agosto	768	88	162	1018
setembro	944	44	48	1036
outubro	600	14	76	690
novembro	753	17	10	780
dezembro	646	41	13	700
Total	11.525	571	571	12.667



O programa expositivo manteve-se pautado pela apresentação de exposições associadas a nomes de artistas de referência nacional e ibérica, como Zulmiro de Carvalho, Bernardi Roig, Arlindo Silva ou Pedro Tudela, bem como na continuada renovação do Espaço Graça Morais com duas novas exposições temáticas da obra desta artista.

Do mesmo modo, foram uma vez mais estabelecidas ou reforçadas parcerias com instituições de referência nacional e internacional, como a Galeria Stefan Röpke, de Colónia; a Galeria Max Estrella, de Madrid; Galeria Fernando Santos, no Porto; a Galeria Bernd Klüser, de Munique; a Galeria Quadrado Azul, em Lisboa; o Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães; o Núcleo de Arte da Oliva Creative Factory, de S. João da Madeira; o Museu da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, entre outras.

Paralelo ao programa expositivo, realizaram-se um conjunto de iniciativas capazes de mobilizar, atrair e formar públicos, destacando-se de entre as iniciativas a realização da última edição do Encontr@rte, que, depois de Lisboa, Porto e Aveiro possibilitou a realização de um número significativo de ações de formação, workshops, encontros com alguns dos especialistas na área da educação, da ciência, da arte e do património e onde participaram cerca de 200 professores de todo o país.

O profissionalismo e a dinâmica deste equipamento continuam a afirmar-se fora de portas, não deixa de ser também notória a crescente atenção da comunicação social nacional, bem como nos inúmeros pedidos de outras instituições museológicas para apresentar fora de portas, e um pouco por todo o país, exposições organizadas pelo CACGM. Neste âmbito, destaca-se a exposição “Ritos e Mitos”, evocativa dos 40 anos de carreira da pintora Graça Morais, realizada em parceria com a Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.



O conjunto de iniciativas realizadas foi possível graças à colaboração de artistas, músicos, criativos, escritores e técnicos especializados e das mais diversas instituições, de que se destacam alguns exemplos:

- Apresentação do Livro: “Desumanização”, de Valter Hugo Mãe; Oficina para Bebés: Pela primeira vez, o Serviço Educativo contemplou um público, até agora, ausente das iniciativas realizadas: crianças dos 2 aos 4 anos; *Workshop* de Fotografia: “O que realmente importa”, por António Sá; Formação: Encontros de Ciência, História e Arte com o Património; Arquitetura: “o Argumento do Templo”, de Mário Ortega - Apresentação do projeto arquitetónico do jovem arquiteto brigantino selecionado para a Bienal de Arquitetura de Veneza; Noite Europeia dos Museus e Dia Internacional dos Museus: Música, arquitetura, performances, workshops e visitas orientadas foram algumas das iniciativas do programa; Visita Jogo em Família, e Apresentação do Livro: “Retrato de Rapaz” de Mário Cláudio.

No âmbito do serviço educativo, foram realizadas 124 visitas guiadas e visitas/jogo, construídas de modo a acompanhar cada nova exposição para as distintas franjas de público, particularmente direcionadas aos vários níveis de ensino.



As dinâmicas do Serviço Educativo passam de um modo muito particular pela criação de visitas temáticas e oficinas de prática artística para receber as camadas mais jovens. A experiência tem demonstrado que muitos docentes e educadores trazem os seus alunos mediante o programa educativo que é desenvolvido e, por isso, o investimento tem sido crescente nestas atividades denominadas por visita/jogo.

A par delas, tem vindo a ser crescente o número de oficinas dinamizadas para o período de férias e ainda, mensalmente, como aconteceu com o programa 12 SÁBADOS / 12 OFICINAS, realizadas ao segundo sábado de cada mês e abertas à colaboração dos pais.

Aproveitando as pausas letivas foram realizadas oficinas de vários dias para crianças dos 6 aos 12 anos, a maioria com um público fidelizado desde a primeira oficina. Estas oficinas, uma vez que decorrem em períodos de dois a quatro dias, têm procurado integrar outros equipamentos, como a Biblioteca Municipal, o Teatro Municipal, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje ou o Pavilhão Municipal.

Teatro Municipal de Bragança

O ano de 2014 marca o Teatro Municipal de Bragança (TMB) por ser o ano em que se cumpriram 10 anos de atividade regular deste equipamento cultural. O plano de atividades foi criteriosamente pensado para que cada espetáculo fosse um grande espetáculo e sempre com um objetivo – exercer um serviço público de qualidade proporcionando aos cidadãos momentos de fruição e cultura.

Numa altura tão difícil para os portugueses entende-se que as manifestações culturais de qualidade se deverão manter, pois representam não apenas um forte escape para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas tão afetadas com a crise que vivemos, como também e sobretudo uma marca de resistência, de vontade, de afirmação de uma identidade que não queremos perder. Hoje, mais do que nunca o Teatro Municipal desempenha um serviço público inestimável para as populações contribuindo para a afirmação de uma cultura e de uma identidade. Quando se abdica da cultura, abdica-se da nossa identidade, da nossa formação, dos nossos direitos, de um serviço público que existe para criar a diferença, para promover a

autoestima de cada um, o orgulho, o bem-estar e a qualidade de vida de todos os cidadãos.



Neste sentido, realizaram-se 106 espetáculos, num total de 151 sessões, assistidos por 25.435 espetadores. Fazem parte da história deste espaço os 3 festivais anuais coproduzidos com o Teatro de Vila Real: FAN – Festival de Ano Novo, na sua 8ª edição, com os espetáculos “Gospell Collective”, “Photomaton”, “A revolução dos que não sabem dizer nós”, “Contos de fadas a quatro mãos” com os pianistas Filipe Pinto Ribeiro e Rosa Maria Barrantes e da Banda Sinfónica da PSP, a 10ª. edição do “27 VINTE e SETE”, Festival Internacional de Teatro com início no dia 27 de março, Dia Mundial do Teatro, e durante um mês, a região acolheu 18 espetáculos, dirigidos aos vários públicos e escalões etários e o Festival Douro Jazz, na sua 11ª. Edição, que contou com a participação da *Orquestra de Jazz do Algarve*, *Douro Jazz Marching Band*, *Trio Porteno*, *Joana Espandinha* e *MoFrancesco Quinteto*.

De destacar, no mês de maio, a realização da iniciativa Teatro Aberto, com participação dos agrupamentos de escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, da Escola Superior de Educação e do Teatro de Estudantes de Bragança que,



na semana que lhes estava destinada, mostraram à comunidade diversas atividades que prepararam ao longo do ano letivo.

Música, Dança, Escultura, Pintura, Poesia, Teatro, Astronomia, conferências, workshops de cozinha mediterrânica... foram algumas das áreas para “ver, ouvir e sentir a força criativa e artística” dos alunos das escolas do concelho.

Manteve-se, também, os eventos de referência tais como: o Cantar dos Reis, o Tempo para a Infância - Uma História Desafinada, Ou Nem Por Isso, pelo Teatro das Beiras, e A Cidade Verde e a Cidade Azul, uma peça coreográfica da companhia Quorum Ballet, os Concertos de Verão - O palco na praça e A Prata da Casa - onde foram apresentados 6 espetáculos - 2 por semana - pelos grupos *Le Skeleton Band*, *Los Muchachos*, *Latin Cuba*, *Red House Band*, *Johnny Grace* e *La Bazanca*.

De destacar, o concerto Solidariedade: Chama Solidária com o Orfeão Universitário do Porto, o Encontro de Coros Infanto-Juvenis, o fado com Cuca Roseta e o XVII Encontro Internacional de Grupos Corais.

No dia 13 de setembro, arrancou, formalmente, a nova temporada do Teatro Municipal de Bragança com a apresentação do livro “Teatro Municipal de Bragança 10 anos” e a estreia do espetáculo “O Abade: a vida de um homem que andava a pé”.

A cerimónia começou, ao final da tarde, com a apresentação, por Maria João Vicente (Teatro da Garagem), do livro “Teatro Municipal de Bragança 10 anos”, que reúne testemunhos de diversas personalidades, como músicos, atores, encenadores, criadores, companhias, criativos, sobre a relação que têm com o Teatro Municipal de Bragança e com a equipa que o integra.

À noite, o espetáculo “O Abade: a vida de um homem que andava a pé”, que resulta de uma cocriação do Teatro da Garagem e do Teatro Municipal de Bragança, levou ao palco 15 atores dos 15 aos 82 anos (do Teatro da Garagem e cidadãos bragançanos) que atuaram perante uma casa cheia dando-lhes a conhecer pormenores do quotidiano da vida do Abade de Baçal desconhecidos da grande maioria das pessoas.

Nos meses de novembro e dezembro destacaram-se os espetáculos de teatro “Gata em

Telhado de Zinco Quente”, “Os Maias” (para escolas e público em geral), “Monstros S.A.”, “Uma Pequena História do Mundo” e “Lá Fora...” (teatro para bebés), de música “Contramão” de Pedro Abrunhosa e Comité Caviar, “Gente Estranha” dos Melech Mechaya, Norberto Lobo & João Lobo Sexteto, Galandum Galundaina e o Concerto de Natal pela Orquestra Filarmonia das Beiras, e de dança “A Bela Adormecida” pelo Russian Classical Ballet.

Quadro 9: Dados comparativos anuais dos espetáculos do TMB

Ano	N.º de espetáculos	N.º de Sessões	Lotação	Ocupação	Taxa de Ocupação
2012	83	114	25.137	20.676	82,25%
2013	82	115	24.568	18.758	76,30%
2014	106	151	32.837	25.435	77,40%

Encerraram, no dia 20 de dezembro, as comemorações dos 10 anos do Teatro Municipal de Bragança com a apresentação do livro “Teatro Municipal – Fotografia”, de Maria Adelina Sousa, na sala de atos. Este livro reúne 80 das centenas de fotografias que a fotógrafa captou, retratando pormenores que, normalmente, passam despercebidos aos espetadores da sala.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje

Durante o ano, numa tentativa de valorizar o trabalho dos artesãos ligados à temática da máscara, foram expostos os trabalhos de Óscar Barros e Carlos Ferreira.

Visitaram o Museu, durante o ano, 8.318 pessoas, sendo 5.535 de nacionalidade portuguesa, 1.699 de nacionalidade espanhola e 1.084 de outras nacionalidades, e foram realizadas 69 visitas guiadas.



Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira

Durante o ano foi registada a presença de 25.281 utentes em todas as secções da biblioteca, conforme quadro seguinte.

Quadro 10: N.º de utilizadores anuais das bibliotecas

Ano	Total Geral	Biblioteca Sec.	Biblioteca	Biblioteca Sec.
		Adultos	Adriano Moreira	Infantil
2012	29.238	21.755	2.513	4.970
2013	26.438	18.298	2.145	5.631
2014	25.281	17.805	2.287	5.189

Na secção infantil foram desenvolvidas várias atividades, tais como: projeção de filmes, desenho e pintura, hora do conto e outras atividades desenvolvidas no âmbito das oficinas de Natal e Páscoa.



Nos dias 17 e 18 de março, integrada na programação da “Semana da Leitura” decorreu a atividade “O Escritor vai à Escola”, no âmbito da Rede de Bibliotecas de Bragança, com a escritora infantil Sílvia Maria Teixeira Alves que desenvolveu atividades sobre a sua obra, nas de escolas da cidade e na vila de Izeda.

Nos dias 06, 13 e 20 de dezembro, no âmbito do projeto “Bragança Terra Natal e de Sonhos” realizou-se a atividade Hora do Conto.

No dia 13 de dezembro, o Município de Bragança e a Academia de Letras de Trás-os-Montes prestaram homenagem ao Professor Doutor Ernesto Rodrigues, que comemorou 40 anos de vida literária.

As comemorações incluíram um debate em mesa redonda, o documentário “Ernesto Rodrigues – 40 anos de vida literária”, a apresentação do livro “Passos Perdidos” e as exposições “Biografia de Ernesto Rodrigues e “Bragança anos 60/70 – 2014”.

Inseridas no ciclo de conferências “Biblioteca Adriano Moreira, Conversas sobre Valores e o Futuro” realizaram-se, no espaço da Biblioteca Municipal, no dia 26 de novembro de 2014 a conferência “Europa – Portugal: a interdependência” e o lançamento do livro “Este é o tempo”, do Professor Adriano Moreira, com o comentário do jornalista Vitor Gonçalves e a apresentação do Eng.º António Jorge Nunes.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições

Durante o ano de 2014 estiveram patentes nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões 10 exposições de diversas áreas como pintura, documental, escultura, desenho, gravura e fotografia, que foram visitadas por 3.277 pessoas.

No Centro Cultural estiveram patentes até ao dia 26 de janeiro de 2014 a exposição *Máscaras da Ásia*, da Coleção da Fundação Oriente/Museu do Oriente, na Sala Luís de Camões, e a exposição dos trabalhos dos concursos da Mascararte 2013, na Sala Miguel de Cervantes, integradas no programa da VI Bienal da Máscara – Mascararte 2013.



No dia 31 de janeiro foram inauguradas, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, a exposição de pintura "Seus Amores / Amores Meus", de Manuel Duarte Ferreira, a partir da obra "Meus Amores", de Trindade Coelho e a exposição "Desenho a várias mãos", de J. Freire e companhia, constituída por 61 trabalhos desenhados por 51 crianças e finalizados, posteriormente, pelo artista João Carlos Freire.

No dia 3 de maio foram inauguradas as exposições *ESAB em África*, exposição de fotografia de docentes da Escola Superior Agrária de Bragança, na sala Miguel Cervantes, e *O Ser e o Devir*, exposição de fotografia de Virgílio Ferreira, na sala Luís de Camões.

De 11 de julho a 30 de agosto, esteve patente a exposição de Fotografia "Ramais do Douro Desativados", de Carlos Cardoso, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões.

Nestas salas foi inaugurada no dia 04 de setembro a exposição de trabalhos da "X Bienal do Eixo Atlântico 2013/14" – Prémio Eixo Atlântico/Prémio Jovens Talentos Luso-Galaicos que apresentou os trabalhos de 28 artistas, entre os quais António Santos, a residir em Bragança, e no dia 10 de outubro foi inaugurada a exposição de pintura de Pedro Barreiros "Formas Sem Limite II" que esteve patente até ao dia 29 de novembro de 2014.

No dia 05 de dezembro foi inaugurada, na sala Luís de Camões, a exposição "Epigrafia Romana do Concelho de Bragança" que se prolongou até ao corrente mês de abril.

No auditório do Centro Cultural, no dia 17 de outubro, decorreu a apresentação do livro "Intervenções Políticas, Profissionais e Cívicas", de Luís Manuel Machado Rodrigues. A obra, apresentada pelo Eng. António Jorge Nunes, reúne, em cinco capítulos, as intervenções feitas, ao longo de 20 anos, na Assembleia Municipal de Bragança e na Assembleia da República, artigos de imprensa e crónicas, intervenções institucionais em cerimónias solenes promovidas pela Assembleia Municipal de Bragança e textos escritos ao longo da sua vida enquanto profissional e cidadão.

Centro de Fotografia Georges Dussaud

No dia 01 de novembro, no âmbito da 13.ª Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca e Norcastanha, foi inaugurada a exposição, composta por um total de 57 fotografias de Georges Dussaud, *“Tempo de Castanhas”*, que reúne trabalhos inéditos efetuados pelo fotógrafo francês no outono de 2013, em diversas aldeias do Concelho de Bragança, e que vai estar patente até ao dia 15 de maio de 2015.

Visitaram o Centro de Fotografia, desde o dia 1 de maio de 2014, 3.745 pessoas, sendo 3.031 de nacionalidade portuguesa, 337 de nacionalidade espanhola e 377 de outras nacionalidades.



Desporto e Juventude



Desporto, saúde e bem-estar

O desporto tem adquirido, cada vez mais, uma grande importância na sociedade brigantina, apresentando um carácter de coesão social e de consolidação da cidadania.

É amplamente reconhecido que o exercício físico é essencial à promoção da saúde, bem-estar e prevenção de doenças.

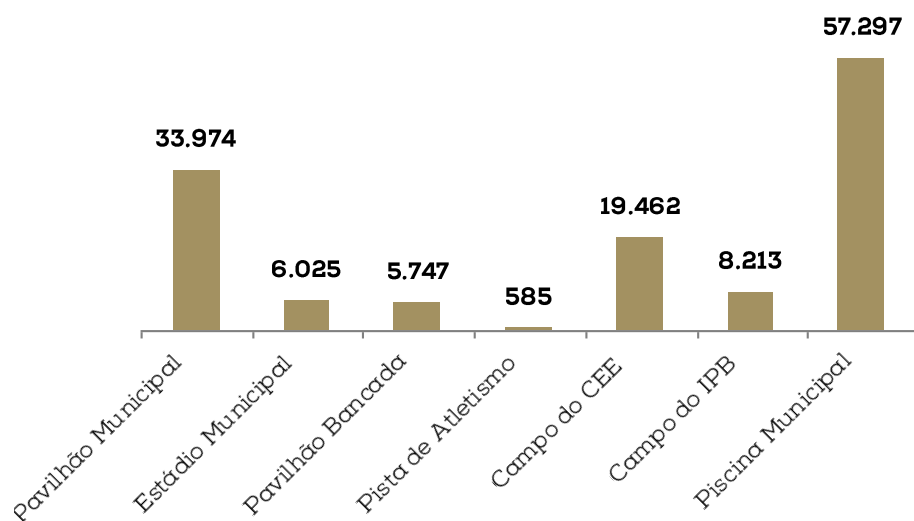
Por seu lado, o desporto, como atividade física competitiva organizada, tem também um papel relevante quer pelas suas implicações na vida social, quer na formação dos jovens, instituindo-lhes importantes valores e princípios que se revelam fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, participativa e inclusiva.

Neste âmbito, o Município disponibiliza aos cidadãos meios e oportunidades para que estes possam usufruir de atividades desportivas, ao ar livre e nos equipamentos desportivos municipais,

A assunção desta política é evidenciada em programas como “Mexa-se”, “Desporto Sénior no Meio Rural”, completamente gratuitos e aberto a todos aqueles que queiram participar.

Para além da promoção da prática desportiva de carácter informal, as iniciativas de 2014 pretenderam desenvolver e dar apoio às importantes atividades de competição formal, assumindo para isso as indispensáveis parcerias com as associações e coletividades desportivas, das várias modalidades, do Concelho.

Gráfico 10: Ocupação dos equipamentos desportivos, 2014



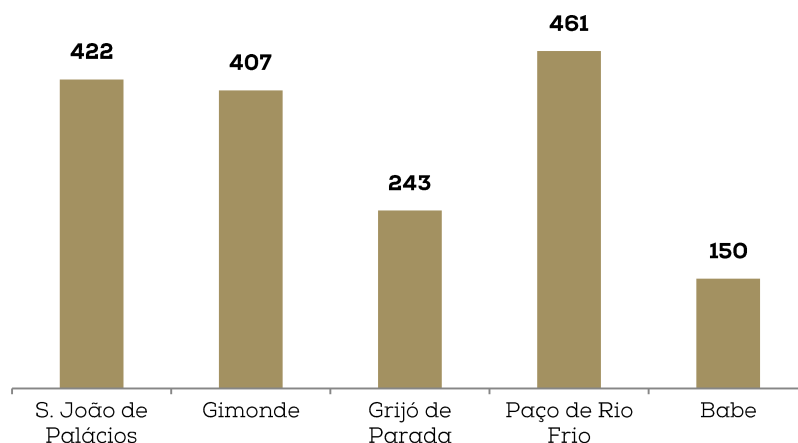
No decurso do ano foram realizadas diversas atividades:

- ✓ Desporto Sénior no Meio Rural: O Município de Bragança, convicto dos efeitos positivos da atividade física na população em geral e na sénior em particular, promove um programa de Desporto Sénior dirigido aos cidadãos do meio rural, envolvendo cerca de 140 seniores, das Uniões/Freguesias de S. Julião de Palácios, Grijó de Parada, Paçó Rio Frio, Gimonde e Babe

Este programa tem como finalidade melhorar a qualidade de vida através da prática de atividade física regular, desenvolvendo as capacidades psicomotoras, sociais e cognitivas, promovendo a saúde e o bem-estar e combatendo o isolamento, tão habitual em pessoas destas faixas etárias.

Semanalmente os técnicos de desporto da autarquia vão ao encontro dos seniores, inscritos neste programa, incentivando-os a estimular o corpo com exercícios simples, contudo importantes para encarar a rotina do dia-a-dia de forma mais ativa.

Gráfico 11: Participantes no projeto “Desporto sénio no meio rural”, 2014



- ✓ Passeios Pedestres/Passeios BTT: Ao longo do ano realizam-se 21 passeios pedestres e 3 passeios de BTT, com a participação de 1865 pessoas, por trilhos e caminhos, em permanente contacto com a natureza. Os percursos pedestres variam entre 8 e os 13 km de BTT entre 20 a 60 km, com duração máxima de 3 horas num ritmo moderado e acessível a todas as pessoas que gostem de caminhar, apreciar a natureza e conhecer melhor o ambiente que as rodeia.
- ✓ Dia do Desporto: No dia 7 de junho, no âmbito do Dia do Desporto, 100 pessoas praticaram exercícios fitness, em frente ao Teatro Municipal de Bragança. Decorreu, ainda, natação para bebés na Piscina Municipal, a Maratona de Futsal, no Pavilhão Municipal (do dia 6 ao dia 8 de junho) e o Passeio BTT Noturno, que contou com a participação de 80 ciclistas.
- ✓ Bragança Ativa: Este programa, destinado à população sénior, visa

sensibilizar para a prática de atividade física, alimentação e rotinas saudáveis. Sob a temática "Prevenção da Demência na População sénior", o evento começou com uma palestra, a cargo de uma equipa dos Centros de Saúde da Sé e de Santa Maria, à qual se seguiram aulas na rua e na Piscina Municipal. Estiveram presentes nas atividades do "Bragança Ativa" alguns dos participantes frequentes dos programas, promovidos pelo Município de Bragança, Desporto Sénior no Meio Rural, Mexa-se e Hidro Sénior, bem como alguns utentes do Centro de Dia da Cáritas, do Centro de Dia Santos Mártires, do Centro Social e Paroquial de Espinhosela e da Obra Social Padre Miguel.

- ✓ Maratona de Hidroginastica By Night: Com esta modalidade pretende-se que os participantes convivam com formatos de aula diferentes e mais evoluídos que os possam desafiar na busca de uma melhor performance. Estilos musicais, coreografia, liderança e condução de aula, execução técnica e sentido estético são os ingredientes fundamentais para que a atividade decorresse num ambiente descontraído onde é visível a satisfação e alegria dos participantes.
- ✓ Encontro de Jogos Tradicionais: No dia 1 de maio, Dia do Trabalhador, decorreu o XV Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança, na localidade de Pinela.
- ✓ Campeonato Nacional de Clubes da 4.ª Divisão: Nos dias 1 e 2 de novembro, 220 atletas, de 22 clubes de todo o País, estiveram em Bragança, onde participaram no Campeonato Nacional de Clubes da 4.ª Divisão. Esta fase de qualificação, organizada pela Federação Portuguesa de Natação, com o apoio da Associação Regional de Natação do Nordeste e do Município de Bragança, permitiu o apuramento das quatro melhores equipas, em femininos e masculinos.
- ✓ Mexa-se Em Bragança: É um programa de atividade física regular, com a participação de 70 inscritos, que decorre no pavilhão e na piscina municipal, tendo sido direcionado para indivíduos entre os 35 anos e os 65 anos de idade como prevenção secundária da diabetes Mellitus Tipo 2. Mexa-se em Bragança promove o aumento da prática regular de atividade física, numa perspetiva da

melhoria da saúde e da qualidade de vida da população da cidade de Bragança.

Executadas as obras de melhoria da cobertura e bancada do Estádio Municipal Eng.º José Luís Pinheiro. Investimento de 132 mil euros.

Juventude



O Município de Bragança reconhece que os jovens são um pilar estratégico no desenvolvimento sustentável do Concelho.

Neste âmbito, o Executivo Municipal definiu como prioridade, para o quadriénio 2014-2017, estimular a participação e intervenção dos jovens na definição das políticas municipais de juventude, através do diálogo e partilha de ideias e experiências,

Para a prossecução desse desiderato foi instalado, no dia 12 de agosto de 2014, o Conselho Municipal de Juventude de Bragança. Este órgão consultivo do Município, sobre matérias relacionadas com as políticas de Juventude, prossegue, entre outros, o fim de colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas setoriais de relevância para os jovens.



No decurso do ano de 2014 foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- ✓ Festa “Carnaval Jovem”, numa organização do Município em parceria com as associações de estudantes dos agrupamentos de escolas do concelho.
- ✓ Participação de jovens de Bragança nos Jogos do Eixo Atlântico.
- ✓ Educação+Financeira, promovida pela Universidade de Aveiro e Caixa Geral de Depósitos com o apoio do Município, com vista à sensibilização e formação de consumidores para enfrentar as dificuldades e desafios do quotidiano, com a participação de 500 jovens brigantinos.
- ✓ Semana da Juventude, de 5 a 12 de agosto, realizada pela primeira vez em Bragança, com um programa diversificado de atividades, culminando com uma Sunset nas Piscinas do Clube Académico de Bragança. Durante essa semana participaram nas atividades cerca de 2 mil jovens.
- ✓ Férias desportivas e culturais, com a participação de 362 jovens do Concelho. Este projeto visa promover a atividade desportiva junto dos jovens para um crescimento saudável, fundamentando-se em conceitos educacionais que auxiliam o desenvolvimento da organização pessoal, da responsabilidade, da integração social, da independência, da cooperação, da ética, do respeito e do espírito desportivo.
- ✓ Foi, ainda, atribuído apoio, logístico e financeiro, às associações juvenis, no desenvolvimento dos respetivos planos de atividades, assim como à Associação Académica do IPB na realização da Receção ao Caloiro, Semana do Caloiro e Semana Académica e outros eventos promovidos pelas várias Associações de Estudantes das Escolas do IPB.



Desenvolvimento Económico e Competitividade

Bragança é, hoje, um concelho dinâmico, atrativo e moderno, com instituições bem organizadas e empresas competitivas, bem infraestruturadas, instituições de ensino superior de qualidade, que a par da melhoria das acessibilidades, de equipamentos coletivos de qualidade e a existência de uma boa percentagem de mão-de-obra jovem qualificada, será capaz de responder às exigências de uma economia cada vez mais global e competitiva.

O tecido empresarial de Bragança ganhou dimensão exportadora e tornou-se mais competitivo.

Bragança, no ano de 2000, representava 0,14% das exportações da Região Norte e em 2013 já representava 1,59%.

Bragança, em 2013, exportou cinco vezes mais do que a NUT Douro, seis vezes mais que os restantes municípios da NUT Alto Trás-os-Montes e 60,76% dos 33 municípios que integram as duas NUT (Douro e Alto Trás-os-Montes), o que evidencia que Bragança a consolidação da sua atratividade e liderança regional ao nível das atividades económicas exportadoras.

O desenvolvimento económico é um pilar estratégico para a prossecução da Missão do Município, pelo que em 2014 foram implementadas importantes ações e projetos de dinamização da economia local e de reforço da competitividade de Bragança.

Agricultura, pecuária caça e pesca



- ✓ Apoio à realização de feiras e certames no Concelho de Bragança (Coelhoso, Macedo do Mato, Rabal, Parada, S. Pedro de Sarracenos, Samil e Izeda), para promoção e divulgação dos produtos da terra e raças autóctones.
- ✓ No dia 1 e 2 de agosto realizou-se o Concurso Distrital de Ovinos de Raça Churra Bragançana, com o apoio financeiro e logístico do Município de Bragança.
- ✓ No dia 21 de agosto, no âmbito das Festas de Bragança, realizou-se o Concurso Concelhia de Bovinos de Raça Mirandesa e a Luta de Touros, no Recinto de Valorização de Raças Autóctones, assistida por mais de 3 mil pessoas.
- ✓ Durante o ano procedeu-se à limpeza, enchimento e manutenção de caminhos agrícolas, com maquinaria municipal, no sentido de melhor o acesso aos terrenos agrícolas e assim estimular e valorizar a atividade agrícola.
- ✓ De 30 de outubro a 2 de novembro de 2014 realizou-se a 13.ª Feira



Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha, com o objetivo de valorizar a fileira da castanha e os setores cinegético e piscícola.

A 13.ª edição teve a Caça, a Pesca, a Castanha e a Gastronomia como temas centrais de um programa recheado de atividades, que constituiu um motivo de atração para muitos visitantes. O rico e variado programa deste ano incluiu 30 atividades diferentes, como concursos, provas, passeios, montarias, seminários e outras iniciativas de animação, que complementaram a oferta de produtos dos cerca de 90 espaços de exposição, nos quais se podia encontrar material de caça e pesca, produtos regionais e tradicionais, gastronomia e artesanato, entre muitos outros. Participaram, ainda, dois expositores da região de León / Espanha, fruto da dinamização das relações transfronteiriças entre Bragança e León.

Promoção Económica e Turismo

Promoção económica

- ✓ A edição de 2014 do Festival do Butelo e das Casulas, realizado de 21 a 23 de fevereiro, potenciou de forma evidente a promoção económica e turística de Bragança. O espaço de produtores locais (instalado na Praça da Sé e que foi a principal novidade do evento), foi uma aposta ganha, tendo recebido a visita de centenas de pessoas da região e, sobretudo, de Espanha para adquirirem butelos, casulas, fumeiro e produtos regionais aos 14 produtores concelhios presentes. A animação foi promovida durante, os 3 dias do evento, com a participação de gaiteros e caretos, tendo ainda sido realizada uma visita guiada à cidade de Bragança.
- ✓ A Feira das Cantarinhas e a XXVIII Feira do Artesanato de Bragança regressou, em 2014, ao centro histórico de Bragança. Este regresso ao centro insere-se na estratégia municipal de promoção económica e turística, bem como de dinamização do centro urbano de Bragança, “coração” da cidade. Milhares de pessoas passaram pela Feira das Cantarinhas e Feira do Artesanato, usufruindo de um vasto e diversificado programa de animação

diurno e noturno, traduzindo-se ainda na dinamização do comércio tradicional.

- ✓ A Banca na Praça realizou-se, pela primeira vez, em todos os 2.º e 4.º sábados de junho a setembro, tendo registado um envolvimento alargado dos expositores e uma procura assinalável por parte dos munícipes e turistas. O centro histórico ganhou mais vida com a iniciativa “Banca na Praça”, com a presença de 10 bancas, onde se venderam os mais variados produtos como artesanato, pão e bolos, produtos hortícolas, antiguidades e mel.
- ✓ Durante o ano 2014 foram promovidas diversas reuniões setoriais, nomeadamente com as empresas de animação turística, unidades de restauração, empreendimentos turísticos, empresários, comerciantes do centro urbano, associações de criadores, produtores de fumeiro e empresários de estabelecimentos noturnos, com o objetivo de auscultar os mesmos sobre os constrangimentos, necessidades e oportunidades em cada uma das áreas, bem como das eventuais formas de cooperação no setor e entre atividades complementares. Estas reuniões temáticas registaram a participação de mais de 200 gestores/empresários/responsáveis.
- ✓ Os festivais “Super Gastronómicos” realizaram-se pela primeira vez no interior do País, tendo sido selecionada a cidade de Bragança para tal. De 12 a 21 de setembro, a Carne na Praça pretendeu divulgar e enaltecer a qualidade das carnes transmontanas, proporcionando a harmonização com cervejas artesanais. Em paralelo ao evento, foram realizados vários showcookings com chefes transmontanos e, no âmbito da campanha “Portugal Sou Eu”, foram realizadas várias demonstrações de utilizações culinárias de produtos com origem em Portugal.
- ✓ No âmbito da recente cooperação com a Diputación de León dois empresários de Bragança participaram, pela primeira vez, na XXI Feira de Produtos de León, que decorreu de 10 a 12 de outubro em León, durante a qual passaram mais de 65.000 visitantes.
- ✓ Realizou-se mais uma vez a Semana Gastronómica da Norçaça, Norpesca e

Norcastanha, que decorreu de 25 de outubro a 2 de novembro em 27 restaurantes aderentes, tendo-se verificado um incremento no número de restaurantes aderentes em relação aos anos anteriores.

- ✓ De 6 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a magia e o espírito natalício “tomaram conta” do Centro Histórico de Bragança, por onde passaram cerca de 50 mil pessoas, com destino à Pista de Gelo (a principal atração deste inverno) ou, simplesmente, para apreciarem as iluminações natalícias ou o presépio em tamanho real.

Durante o período de funcionamento da pista de gelo na Praça Camões, utilizaram a mesma 12.957 pessoas, o que se traduz numa média 446 pessoas/dia.



A Banca de Natal, que se realizou na Praça da Sé nos sábados do mês de dezembro, permitiu a promoção e dinamização económica no centro urbano, tendo estado à venda produtos hortícolas, artesanato, bolos e doces de Natal.

Quando comparado com período homólogo verificou-se um aumento de 45,3% na taxa de utilização do parque de estacionamento da Praça Camões; um incremento de 3,5% no número de turistas atendidos no posto de turismo municipal (sendo maioritariamente com origem em Espanha); aumentos na ordem dos 6,2% nas taxas de ocupação hoteleira na cidade de Bragança e

mais um acréscimo de 7,2% no número de visitantes dos equipamentos culturais.

A iniciativa “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”, realizada pela primeira vez, teve como principal objetivo animar a cidade e os bragançanos, bem como estimular a atividade económica e o turismo, fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Bragança.

- ✓ No ano de 2014 foi iniciado o estudo para implementação, a partir de 2015, do Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano, com o objetivo estratégico de reforçar o papel do turismo cultural em Bragança como indutor de atratividade, competitividade, sentimento de pertença e bem-estar, de acordo com 5 eixos estratégicos identificados no esquema seguinte:



- ✓ Durante o ano 2014, procedeu-se à dissolução e incorporação do Mercado Municipal de Bragança na estrutura organizativa do Município de Bragança. Assim, por forma a adaptar a regulamentação associada, foi aprovada a 1.ª alteração do Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança, bem com a fundamentação económico-financeira relativa aos valores das taxas de utilização/ocupação.
- ✓ Relativamente à ocupação comercial do Mercado Municipal de Bragança, no final do ano 2014, registou-se uma ocupação de 71,43% dos espaços do Mercado Tradicional e 94,12% dos espaços da Galeria Comercial. Foi produzido material de divulgação do Mercado Municipal de Bragança, direcionado para os utilizadores e potenciais investidores, com o objetivo de aumentar as taxas de utilização do equipamento e os índices de ocupação dos módulos e lojas.

Turismo

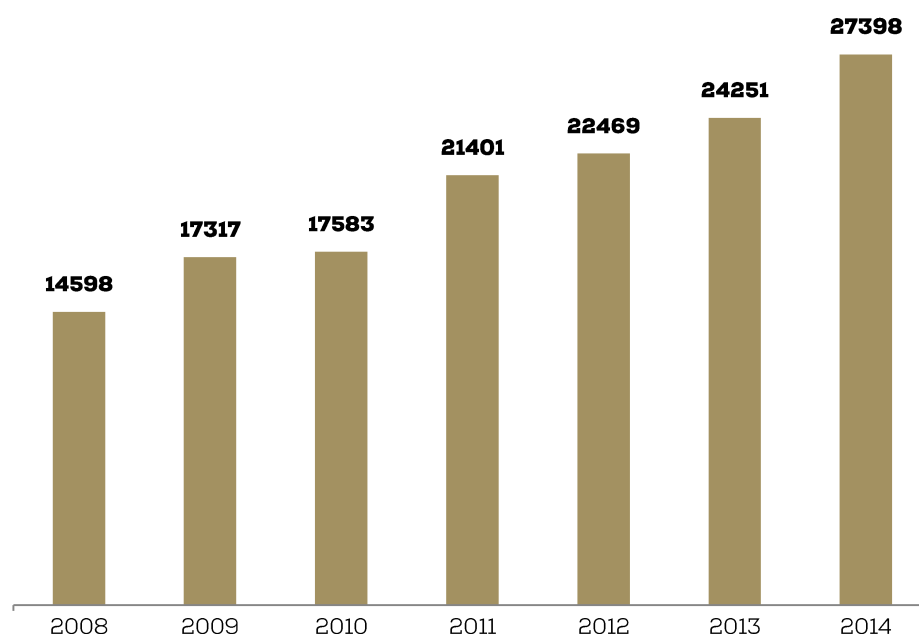


No Posto de Turismo Municipal foram atendidos durante o ano 2014 um total de 27.398 turistas, correspondendo a um incremento de 11,98% em relação a 2013.

Este importante indicador é resultado da estratégia do Executivo na promoção do território no exterior, com o objetivo de atrair mais turistas, por forma a contribuir para a dinamização da economia local e com isso gerar mais valor e riqueza

concelhia, fundamentais para a criação de emprego e sustentabilidade deste território.

Gráfico 12: Evolução do n.º de atendimentos no Posto de Turismo Municipal



As nacionalidades com maior expressividade, no ano de 2014, foram a espanhola com um valor total de 5879, representando 21,46% dos visitantes. A francesa com um número total de 5069 visitantes correspondendo a 18,50% e a portuguesa com um total de 2725 representando 9,95%. O somatório total destas três nacionalidades corresponde a 13673 turistas atendidos, representando 49,91%.

Durante o mês de junho de 2014 realizaram-se obras de requalificação do Posto de Turismo Municipal, tendo-se melhorado de forma significativa as condições de atendimento ao turista e a informação disponibilizada.

Em 2014 foi iniciado o processo de renovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável – CETS do Parque Natural de Montesinho, que foi atribuída pela última vez em 2009. A Carta Europeia de Turismo Sustentável é um galardão outorgado pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais – Europarc aos espaços protegidos ou classificados que se comprometem a desenvolver um turismo de

qualidade, promotor da atividade económica, respeitoso e compatível com a conservação do meio ambiente e bem-estar da população autóctone.

O Município de Bragança celebrou um Protocolo de Colaboração com a Diocese de Bragança-Miranda, no dia 25 de março de 2014, com vista à promoção e divulgação do turismo religioso em Bragança.

Durante o ano 2014 realizaram-se 14 visitas guiadas, totalizando 665 turistas, com origem em diversas cidades portuguesas, Espanha, Alemanha, Dinamarca, Polónia, Eslovénia Itália, Hungria, Peru, Nova Zelândia e Estados Unidos da América.

O Município de Bragança participou na II edição da Expocidades que decorreu na cidade de Pontevedra de 4 a 5 de julho de 2014. Este evento contou com a presença das 34 cidades pertencentes ao Eixo Atlântico, tendo passado pelo espaço cerca de 45000 visitantes espanhóis.

Iluminação pública, telecomunicações e energia

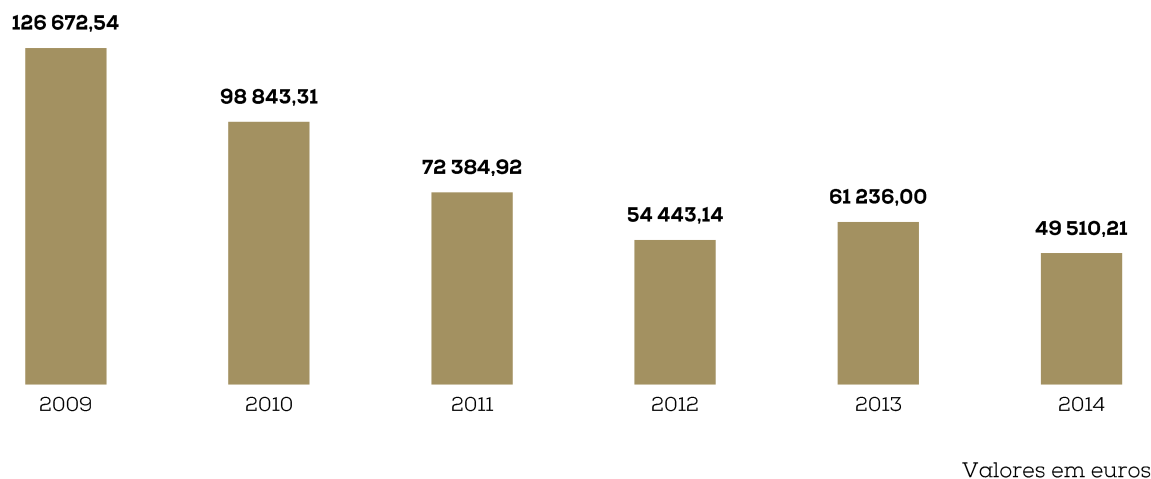
Telecomunicações

As evoluções tecnológicas na área das telecomunicações permitem arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações.

Para tal, depois de terminado o estudo para reestruturação da rede de telecomunicações, com a integração dos serviços da rede fixa e móvel numa arquitetura única, baseada numa rede virtual de comutação disponibilizada por um operador, o Município melhorou a qualidade de serviço das comunicações de voz e dados (fixas e móveis), reduzindo os custos de operação em cerca de 50%.



Gráfico 13: Evolução do custo com comunicações, incluindo acesso informático em fibra (2009/2014)



Iluminação Pública

No ano de 2014 foi dada continuidade aos trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção direta do Município ou em colaboração com outras entidades, nomeadamente a EDP, destacando-se a melhoria e reestruturação da rede com a remodelação da linha MT para Montesinho.

Destaca-se, ainda, a eliminação completa das lâmpadas de mercúrio (brancas) por lâmpadas de sódio (amarela) com melhor eficiência energética.

Continuou-se, de forma sustentada, a intervir na iluminação da cidade remodelando redes ou substituindo luminárias a par da requalificação urbana. No ano de 2014 foram instalados 18 novos pontos de luz.

No âmbito da redução da fatura energética com a iluminação pública, desenvolveram-se as seguintes ações:

- Substituição de todas as lâmpadas de iluminação pública para a tecnologia Led (48 lâmpadas) na aldeia de Montesinho, tornando-se a primeira aldeia do norte de Portugal com iluminação 100% led (com mais de 50% de poupança de energia);
- Substituição de 21 lâmpadas de iluminação pública para Leds na rua D. Afonso V

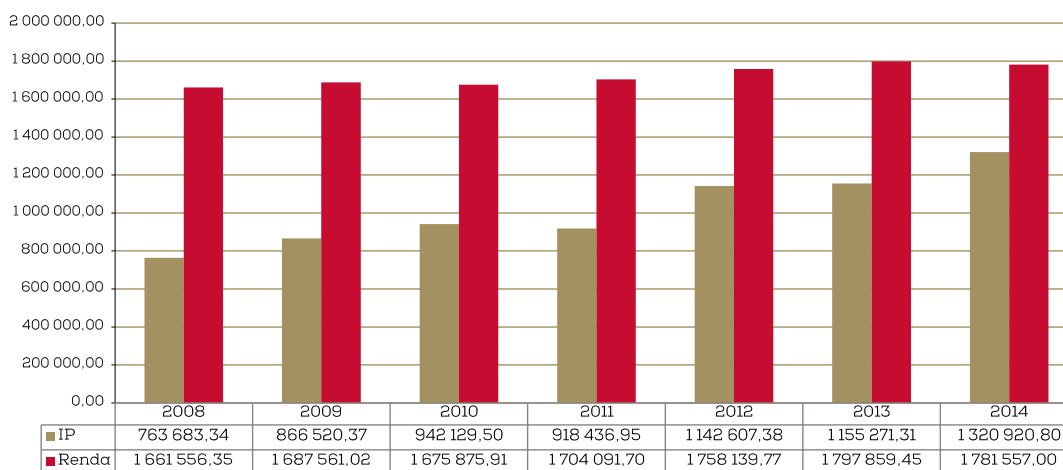
(com mais de 75% de poupanças de energia);

- Candidatura ao POVT e lançamento do concurso público internacional para a substituição de 1.301 armaduras do tipo convencional para tecnologia Led. Com este investimento de 379.053€ + IVA (co-financiado em 85%) que terá lugar em 2015 e irá incidir na iluminação das principais artérias viárias da cidade de Bragança, prevê-se uma poupança de energia de cerca 60,5% (cerca de 61.000€/ano).

O gráfico seguinte ilustra a evolução do custo da energia em iluminação pública e da renda de concessão entre 2008 e 2014.

O rácio "Iluminação pública/renda" para o ano de 2014 é de 74%, o que reflete um saldo financeiro positivo evidenciando a gestão rigorosa dos últimos anos no que respeita à iluminação pública.

Gráfico 14: Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública vs renda de concessão (2008/2014)

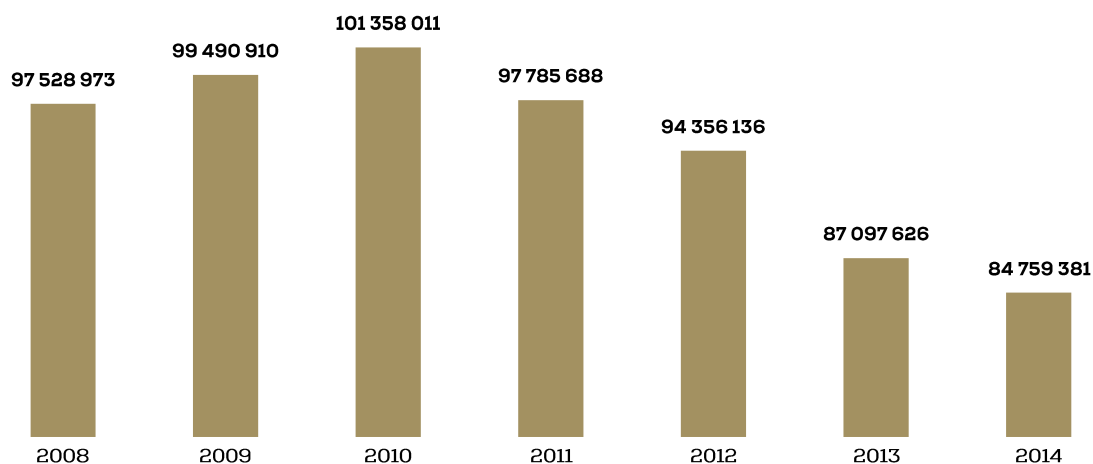


Valores em euros

Energia

O gráfico seguinte descreve a evolução dos consumos de energia elétrica (baixa tensão) verificada no Concelho de Bragança entre 2008 e 2014 (Fonte: EDP). Verifica-se uma diminuição de 16,4% dos consumos de energia entre 2010 e 2014, que poderá ser consequência da atual conjuntura económica e financeira que afeta as famílias e obriga a medidas de contenção ao nível das despesas realizadas.

Gráfico 15: Evolução dos consumos de energia elétrica (baixa tensão) no concelho de Bragança, em Kwh (2008/2014)



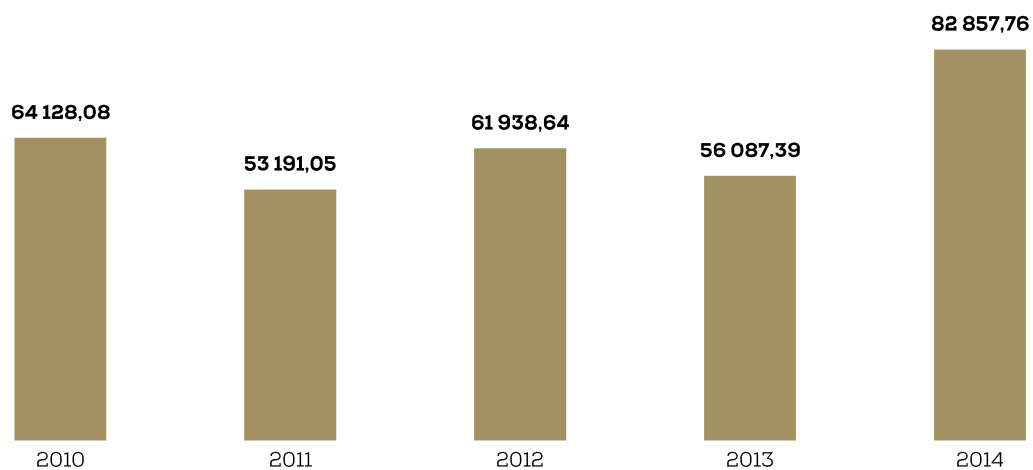
Fonte: EDP

Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foram, em 2009, instaladas 4 unidades de microprodução com fonte de energia solar em outros tantos edifícios municipais, sendo que, no ano de 2011, foi iniciada a instalação da micro central do Fervença que foi concluída em 2012. No âmbito da reconversão urbanística da zona do Forte São João de Deus foi instalada uma central solar de mini produção com potência instalada de 250 KW.

Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o Município está em fase de implementação o “Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança”. Este documento define as ações a desenvolver nas áreas das energias renováveis e na eficiência energética, com indicação das prioridades, com o objetivo de, até 2020, ser reduzida a emissão de CO2 do Concelho em pelo menos 20%, tendo como ano base 2009.

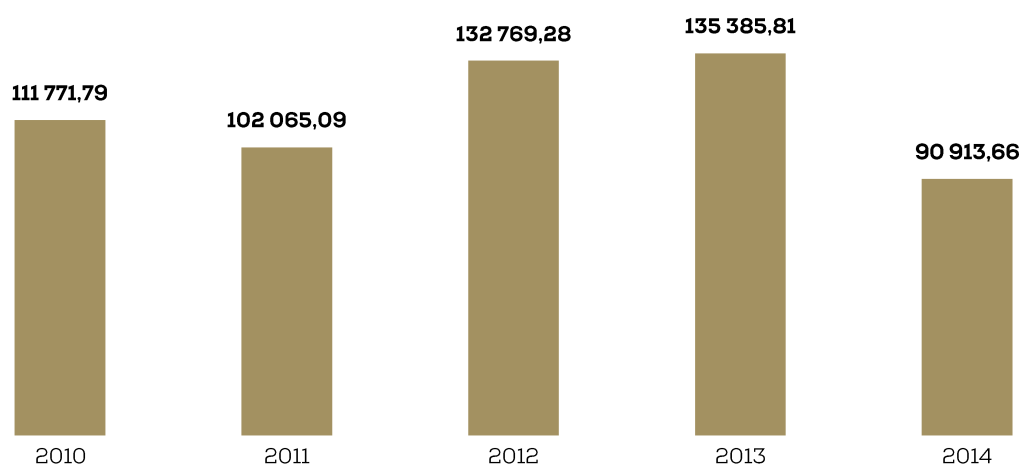


Gráfico 16: Evolução do custo com a eletricidade nas escolas do ensino básico do Concelho de Bragança (2010/2014)



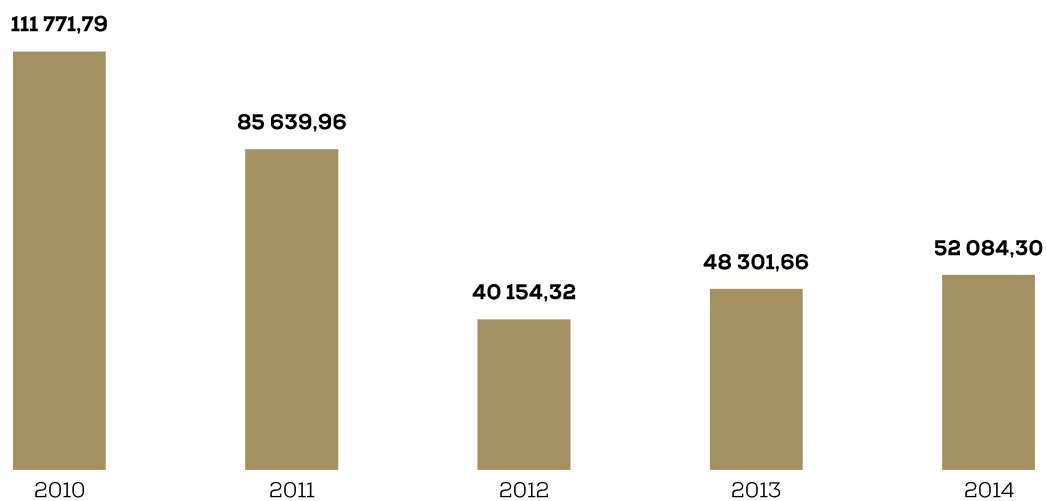
Valores em euros

Gráfico 17: Evolução do custo com a eletricidade nas infraestruturas "edifícios em baixa tensão" (2010/2014)



Valores em euros

Gráfico 18: Evolução do custo com a eletricidade nas bombas de água (2010/2014)



Valores em euros

Verifica-se uma diminuição acentuada da despesa energética com as bombas de água desde 2012, resultante da transferência da gestão e exploração destes equipamentos para a empresa AGS.

Gráfico 19: Distribuição da fatura de electricidade, por tipo de consumidor, 2014

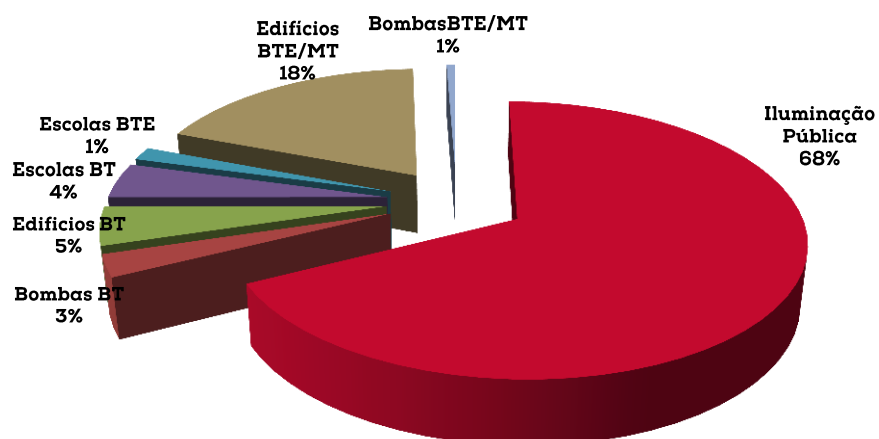


Gráfico 20: Evolução dos custos com gás natural (2009/2014)

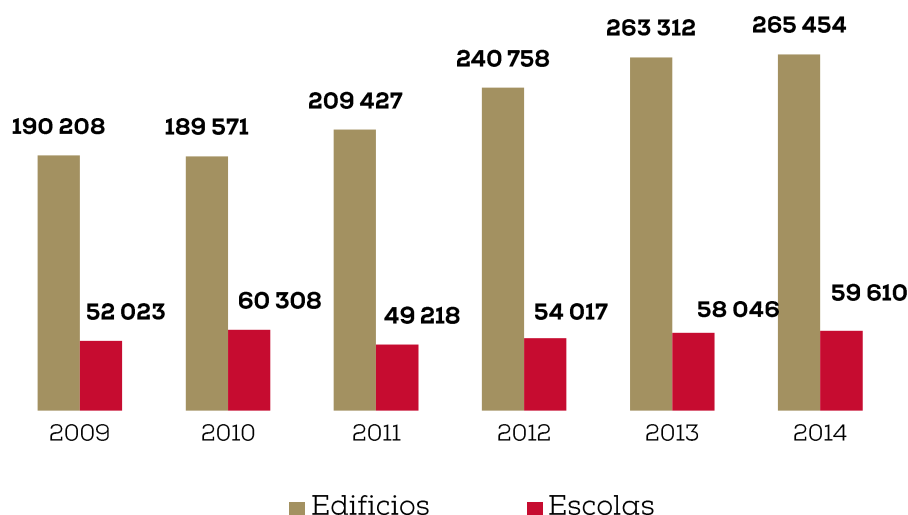
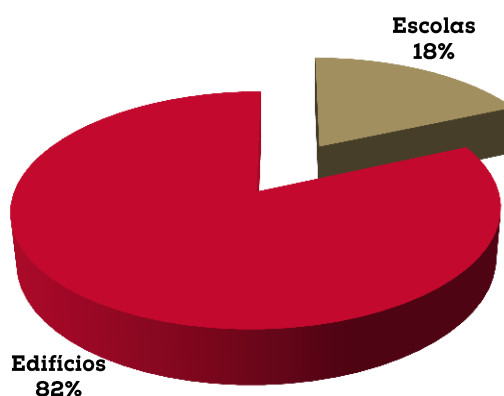
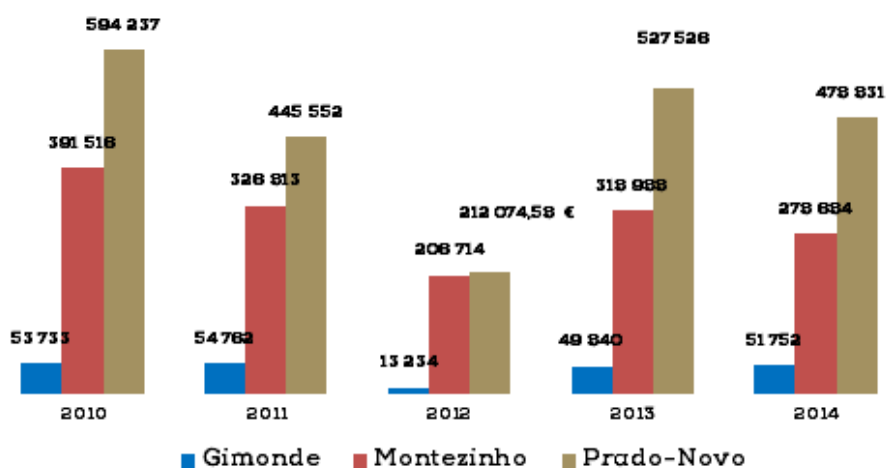


Gráfico 21: Distribuição da fatura de gás natural, por tipo de consumidor, 2014



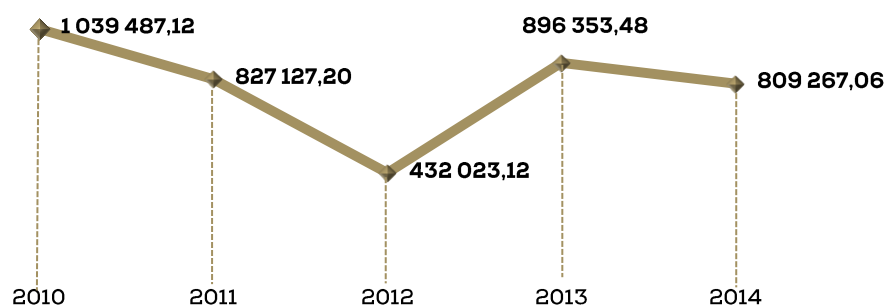
A produção de energia verificada no ano de 2014 nas centrais hidroeléctricas do Prado-Novo, Montesinho e Gimonde foi de 11.721.310 kWh o que corresponde a uma faturação de 809.267 euros + IVA, contribuindo para uma redução na emissão de CO₂ em 2.837 Toneladas.

Gráfico 22: Produção das Centrais Hidroelétricas (2010/2014)



Valores em euros, sem IVA

Gráfico 23: Evolução da Produção das Centrais Hidroelétricas (2010/2014)

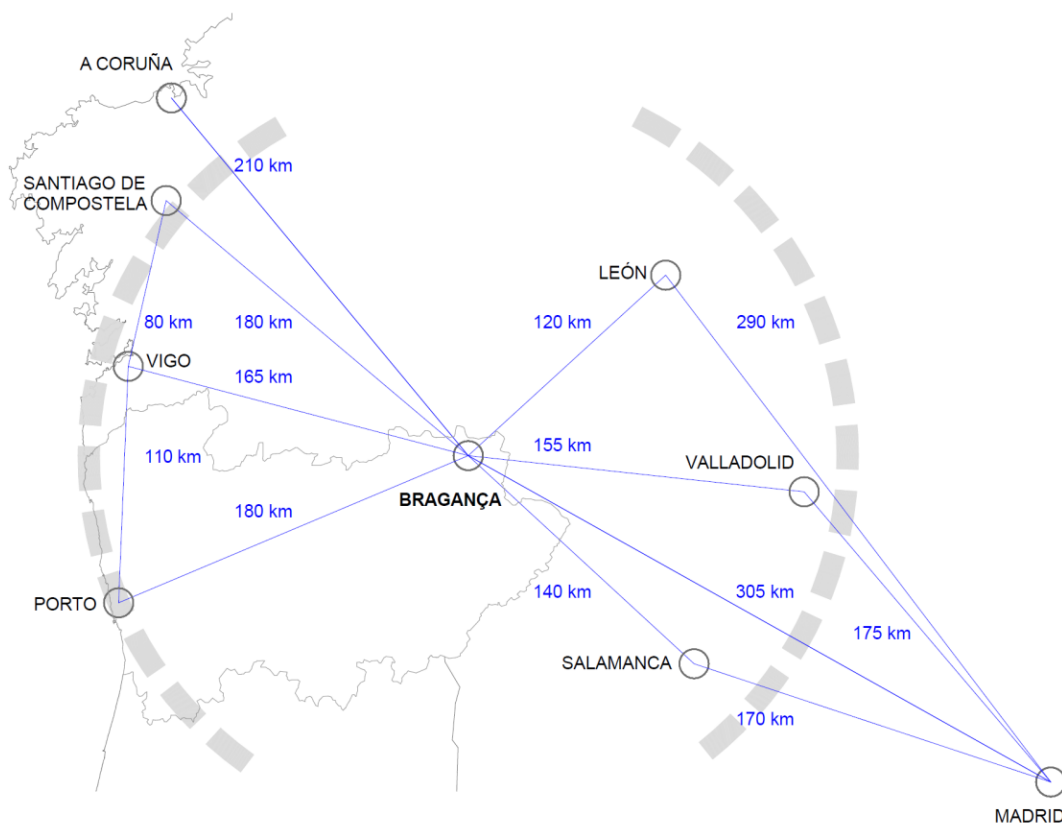


Mobilidade



- ✓ Pavimentação e beneficiação de 4,2 km que ligam Coelho a Argoselo (Concelho de Vimioso), inauguradas no dia 1 de agosto de 2014. Investimento de 380 mil euros.
- ✓ Obras de beneficiação e correcção do Caminho Municipal 1061 Mós-Valverde-Paredes, num total de 8,7 km e um investimento de 835,3 mil euros.
- ✓ Beneficiação de passeios na Av. Abade de Baçal e entrada sul de Bragança, Investimento de 278.671,60 euros.
- ✓ Aprovada em Reunião de Câmara, de 26 de maio de 2014, Resolução sobre a eventual introdução de portagens na A4 - Autoestrada Transmontana, a partir do qual o Município de Bragança solicitou, a Sua Excelência O Primeiro-Ministro, a isenção de portagens.
- ✓ Executados trabalhos correntes de manutenção e conservação da extensa rede viária municipal.
- ✓ Reivindicada a ligação de Bragança a Puebla de Sanábria, Outeiro-Vimioso e Bragança-Vinhais.

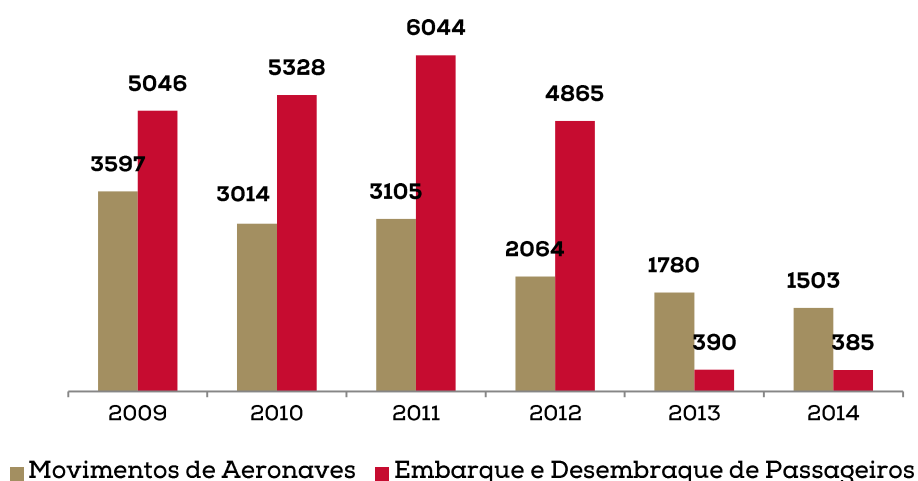
- ✓ Elaborado o estudo de viabilidade de expansão do aeródromo municipal de Bragança e do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria.



- ✓ Em 2014, devido a ações de vandalismo e acidentes viários, foram recolocados 57 sinais verticais. No mesmo período, foram colocados 29 sinais de trânsito, cumprindo as diretrizes emanadas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Bragança. Foram ainda colocados 12 pilaretes novos e recolocados 32 pilaretes que foram danificados por veículos.
- ✓ Procedeu-se ao reavivamento das sinalizações horizontais e à marcação de novas sinalizações horizontais (pinturas rodoviárias), tendo sido intervencionadas as principais artérias viárias da cidade e os seguintes Bairros: Artur Mirandela, S. Tiago, Campelo, Coxa e Vale d'Álvaro. Neste contexto, ficou concluída toda a sinalização horizontal em perímetro urbano.

- ✓ Em perímetro rural, foram intervencionadas as estradas para Moredo, Baçal e Rabal, bem como intervenções em Labiados.
- ✓ O rebaixamento de passeios junto a passadeiras tem sido uma iniciativa permanente e que, até ao final de 2014, já abrangeu mais de 449 rebaixamentos na cidade de Bragança, contribuindo para uma melhoria significativa na acessibilidade e mobilidade urbana. Durante o ano 2014, foram efetuados 26 rebaixamentos.
- ✓ Reivindicado, junto do Governo central, que o Aeródromo Municipal de Bragança evolua para Aeroporto Regional, dotando esta infraestrutura das condições necessárias para a criação de uma unidade logística vocacionada para a distribuição e, assim, atrair mais investimento industrial para a região, gerador de riqueza e emprego.

Gráfico 24: Evolução do nº de passageiros e movimentos de aeronaves (2009/2014)



O tráfego verificado no aeródromo, no ano de 2014, foi de 1.503 movimentos de aeronaves e 385 embarques ou desembarques de passageiros.

No âmbito da nova carreira aérea de serviço público, Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, que está previsto iniciar durante o 2.º semestre de 2015, foram efetuadas as seguintes ações:

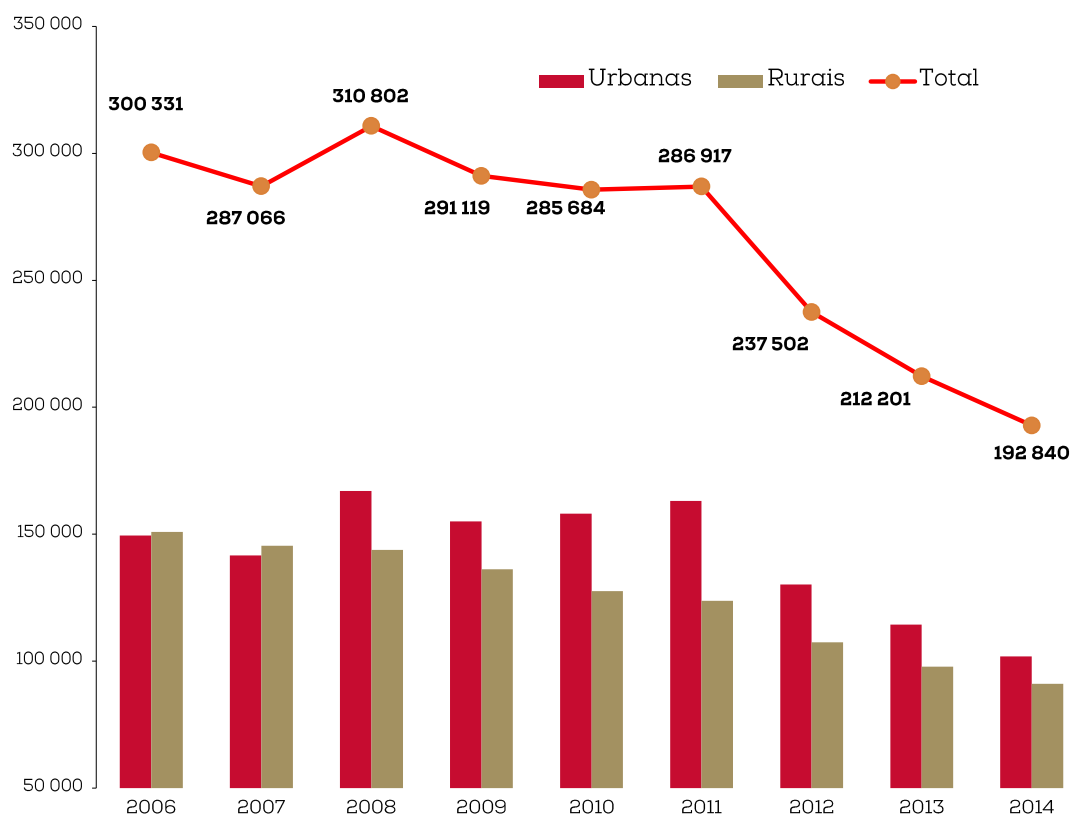
- ✓ Elaboração do Plano de Emergência do Aeródromo Municipal de Bragança, categoria 5, de acordo com as recomendações do INAC;
- ✓ Elaboração do Plano de Segurança do Aeródromo Municipal de Bragança, de acordo com as recomendações do INAC;
- ✓ Formação em Gestão de Segurança de Aviação Civil.
- ✓ Requalificação da viatura de combate a incêndios de aeronaves para dar apoio ao aeródromo Municipal.
- ✓ Organização de dois simulacros para testar os Planos de Emergência do Aeródromo Municipal de Bragança (categorias 1 e 5).
- ✓ Planificação de duas formações para 28 bombeiros para Operadores de Serviço Básico de Salvamento e Luta Contra Incêndios em Aeronaves.

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

No ano de 2014, o STUB efetuou 429 635 quilómetros (+5,3% que em 2013) e transportou 192 840 passageiros (-9,1% que 2013). A redução da procura é visível em praticamente todas as linhas, urbanas e rurais. Considerando que não houve redução da oferta do STUB, nem aumentos significativos das tarifas, conclui-se que a quebra na procura resulta da redução da população estudantil, principalmente oriunda do meio rural.



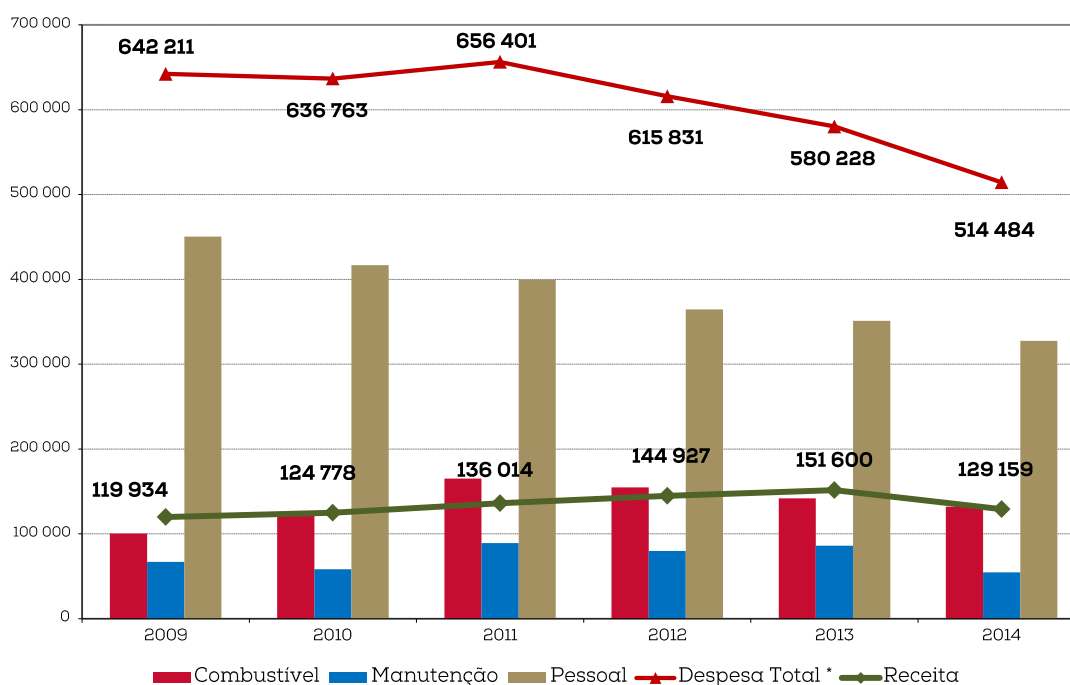
Gráfico 25: Evolução da procura do STUB (2009-2014)



Apesar da quebra de 14,8% na receita, esta cobriu quase toda a despesa com combustível da frota do STUB, fruto da descida do preço dos combustíveis.



Gráfico 26: Evolução da despesa do STUB (2009-2014)



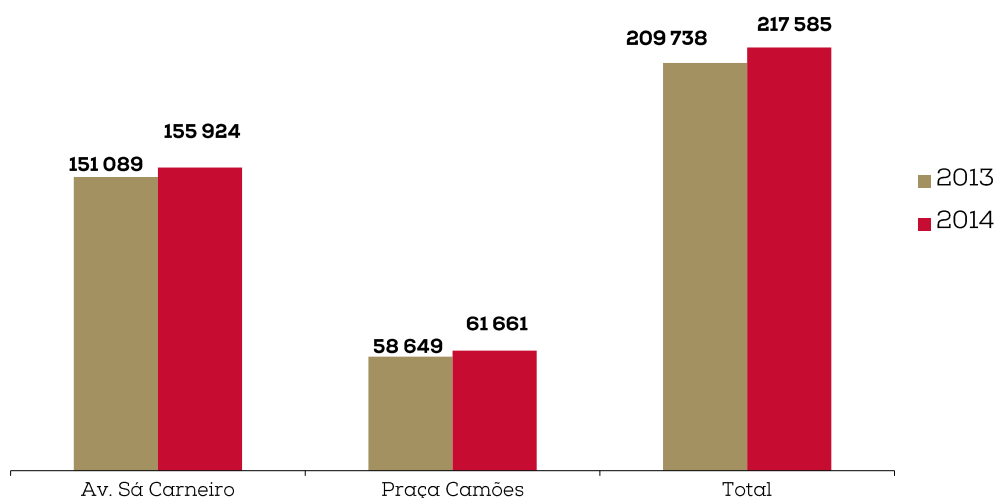
Serviço de Transportes de Turismo

No ano de 2014, o serviço de transporte de turismo efetuou 179 viagens (-21,1% que em 2013), transportou 7 106 passageiros (-18,4% que em 2013), tendo percorrido 33 103 quilómetros (-17,2% que em 2013). A redução verificada deve-se, em boa medida, ao impedimento do autocarro de 50 lugares no transporte de crianças, uma vez que as escolas são as principais entidades requisitantes dos autocarros de turismo do Município. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Estacionamento

No ano de 2014, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 3,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi mais significativo no Parque da Praça Camões, que registou um aumento de 5,1%, tendo sido influenciado pelo valor registado em dezembro de 2014, devido à instalação da pista de gelo na Praça Camões, correspondente ao dobro da média mensal que normalmente se verifica neste parque. No Parque da Av. Sá Carneiro registou-se um aumento de 3,2% em relação ao ano anterior.

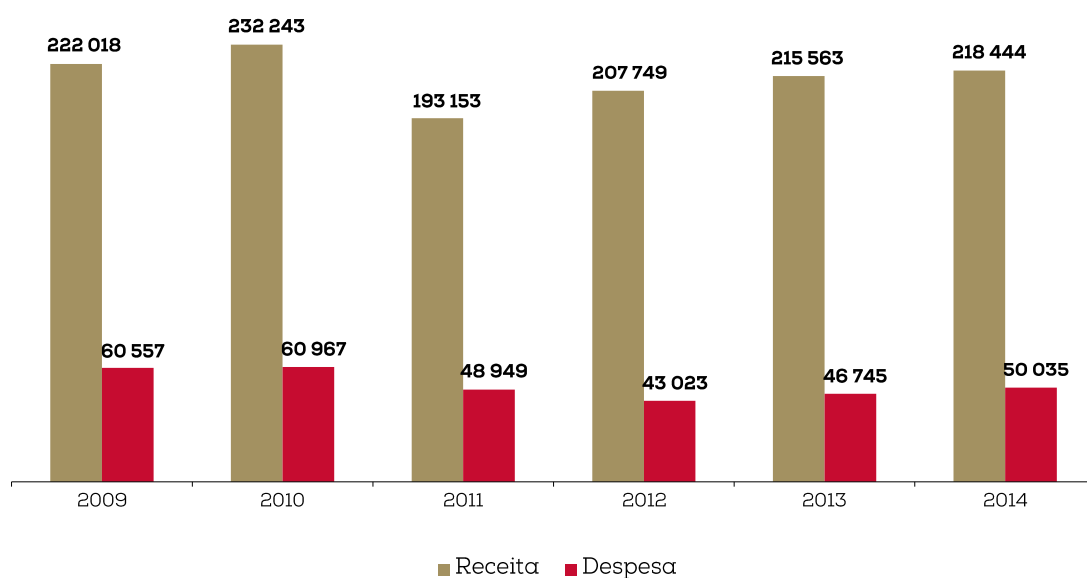
Gráfico 27: Evolução da procura nos Parques Subterrâneos
(n.º de veículos)



No que respeita ao estacionamento condicionado de superfície, verificou-se um aumento nas receitas de 1,3% em relação ao ano de 2013.

Durante o ano de 2014, a plataforma de Pagamento Móvel de Estacionamento em Bragança, um serviço que permite o pagamento do estacionamento condicionado na cidade de Bragança através do telemóvel (aplicação móvel, SMS ou site móvel), foram realizadas 3.949 utilizações, sendo que o mês de outubro foi o que registou maior utilização, com 425 transações. O serviço conta já com 273 clientes, ou seja, o n.º de utilizadores praticamente duplicou desde janeiro de 2014.

Gráfico 28: Evolução das Receitas e das Despesas com Estacionamento
Condicionado (2009/2014)



Valores em euros

- ✓ Na área da proteção civil procedeu-se ao espalhamento de 165 toneladas sal em todas as vias urbanas e rurais com ocorrências de formação de geadas, de forma a garantir a segurança de pessoas e veículos, bem como à limpeza de neve em todas as vias municipais para garantir a boa circulação de todos os munícipes.

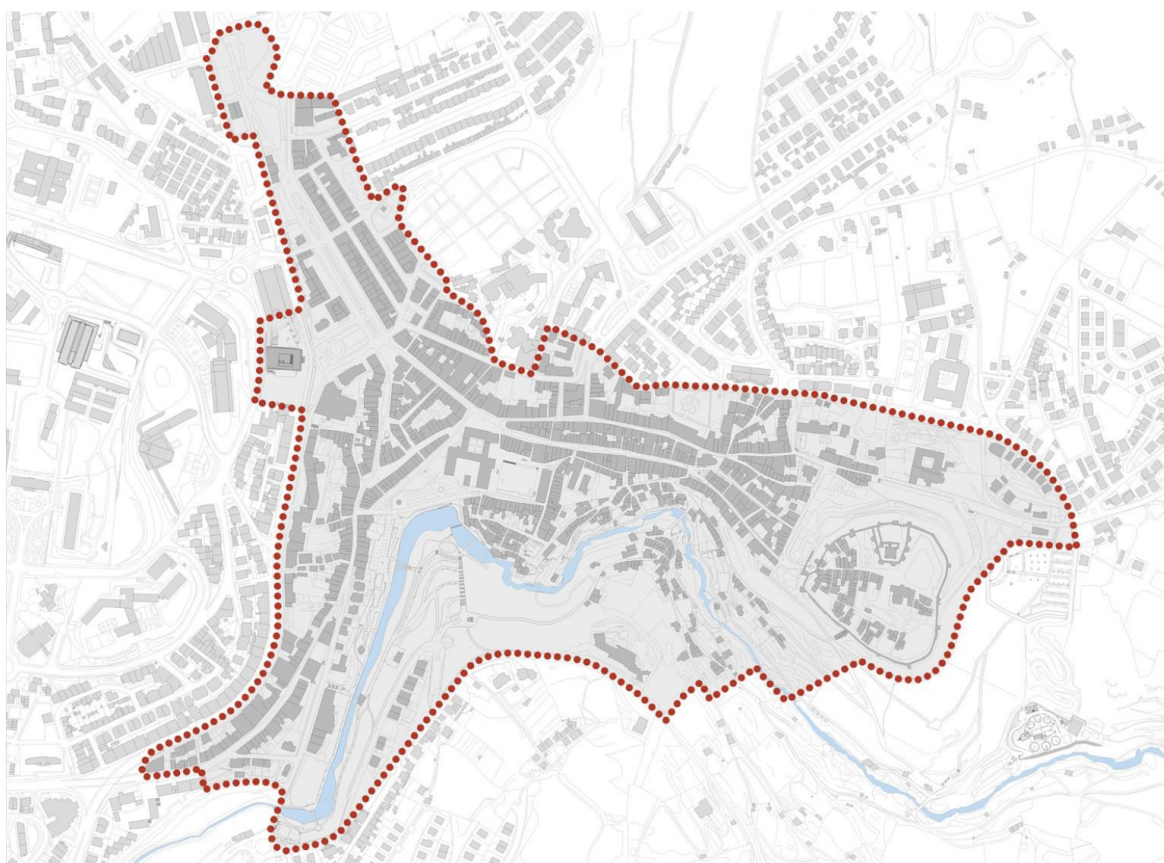


Reabilitação Urbana

A aposta na valorização do Centro Histórico de Bragança, “coração” da cidade, foi assumida como uma prioridade e um vetor estratégico da Governação do Município para os próximos anos.

Assumindo o Centro Histórico um espaço polarizador e estruturante da cidade, foi aprovada em setembro de 2014 a criação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), com o objetivo de dar um novo impulso aos processos de reabilitação.

A ARU do Centro Histórico de Bragança abrange uma área com cerca de 64 hectares, localizada na União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo. A ARU integra os espaços mais marcantes do tecido urbano histórico, assim como o corredor natural do rio Fervença e, na sua relação e articulação com a envolvente, a expansão noroeste formada pela Avenida João da Cruz e a frente urbana nascente da Avenida Sá Carneiro.



Para esta Área, encontra-se em elaboração uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) que, com base numa estratégia integrada, irá definir um conjunto articulado e coerente de iniciativas, ações e investimentos.

O objetivo central da formalização da ARU é reativar o centro tradicional da cidade para que este se afirme como o principal espaço representativo e simbólico da cidade e do concelho.

Este objetivo encontra-se assente num conjunto de eixos estratégicos de intervenção, que serão desenvolvidos no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, designadamente:

Requalificação urbana e atratividade territorial; Integração e articulação na cidade e na envolvente; Dinamização económica e empreendedorismo; Inclusão social; Promoção da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental.

A constituição da ARU do Centro Histórico de Bragança faz com que este território seja abrangido por um conjunto alargado de benefícios e incentivos que irão contribuir de forma concertada para estimular o envolvimento do setor privado no processo de reabilitação.

Articularemos com os empresários e seus representantes a promoção de uma imagem comercial forte, atrativa tanto para residentes, como para turistas.

Incentivos aplicados na delimitação da Área de Reabilitação Urbana

- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis:

Isenção por um período de 5 anos, prorrogável por mais 5 anos a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;

- IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis:

Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente;

- IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado:

Aplicação de taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana;

- IRS - Imposto sobre o Rendimento Singular:

Deduções à coleta, dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis.

Para além dos benefícios/incentivos supra referidos o Município de Bragança isenta o pagamento das taxas relativas a operações urbanísticas (de construção) realizadas no Plano de Pormenor da Zona Histórica (PPZH1) e uma redução de 50% das mesmas em operações realizadas no Plano de Pormenor da Zona Histórica (PPZH2).



Evolução Financeira



Análise da Execução Orçamental

Sendo o Orçamento Municipal o culminar do processo político que formaliza a maior parte das opções decididas pela organização, a informação sobre a execução orçamental expressa, de forma sucinta, a sua concretização com o inicialmente planeado.

Por definição, a execução orçamental consiste no conjunto de atos e operações materiais de administração financeira praticados para cobrar as receitas e realizar as despesas inscritas ou para prover ao seu respetivo ajustamento. A sua análise permite comparar o valor do orçamento inicial e corrigido, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental, evidenciando os desvios de execução mais significativos.

O orçamento é o principal documento financeiro, presta contas tanto numa ótica de caixa, como de compromissos, embora seja a primeira abordagem a que apresenta uma maior visibilidade.

Esta realidade de análise com mais enfoque na ótica de caixa, em detrimento da ótica dos compromissos, carece futuramente de ajustamentos precisamente pela publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, bem como do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que operacionaliza a aplicação da mesma. O princípio fundamental inerente à aplicação destes normativos é o de condicionar a execução orçamental por forma a que esta não conduza à

acumulação de pagamentos em atraso. Entenda-se, neste contexto, como pagamentos em atraso *“as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”*.

De referir que a análise da execução orçamental é um instrumento de gestão que deve ser integrada com outros indicadores, nomeadamente os patrimoniais, visto a primeira apenas relacionar os valores recebidos com os pagos.

Análise Global do Orçamento Inicial, Final e Executado do ano 2014

O quadro seguinte expressa, a taxa de execução orçamental das receitas calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições. A execução da despesa traduz as obrigações efetivamente pagas.

Neste contexto, apresenta-se o mapa de controlo orçamental relativo ao ano de 2014, consoante a sua natureza económica, tendo em conta as dotações iniciais, dotações corrigidas e valores executados.

Quadro 11: Mapa de Controlo Orçamental Resumido referente ao ano de 2014

Descrição	Dotações Iniciais (1)	Dotações Corrigidas (2)	Executadas (3)	Desvio		Execução (3)/(2)
				Absoluto (4)=(2)-(3)	%	
Receitas						
Correntes	26 401 000	26 073 400	27 334 433	1 261 033	4,84%	104,84%
Capital	7 453 100	5 793 000	2 754 019	-3 038 981	-52,46%	47,54%
Outras receitas	13 700	757 600	115 442	-642 158	-84,76%	
Total das Receitas	33 867 800	32 624 000	30 203 894	-2 420 106	-7,42%	92,58%
Despesas						
Correntes	24 110 800	24 037 100	19 894 201	-4 142 899	-17,24%	82,76%
Capital	9 757 000	8 586 900	6 167 753	-2 419 147	-28,17%	71,83%
Total das Despesas	33 867 800	32 624 000	26 061 954	-6 562 046	-20,11%	79,89%

Valores em euros

O processo de execução e ajustamentos orçamentais culminou numa taxa de execução das receitas e das despesas, relativamente às dotações corrigidas, de 92,58% e 79,89%, respetivamente.

As dotações iniciais foram objeto de ajustamento concretizando uma diminuição global de 1.243.800€, traduzido pela incorporação em sede de revisão orçamental e alteração orçamental, respetivamente, do saldo da gerência anterior no valor de 743.900€ e reforços dos passivos financeiros no valor de 618.600€. Os ajustes às dotações iniciais da receita resultam, principalmente, pela fraca execução do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e da venda de bens de investimento, perfizeram uma diminuição de 2.606.300€.

Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 12: Mapa de Fluxos de Caixa no ano de 2014

Fluxos de Caixa	
Saldo da gerência anterior (2013)	2 060 996
Execução orçamental	743 933
Operações de tesouraria	1 317 063
Receita cobrada na gerência	31 759 316
Receitas orçamentais	30 296 550
Operações de tesouraria	1 462 766
Pagamentos efetuados na gerência	27 633 276
Despesas orçamentais	26 061 954
Operações de tesouraria	1 571 322
Saldo para a gerência seguinte (2015)	6 187 036
Execução orçamental	4 978 529
Operações de tesouraria	1 208 507

Valores em euros

Do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior), 743.933€, tiveram origem na execução orçamental de 2013. Ao longo do exercício de 2014, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 30.296.550€ e os pagamentos totalizaram 26.061.954€, transitando para o ano de 2015 um saldo de execução orçamental no valor total de 4.978.529€.

O saldo inicial de operações de tesouraria é de 1.317.063€, totalizaram-se de recebimentos e pagamentos, 1.462.766€ e 1.571.322€, respetivamente, transitando para o ano 2015 o saldo de 1.208.507€.

Globalmente, o saldo de gerência a transitar para 2015 é de 6.187.036€, resultante da execução orçamental (4.978.529€) e das operações de tesouraria (1.208.507€).

As receitas cobradas brutas e as despesas pagas apresentam, sinteticamente, durante o ano de 2014, a seguinte estrutura:

Quadro 13: Estrutura da Execução Orçamental no ano de 2014

Receitas	Valor	Coef. %	Despesas	Valor	Coef. %
Correntes	27 427 089	90,53%	Correntes	19 894 201	76,33%
Capital	2 754 019	9,09%	Capital	6 167 753	23,67%
Outras receitas	115 442	0,38%			
Total das Receitas	30 296 550	100,00%	Total das Despesas	26 061 954	100,00%

Valores em euros

O quadro anterior evidencia a predominância da componente corrente do orçamento. As receitas correntes perfazem 90,53% do total da receita arrecadada enquanto que as receitas de capital representam apenas 9,09%. Esta divergência é menor comparativamente ao total da despesa paga, sendo que 76,33% correspondem a despesas correntes e 23,67% a despesas de capital, o que denota a canalização de recursos correntes para o investimento.

Saldo da Gerência

O saldo de gerência corresponde às disponibilidades de tesouraria que não foram utilizadas em pagamentos.

Para uma análise minuciosa os saldos da gerência podem, e devem, ser calculados na base de caixa e na base de compromissos do período. A base de caixa presta contas relativamente a determinado ano económico, neste caso 2014, enquanto que a contabilidade de compromissos presta contas sobre os compromissos assumidos e não pagos na vigência de determinado orçamento com consequência na vigência de orçamentos futuros, daí a importância igualmente da sua análise.

Saldo Corrente

O saldo corrente deve ser superavitário, ou seja, não devem ser pagas despesas correntes com receitas de capital. Aferimos, pela análise do quadro que se segue, que o saldo corrente foi positivo nas duas vertentes em análise.

Quadro 14: Saldo Corrente no ano de 2014

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo Corrente
na base de caixa	27 427 089	19 894 201	7 532 888
na base de compromissos	27 655 178	21 560 306	6 094 872

Valores em euros

Em 2014, a poupança corrente gerada pelo Município atingiu os 7.532.888€, financiando a totalidade das despesas de capital, ficando ainda um excedente de 1.365.135€.

Saldo Orçamental

O saldo orçamental é calculado pela diferença das receitas e das despesas totais executadas no período, acrescida do saldo da gerência anterior (2013). O saldo

transitado para a gerência de 2015 é positivo, em ambas as vertentes

Quadro 15: Saldo Orçamental do ano de 2014

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Orçamental
na base de caixa	31 040 483	26 061 954	4 978 529
na base de compromissos	31 268 573	29 526 271	1 742 302

Valores em euros

Como é de conhecimento geral, falar em compromissos assumidos não é sinónimo de dívida, sendo apenas a assunção de uma responsabilidade na realização de determinada despesa. Estes compromissos assumidos em 2014, com consequências (execução) em exercícios futuros, só transitam para dívida após a efetivação da obrigação de pagamento, ou seja, aquando da receção da fatura ou documento equivalente. Diferenciados estes dois conceitos pode-se aferir que a autarquia teria capacidade financeira para satisfazer a totalidade dos compromissos assumidos, desde que concretizada a dívida, resultando ainda um excedente no montante de 1.742.302€.

Saldo Efetivo

O saldo efetivo relaciona as receitas e despesas efetivas, isto é, excluindo os ativos e os passivos financeiros. À semelhança dos dois pontos anteriores, este saldo reflete a capacidade da autarquia de financiar as suas despesas efetivas.

Quadro 16: Saldo Efetivo no ano de 2014

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Efetivo
na base de caixa	30 421 887	24 384 510	6 037 378
na base de compromissos	30 649 977	27 848 826	2 801 150

Valores em euros

Equilíbrio Orçamental

Para cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental o POCAL, no seu ponto 3.1.1, estabelece que o orçamento deve prever todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes deverão ser, pelo menos, iguais as

despesas correntes, permitindo alocar o excedente corrente aos investimentos municipais.

No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, (RJALEI) foi introduzido no seu artigo 40.º uma nova versão da dita “Regra de Ouro” das finanças públicas, preconizando a obrigatoriedade da receita corrente bruta cobrada ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida da amortização média de empréstimos de médio e longo prazos.

Da análise conjunta do n.º 2 e n.º 3 do artigo anteriormente referido, infere-se que o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental é aplicável, tanto ao orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, como ao orçamento executado pela Câmara Municipal, ou seja, num sentido ex-ante e num sentido ex-post.

Quadro 17: Demonstração da Regra do Equilíbrio Orçamental no ano de 2014

Descrição		2014
A - Receitas correntes cobradas brutas		27 427 089
B - Despesas correntes pagas		19 894 201
C - Amortização média dos EMLP		1 032 968
Cumprimento da regra do equilíbrio (n.º 2, art. 40.º do RJALEI)	$A \geq (B + C)$	6 499 919

Valores em euros

A amortização média de empréstimos de médio e longo prazo calculadas de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 40.º e artigo 83.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende ao valor de 1.032.968€.

Face ao anteriormente referido, e traduzindo as receitas correntes brutas o montante de 27.427.089€, encontra-se evidenciado o cumprimento do princípio orçamental aludido, considerando que despesa corrente paga no valor de 19.894.201€ acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos perfaz o valor de 20.927.201€.

Cumprimento Obrigatório da Redução do Endividamento

Determina o n.º 5º do artigo 94.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para ano de 2014, na redação dada pelo artigo n.º 2.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, que o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

- Pagamento de dívidas a fornecedores registados no SIIAL a 30 de agosto de 2013;
- Redução do endividamento de médio e longo prazos do município.

Para o ano de 2013 o valor da variação da receita do IMI para o Município, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, comunicado pela Autoridade Tributária, ascende a 863.959,54€.

O quadro subsequente demonstra a redução do endividamento, calculada de acordo com o estipulado legalmente e seguindo as orientações emanadas da Direção Geral das Autarquias Locais, nomeadamente na componente do endividamento a curto prazo, ao referir que a mesma deverá ser extraída no mapa existente no SIIAL: contas a pagar registadas no Mapa dos Pagamentos em Atraso.

Quadro 18: Cálculo da Redução do endividamento, no ano de 2014

REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	
Endividamento Curto Prazo do Município	
Dívida a fornecedores registadas no SIIAL - 30.08.2013	1 041 892
Dívida a fornecedores registadas no SIIAL - 31.12.2014	353 042
Variação (A)	-688 850
Endividamento M/L Prazo do Município	
Dívida médio e longo prazo - 30.08.2013	6 923 585
Dívida médio e longo prazo - 31.12.2014	6 314 930
Variação (B)	-608 655
Redução do endividamento (Curto e M/L Prazo) = (A+B)	-1 297 505

Valores em euros

Globalmente verificou-se uma redução do endividamento, de curto e médio e longo prazos, de 1.297.505,14€ superando em 433.545,60€ o valor da variação da receita do

IMI comunicada pela Administração Tributária no valor de 863.959,54€, evidenciando a estratégia do Executivo de diminuição gradual da dívida municipal, através de uma gestão pautada pelo rigor e prossecução dos 5 E's: Economia, Eficiência, Eficácia, Equidade e Excelência.

Execução do Orçamento das Receitas

A metodologia de análise da receita consistirá na comparação das previsões corrigidas com as receitas efetivamente cobradas, identificando as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificando as suas principais variações. Para tal, estabelece-se uma análise comparativa dos valores executados com os orçamentalmente previstos, assim como as variações verificadas ao longo do triénio.

Serão analisadas a execução e a evolução das receitas totais e das suas componentes, corrente e de capital.

Seguidamente apresenta-se um quadro que evidencia a estrutura das receitas, analisando os desvios e a taxa de execução, tendo como ponto de referência as dotações corrigidas.



Quadro 19: Estrutura do Orçamento da Receitas no ano de 2014

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Bruta	Desvio	Estrutura %	Tx. Execução
Receitas Correntes					
Impostos diretos	4 670 300	5 698 399	1 028 099	18,81%	122,01%
Impostos indiretos	90 800	57 449	-33 351	0,19%	63,27%
Taxas, multas e outras penalidades	1 195 400	1 316 572	121 172	4,35%	110,14%
Rendimentos de propriedade	1 890 100	2 267 425	377 325	7,48%	119,96%
Transferências correntes	12 688 900	12 444 345	-244 555	41,08%	98,07%
Venda de bens e serviços correntes	5 416 700	5 622 819	206 119	18,56%	103,81%
Outras receitas correntes	121 200	20 080	-101 120	0,07%	16,57%
Sub-total	26 073 400	27 427 089	1 353 689	90,53%	105,19%
Receitas de Capital					
Venda de bens de investimento	268 100	34 976	-233 124	11,54%	13,05%
Transferências de capital	4 666 000	2 099 807	-2 566 193	693,08%	45,00%
Activos financeiros	0	0	0	0,00%	-
Passivos financeiros	845 300	618 596	-226 704	204,18%	73,18%
Outras receitas de capital	13 600	640	-12 960	0,21%	4,70%
Sub-total	5 793 000	2 754 019	-3 038 981	9,09%	47,54%
Outras Receitas					
Reposições não abatidas nos pagamentos	13 700	115 442	101 742	38,10%	842,64%
Saldo da gerência anterior	743 900	0	-743 900	0,00%	0,00%
Sub-total	757 600	115 442	-642 158	0,38%	15,24%
Totas das Receitas	32 624 000	30 296 550	-2 327 450	100,00%	92,87%

Valores em euros

Quando comparadas as receitas cobradas com as previsões corrigidas, consta-se uma taxa de execução do orçamento da receita de 92,87%, tendo sido cobradas 30.296.550€ dos 32.624.000€ previstos. Se a este valor acrescermos o saldo da gerência anterior, 743.900€, obtém-se o valor total de fundos disponibilizados durante o ano de 2014, de 31.050.450€.

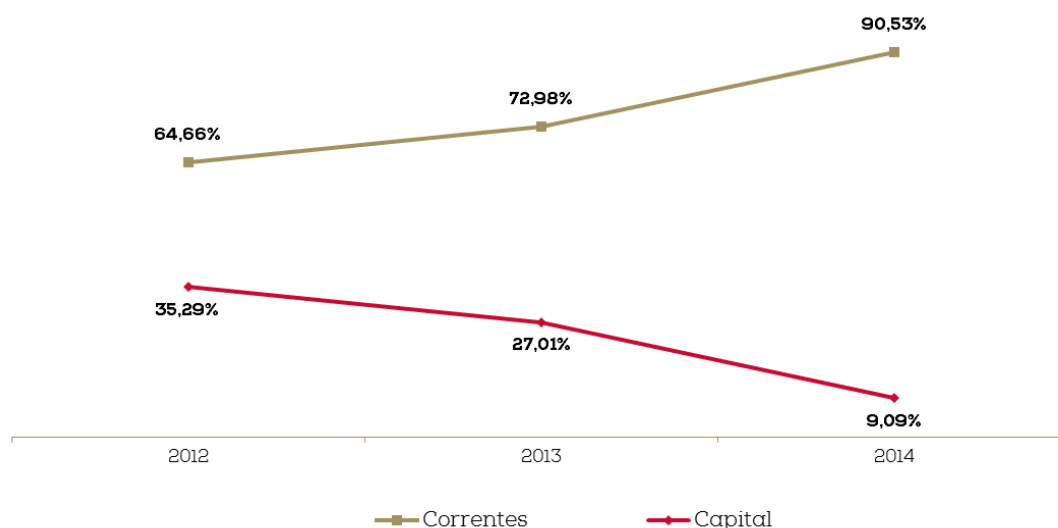
Detalhando as componentes corrente e de capital, as taxas de execução registam 105,19% e 47,54%, respetivamente, correspondendo a um excesso de cobrança na componente corrente de 1.353.689€, tendo a de capital ficado aquém do orçamentado em 3 038 981€.

A tendência dos últimos anos de diminuição da arrecadação da receita de capital, voltou a ficar patente na execução de 2014, originando que a receita corrente represente 90,53% do total de fundos do orçamento municipal.

Evolução das Receitas Totais

Comparativamente ao ano de 2013, a receita total apresenta uma evolução negativa de cerca de 16,13% o que em termos absolutos se traduz num decréscimo de 5.827.052€. Esta variação, que nos pontos seguintes será analisada mais pormenorizadamente, é consequência da tendência decrescente da arrecadação das receitas de capital.

Gráfico 29: Evolução das receitas correntes e de capital, no período 2012 a 2014



Ao nível da evolução das componentes da receita no orçamento municipal, é notória a tendência crescente da receita corrente em prejuízo da componente de capital.

Evolução das Receitas Correntes

Vertendo a análise nas receitas correntes cobradas continua-se a verificar o seu crescimento, que em termos absolutos se traduz num aumento 1.064.995€, inferior à evolução do período anterior (2012-2013), a qual em termos percentuais, foi de 18,84%,

Quadro 20: Evolução das Receitas Correntes por Classificação Económica no período 2012-2014

Receitas Correntes	2012	2013	2014	Variação	
				2012-2013	2013-2014
Impostos directos	4 615 123	5 552 246	5 698 399	20,31%	2,63%
Impostos indirectos	111 379	73 591	57 449	-33,93%	-21,94%
Taxas, multas e outras penalidades	1 172 408	1 336 696	1 316 572	14,01%	-1,51%
Rendimentos de propriedade	1 375 412	1 829 663	2 267 425	33,03%	23,93%
Transferências correntes	9 559 750	11 797 526	12 444 345	23,41%	5,48%
Venda de bens e serviços correntes	5 177 726	5 729 289	5 622 819	10,65%	-1,86%
Outras receitas correntes	170 582	43 083	20 080	-74,74%	-53,39%
Total	22 182 379	26 362 094	27 427 089	18,84%	4,04%

Valores em euros

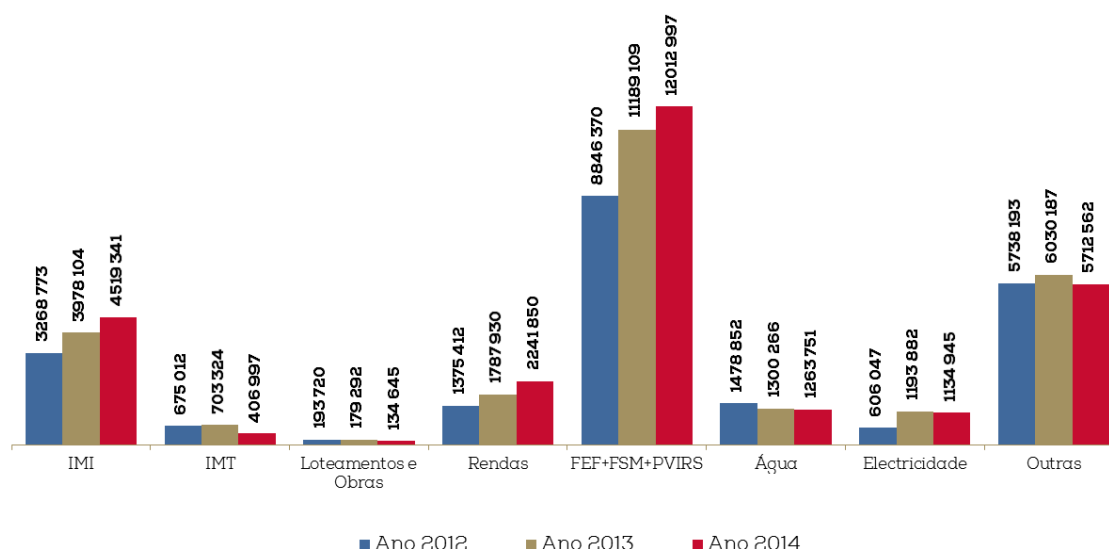
Considerando a representatividade das várias tipologias de receitas e comparativamente ao ano anterior, conclui-se que:

- As transferências correntes representando 45,37%, na estrutura da receita autárquica corrente, foram executadas em 98,07%;
- Os impostos directos, compostos em 86,45% pelo Imposto Municipal sobre Imóveis e pelo Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, ascendem, em 2014, a 5.698.399€, obtendo uma execução de 122,01%;
- A venda de bens e serviços correntes registam, em relação ao ano anterior, um decréscimo de 1,86%, com um volume de 5.622.819€, onde merece destaque a venda de produtos acabados e intermédios: a água, a eletricidade e a recolha de resíduos sólidos, que totalizaram 3.812.308€.
- Os rendimentos de propriedade, com uma execução de 119,96%, são provenientes de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros. O valor mais significativo é originário da cobrança da renda de concessão paga trimestralmente pela EDP que atingiu, durante o exercício económico em análise, o valor de 2.231.021€. O aumento, de 24,78%, relativamente a 2013, é justificado pela cobrança em 2014 do último trimestre de 2013.

- As taxas, multas e outras penalidades apresentam uma taxa de execução de 110,14%. Com elevado peso nestas receitas, destacam-se as derivadas das taxas de saneamento, com uma representatividade de cerca 78%.
- Os impostos indiretos apresentam sucessivos decréscimos, 31,93% relativamente a 2013, refletindo uma execução bastante inferior ao esperado (63,27%).

O gráfico seguinte apresenta o comportamento e tendência dos principais agregados das receitas correntes.

Gráfico 30: Comportamento das Receitas Correntes, no período 2012-2014



Constata-se que principal fonte de receita é a proveniente das transferências da Administração Central, a título de participação dos municípios nos impostos, representando 43,80% do total das receitas correntes.

Evolução das Receitas de Capital

Contrariamente à evolução positiva das receitas correntes, as receitas provenientes da componente de capital apresentam uma retração de 71,77%, relativamente a 2013. O valor arrecadado durante o ano de 2014 foi de 2.754.019€.

À semelhança do que sucede com as receitas correntes, os meios de financiamento externo são a principal fonte de recursos de capital. As transferências de capital, apesar da sua consequente redução, continuam a representar 76,25% e os passivos financeiros 22,46%, do total da receita de capital.

Quadro 21: Evolução das Receitas de Capital por Classificação Económica no período 2012-2014

Receitas de Capital	2012	2013	2014	Variação	
				2012-2013	2013-2014
Venda de bens de investimento	0	91 148	34 976	-	-61,63%
Transferências de capital	12 105 044	9 212 614	2 099 807	-23,89%	-77,21%
Ativos financeiros	0	0	0	-	-
Passivos financeiros	0	453 020	618 596	-	36,55%
Outras receitas de capital	520	247	640	-52,49%	158,84%
Total	12 105 565	9 757 029	2 754 019	-19,40%	-71,77%

Valores em euros

O quadro que se segue especifica os principais projetos financiados por apoios comunitários e outros, afetos à componente de investimento, que no ano de 2014 totalizaram 869.619€.

Quadro 22: Principais Apoio Comunitários e Outros no ano de 2014

Designação do Projeto	Valor Comparticipado
Centro Interpretação Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano	34.421
Conservação e sinalização da rede viária municipal	147.663
Criação da Ciclovia da Mãe D'Água	54.340
DISTRANS e VIAS	383.960
Escola de Dança	10.355
Integração das TIC nos processos ensino e aprendizagem	13.546
Loja Interativa de Turismo de Bragança	39.690
Reforço Integ.Socioeconómica Transfronteiriça-0424_FRONTECO_2E	33.948
Reperfilamento da Av. General Humberto Delgado	151.697
Total	869.619

Valores em euros

Estrutura das Receitas Totais

Neste subponto será analisada a origem dos recursos financeiros da Autarquia, por tipologia, e a sua evolução no último triénio.

Quadro 23: - Estrutura das Receitas Totais por Tipo de Financiamento no período 2012-2014

Ano	F.E.F.	F.S.M.	P.V. IRS	Apoios Comunit. e Outros	Em- préstimos	Receitas Próprias	Total
2012	11 713 697	455 778	1 362 374	8 132 945	0	12 638 872	34 303 666
2013	11 713 697	455 778	1 362 374	7 478 291	453 020	14 660 442	36 123 602
2014	11 455 890	455 778	1 246 918	1 385 567	618 596	15 133 801	30 296 550

Valores em euros

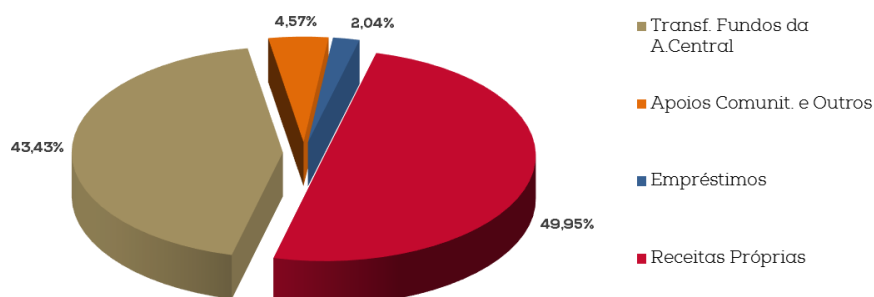
As transferências de fundos da Administração Central, compostas pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F), Fundo Social Municipal (F.S.M) e Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento Singular (P.V. I.R.S.), totalizam, em 2014, a importância de 13 158 586€, representando um decréscimo de 2,76% relativamente a 2013.

Verifica-se também uma redução de verbas ao nível dos apoios comunitários em 81,47%, em relação ao último período, tendo um peso de apenas 4,57%, nas receitas totais.

Contrariamente, a evolução das receitas próprias teve uma evolução positiva, representando 49,95% das receitas totais. Este peso é explicado, sobretudo, pela receita fiscal, pela venda de bens e serviços correntes e pelos rendimentos de propriedade, os quais representam 38,03%, 37,15% e 14,98%, respetivamente.

O gráfico seguinte destaca, no total dos recursos do orçamento de 2014, o peso de cada uma das fontes de financiamento tendo em conta a sua origem.

Gráfico 31: Origens das receitas, 2014



Execução do Orçamento das Despesas

A abordagem do orçamento de despesa será efetuada agrupando as despesas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos, de acordo com a sua natureza. Igualmente será efetuada uma análise orgânica, custos por unidades orgânicas ou centro de custos e uma abordagem funcional, afetando as despesas às necessidades locais que a autarquia pretendeu satisfazer.

O quadro seguinte resume, na ótica da classificação económica, o total da despesa paga durante o ano 2014, apresentando os respetivos desvios e níveis de execução.

Quadro 24: Estrutura do Orçamento das Despesas no ano de 2014

Descrição	Dotações Finais	Despesa Paga	Desvio	Estrutura %	Tx. Execução
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	7 332 800	6 713 686	-619 114	25,76%	91,56%
Aquisição de bens e serviços	14 374 800	11 475 937	-2 898 863	44,03%	79,83%
Juros e outros encargos	187 700	162 051	-25 649	0,62%	86,34%
Transferências correntes	1 355 600	898 828	-456 772	3,45%	66,30%
Subsídios	164 200	104 816	-59 384	0,40%	63,83%
Outras despesas correntes	622 000	538 882	-83 118	2,07%	86,64%
Sub-total	24 037 100	19 894 201	-4 142 899	76,33%	82,76%
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	5 357 300	3 062 932	-2 294 368	11,75%	57,17%
Transferências de capital	1 500 200	1 427 376	-72 824	5,48%	95,15%
Ativos financeiros	200 100	200 000	-100	0,77%	99,95%
Passivos financeiros	1 529 300	1 477 444	-51 856	5,67%	96,61%
Sub-total	8 586 900	6 167 753	-2 419 147	23,67%	71,83%
Total das Despesas	32 624 000	26 061 954	-6 562 046	100,00%	79,89%

Valores em euros

No ano em análise, o Orçamento Municipal apresenta despesas pagas no valor de 26.061.954€, evidenciando as várias componentes correntes e de capital o valor de 19.894.201€ e 6.167.753€, respetivamente. Neste contexto, as despesas correntes representam 76,33% do total executado e as despesas de capital 23,67%.

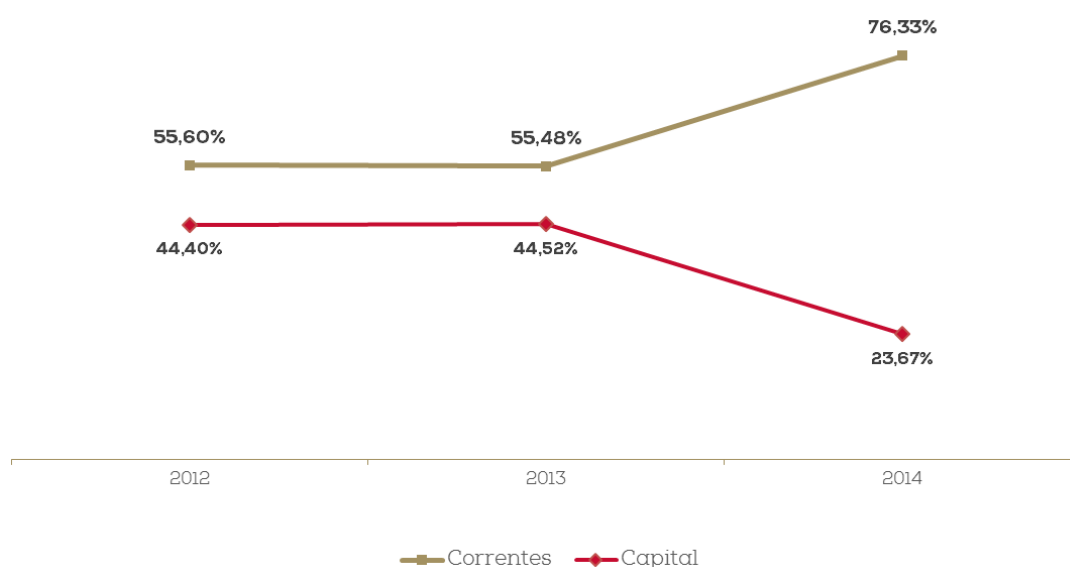
Este cenário da composição da estrutura do orçamento da despesa (aplicação dos recursos) é fortemente condicionado pela própria estrutura do orçamento da receita (origem dos recursos) e evidencia realidades muito semelhantes.

Se reportarmos a análise aos compromissos assumidos as taxas de execução, relativamente ao orçamento previsto, ascendem a 89,70% e 92,77% nas componentes correntes e de capital, respetivamente.

Evolução das Despesas Totais

O gráfico demonstra o comportamento de cada componente económica da despesa. O comportamento verificado, ao nível da despesa, segue a mesma tendência do comportamento da receita.

Gráfico 32: Evolução das despesas correntes e de capital, no período 2012-2014



Evolução das Despesas Correntes

As despesas correntes, provenientes do desempenho das atribuições do Município associadas à obtenção de serviços e bens de consumo corrente, ou seja, de natureza fungível, afetam o património não duradouro do município, implicando uma diminuição do seu ativo líquido.

Durante a execução de 2014, as despesas correntes mantiveram-se, praticamente ao mesmo nível do ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 76,33% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 82,76%.

A tendência verificada no triénio é exposta no quadro que se segue.

Quadro 25: Evolução das Despesas Correntes por Classificação Económica no período 2012-2014

Despesas Correntes	2012	2013	2014	Variação	
				2012-2013	2013-2014
Despesas com o pessoal	5 930 134	6 635 171	6 713 686	11,89%	1,18%
Aquisição de bens e serviços	11 583 828	11 191 487	11 475 937	-3,39%	2,54%
Juros e outros encargos	250 654	170 460	162 051	-31,99%	-4,93%
Transferências correntes	945 198	1 178 733	898 828	24,71%	-23,75%
Subsídios	0	0	104 816	-	-
Outras despesas correntes	360 652	541 058	538 882	50,02%	-0,40%
Total	19 070 465	19 716 909	19 894 201	3,39%	0,90%

Valores em euros

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar os seguintes aspetos:

- As despesas com pessoal, com uma execução orçamental de 6.713.686€, correspondem a cerca de 33,75% da despesa corrente e 25,76% da despesa global, registando um aumento de 1,18% em relação ao ano de 2013. A composição das despesas com o pessoal distribui-se da seguinte forma: remunerações certas e permanentes 4.932.711€, abonos variáveis ou eventuais 166.197€ e segurança social 1.614.778€.

- A aquisição de bens e serviços, aumentada em 2,54% relativamente ao ano anterior, surge com o maior contributo relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 57,68% influenciando as despesas correntes totais no montante de 11.475.937€. A aquisição de serviços totaliza 10.083.219€ e a aquisição de bens 1.392.718€. Dentro da aquisição de bens, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com cerca e 30% da despesa paga. Ao nível das prestações de serviços, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 21,22%, limpeza e higiene com 18,73%, transportes com 6,40% serviços especializados com 8,21% e outros serviços com 25,03%. Estas despesas significam, no seu conjunto, 79,58% da despesa paga com a aquisição de serviços.
- As despesas com juros e outros encargos apresentam o valor de 162.051€, tendo um peso residual. O ponto 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade.
- As transferências correntes juntamente com os subsídios representam 5,04% das despesas correntes, com o valor absoluto de 1.003.644€ e uma redução de 14,85% comparativamente ao ano 2013. Os seus destinatários encontram-se evidenciados no Mapa de Transferências Correntes do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas e cuja composição agregada é a seguinte:
 - Instituições Sem Fins Lucrativos, 758.053€;
 - Associações de Municípios, 60.310€;
 - Freguesias, 55.587€;
 - Municípios, 24.877€; e
 - Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, 104.816€.
- As outras despesas correntes equivalem a 2,71% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.

Evolução das Despesas de Capital

Os pagamentos associados às despesas de capital apresentam em 2014 o valor de 6.167.753€, registando-se uma redução de 61,02% em comparação com ano anterior.

De salientar que no ano de 2013 foi concluído o investimento associado aos edifícios municipais cujos pagamentos ascenderam nesse ano a 5.745.845€, influenciando por esta via uma redução tão significativa.

Quadro 26: Evolução das Despesas de Capital por Classificação Económica no período 2012-2014

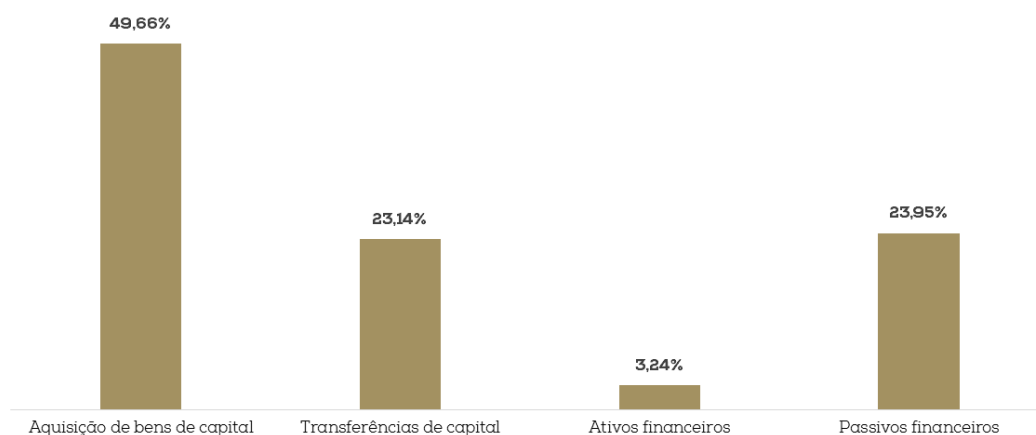
Despesas de Capital	2012	2013	2014	Variação	
				2012-2013	2013-2014
Aquisição de bens de capital	11 917 638	11 042 312	3 062 932	-7,34%	-72,26%
Transferências de capital	2 174 405	2 626 551	1 427 376	20,79%	-45,66%
Ativos financeiros	0	1 245 927	200 000	-	-83,95%
Passivos financeiros	1 163 988	909 139	1 477 444	-21,89%	62,51%
Total	15 256 031	15 823 928	6 167 753	3,72%	-61,02%

Valores em euros

Relativamente ao orçamento total, estas despesas têm um peso de 26,67%, com uma taxa de execução de 71,83%.

Na ótica de compromissos assumidos, os quais totalizaram 7.965.964€, a taxa de realização da despesa de capital eleva-se para 92,77%.

Gráfico 33: Estrutura das despesas de capital (%), 2014



Pela análise do gráfico anterior destaca-se que as despesas com maior significado, no cômputo das despesas de capital, são as relativas à aquisição de bens de capital, ou seja, investimento direto do Município, no valor executado de 3.062.932€, representando 49,66% das mesmas. Ressalta o facto de a sua evolução relativamente a 2013 ser negativa, em 72,26 pontos percentuais.

Em relação às transferências de capital, com uma execução de 1.427.376€, inferiores em 45,66% comparativamente ao ano de 2013, encontram-se evidenciadas no Mapa de Transferências de Capital do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apresentando a seguinte distribuição:

- Instituições Sem Fins Lucrativos: 344.540€,
- Freguesias: 1.038.634€,
- Administração Central: 30.000€,
- Municípios: 6.202€,
- Outras transferências: 8.000€.

Relativamente aos passivos financeiros, o seu valor ascende a 1.477.444€, mais 62,51% que no ano anterior, justificados pela necessidade da assunção pelo Município dos passivos financeiros provenientes da liquidação da empresa Municipal MMB, Mercado Municipal de Bragança E.M.

Quadro 27: Estrutura da Despesa Total paga em relação à aquisição de bens de investimento, transferências de capital e ativos Financeiros no período 2012-2014

Anos	Total da Despesa Paga	ABI + TC + AF	Peso
2012	34 326 495	14 092 043	41,05%
2013	35 540 837	14 914 789	41,97%
2014	26 061 954	4 690 309	18,00%

Valores em euros

O peso do investimento direto - representado pelo somatório da aquisição de bens de investimento (ABI), transferências de capital (TC) e ativos financeiros (AF) - importou em 18% do orçamento municipal de 2014.

No quadro seguinte é apresentada uma exposição das fontes de financiamento da componente de aquisição de bens de investimento que totalizou, em 2014, o montante de 3.062.932€.

Quadro 28: Fontes de financiamento da aquisição de bens de investimento no período 2012-2014

Ano	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento						Taxa cobertura do Investimento		
	Realizado	Taxa Variação (n/n-1)	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação (n/n-1)	Em-préstimos	Taxa Variação (n/n-1)	Finan-ciamento Municipal	Taxa Variação (n/n-1)	Apoios Comunit. e Outros	Em-préstimos	Finan-ciamento Municipal
2012	11 917 638	58,23%	7 419 565		0	-	4 498 072		62,26%	0,00%	37,74%
2013	11 042 312	-7,34%	6 869 874	-7,41%	453 020	-	3 719 418	-17,31%	62,21%	4,10%	33,68%
2014	3 062 932	-72,26%	958 031	-86,05%	618 596	36,55%	1 486 305	-60,04%	31,28%	20,20%	48,53%
Total	33 554 945		17 852 709		1 071 616		14 630 619				
Média	8 674 294		5 082 490		357 205		3 234 598		51,92%	8,10%	39,98%

Valores em euros

Verifica-se que 48,53% do investimento em bens de capital foi financiado por fundos próprios. O aumento desta proporção, comparativamente com o ano de 2013, é consequência direta da diminuição dos recursos provenientes de apoios comunitários (-86,05%).

Despesas por Unidade Orgânica

A classificação orgânica aborda a despesa efetuada na ótica das diversas unidades/serviços municipais que compõe a estrutura organizacional do Município.

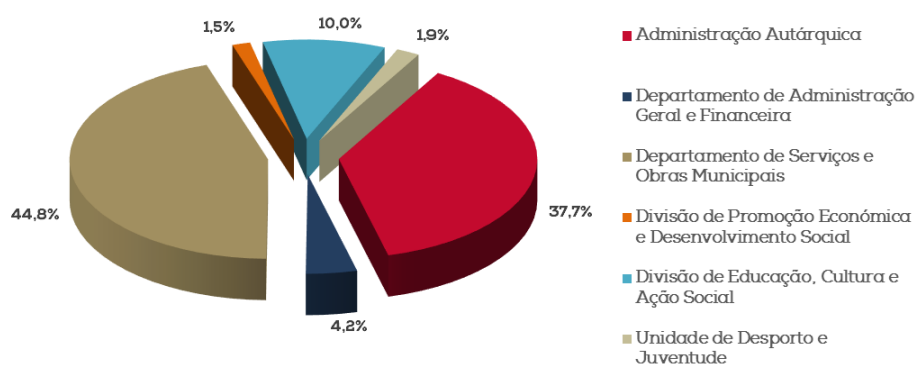
O quadro seguinte, evidencia os montantes da despesa paga, dividida em despesas correntes e despesas de capital, bem como as taxas de execução individualizadas por cada uma das unidades orgânicas.

Quadro 29: Repartição das Despesas por Classificação Orgânica no ano de 2014

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Despesas Totais		Taxa Execução
	Dotacoes Corrigidas	Despesa Paga	Dotacoes Corrigidas	Despesa Paga	Dotacoes Corrigidas	Despesa Paga	
Administração Autárquica	8 058 800	6 514 765	3 581 000	3 300 080	11 639 800	9 814 845	84,3%
Assembleia Municipal	57 100	42 223	0	0	57 100	42 223	73,9%
Câmara Municipal	7 814 000	6 310 491	1 851 600	1 622 636	9 665 600	7 933 127	82,1%
Operações Financeiras	187 700	162 051	1 729 400	1 677 444	1 917 100	1 839 496	96,0%
Departamento de Administração Geral e Financeira	1 194 200	1 082 593	6 100	2 623	1 200 300	1 085 216	90,4%
Unidade de Administração Geral	753 800	689 181	4 600	2 623	758 400	691 804	91,2%
Divisão de Administração Financeira	440 400	393 412	1 500	0	441 900	393 412	89,0%
Departamento de Serviços e Obras Municipais	10 576 600	8 832 040	4 966 100	2 849 645	15 542 700	11 681 686	75,2%
Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo	1 186 000	1 034 513	4 192 300	2 566 177	5 378 300	3 600 689	66,9%
Divisão de Logística e Mobilidade	2 772 200	2 235 615	434 900	77 413	3 207 100	2 313 027	72,1%
Divisão de Ambiente, Águas e Energia	6 618 400	5 561 913	338 900	206 056	6 957 300	5 767 969	82,9%
Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social	506 200	380 652	10 000	3 575	516 200	384 227	74,4%
Divisão de Educação, Cultura e Ação Social	3 006 500	2 594 352	12 900	5 449	3 019 400	2 599 802	86,1%
Unidade de Desporto e Juventude	694 800	489 799	10 800	6 380	705 600	496 179	70,3%
Total das Despesas	24 037 100	19 894 201	8 586 900	6 167 753	32 624 000	26 061 954	79,89%

Valores em euros

Gráfico 34: Repartição da despesa por unidade orgânica, no ano de 2014



Do Departamento de Serviços e Obras Municipais, responsável por 44,8% num total de 11.681.686€, cabe à Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo 30,82%, à Divisão de Logística e Mobilidade 19,80% e à Divisão de Ambiente, Águas e Energia 49,38%.

A Administração Autárquica, responsável pelo serviço da dívida, absorveu 37,7% da despesa paga. Os serviços restantes são responsáveis por 17,50% do total das despesas pagas.

Execução das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano determinam as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, e incluem, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM) da gestão municipal.

Quadro 30: Resumo da execução orçamental das Grandes Opções do Plano, no ano de 2014

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2014								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano de Atividades Municipal (PAM)			Total GOP'S		
	Previsto	Executado	Taxa de Execução	Previsto	Executado	Taxa de Execução	Previsto	Executado	Taxa de Execução
Funções Gerais	932 000	355 765	38,17%	157 700	143 266	90,85%	1 089 700	499 030	45,80%
Serviços gerais de administração pública	918 000	342 857	37,35%	100	0	0,00%	918 100	342 857	37,34%
Segurança e ordem públicas	14 000	12 908	92,20%	157 600	143 266	90,90%	171 600	156 174	91,01%
Funções Sociais	1 935 000	1 142 311	59,03%	1 293 000	1 143 735	88,46%	3 228 000	2 286 046	70,82%
Educação	32 500	1 054	3,24%	164 700	128 994	78,32%	197 200	130 048	65,95%
Saúde	500	0	0,00%	0	0	0,00%	500	0	0,00%
Segurança e acção sociais	0	0	--	563 300	554 000	98,35%	563 300	554 000	98,35%
Habituação e serviços colectivos	1 659 500	1 019 715	61,45%	126 500	108 468	85,75%	1 786 000	1 128 183	63,17%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	242 500	121 542	50,12%	438 500	352 273	80,34%	681 000	473 815	69,58%
Funções Económicas	2 672 900	1 671 890	62,55%	228 300	137 743	60,33%	2 901 200	1 809 634	62,38%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1 500	0	0,00%	2 000	0	0,00%	3 500	0	0,00%
Indústria e energia	167 700	110 685	66,00%	160 100	104 816	65,47%	327 800	215 501	65,74%
Transportes e comunicações	1 090 500	948 330	86,96%	8 500	8 000	94,12%	1 099 000	956 330	87,02%
Comércio e turismo	1 413 200	612 875	43,37%	27 700	24 927	89,99%	1 440 900	637 802	44,26%
Outras funções económicas	0	0	--	30 000	0	0,00%	30 000	0	0,00%
Total das GOP's	5 539 900	3 169 966	57,22%	1 679 000	1 424 744	84,86%	7 218 900	4 594 710	63,65%

Valores em euros

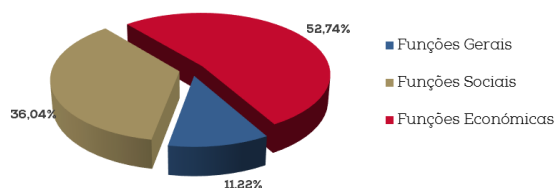
Através da análise do quadro supra, e relativamente às Grandes Opções do Plano (PPI+PAM), conclui-se que as funções sociais são as que apresentam uma taxa de execução mais elevada, com cerca de 71%. Já no que concerne às funções económicas, estas atingem os 62,38% de execução. As funções gerais apresentam uma taxa de execução de 45,80%.

Assim, verifica-se que os resultados obtidos são coerentes com os vetores estratégicos de desenvolvimento sustentável do Concelho, delineados pelo Executivo Municipal para o quadriénio 2014-2017.

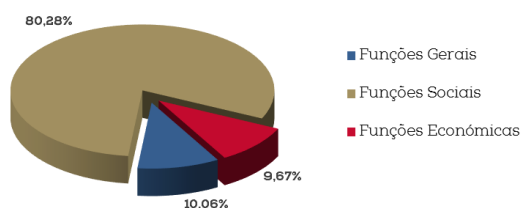
Os gráficos que seguem demonstram a distribuição das despesas associadas à Grandes Opções do Plano, no ano de 2014, distribuídas pelo PPI e PAM, de acordo com classificação funcional.

Pode-se constatar que ao nível do PPI as despesas são na sua grande maioria canalizadas para as funções económicas (52,74%). Das despesas associadas ao PAM, no valor total de 1.424.744€, 80,28% são direcionadas para as funções sociais.

Repartição funcional do PPI - 2014



Repartição funcional do PAM - 2014



O quadro que se segue, apresenta a desagregação das despesas associadas à Grandes Opções do Plano (valores executados) pelas diversas funções. Neste contexto pode-se salientar o seguinte:

As funções sociais representam 44,19% das despesas, absorvendo a maior parte do investimento, 2.286.046€, o qual foi essencialmente direcionado para habitação e serviços coletivos (49,35%).

As funções económicas absorveram 39,39% com um valor executado de 1.809.634€, sendo canalizada a maior fatia para a manutenção da rede viária (52,85%).

As funções gerais representam 10,86% das Grandes Opções do Plano repartidas pelas diversas áreas de intervenção.



Quadro 31: Desagregação execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2014

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog.	% em relação ao total das GOP'S
1	Funções gerais	499 030	100,00%	10,86%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	342 857	68,70%	7,46%
1.1.1	Administração geral	342 857	68,70%	7,46%
1.1.1.1	Edifícios	222 744	44,64%	4,85%
1.1.1.2	Material de transporte	0	0,00%	0,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	120 112	24,07%	2,61%
1.2.0	Segurança e ordem pública	156 174	31,30%	3,40%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	156 174	31,30%	3,40%
1.2.1.1	Bombeiros	143 266	28,71%	3,12%
1.2.1.2	Segurança pública	12 908	2,59%	0,28%
2	Funções sociais	2 286 046	100,00%	49,75%
2.1.0	Educação	130 048	5,69%	2,83%
2.1.1	Ensino não superior	19 992	0,87%	0,44%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	490	0,02%	0,01%
2.1.1.2	Ensino Básico	19 502	0,85%	0,42%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	110 056	4,81%	2,40%
2.2.0	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços individuais de saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.0	Segurança e acção sociais	554 000	24,23%	12,06%
2.3.2	Ação social	554 000	24,23%	12,06%
2.4.0	Habituação e serviços colectivos	1 128 183	49,35%	24,55%
2.4.1	Habituação	129 390	5,66%	2,82%
2.4.2	Ordenamento do Território	516 253	22,58%	11,24%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	91 730	4,01%	2,00%
2.4.2.2	Urbanização	424 524	18,57%	9,24%
2.4.3	Saneamento	271 166	11,86%	5,90%
2.4.4	Abastecimento de água	137 411	6,01%	2,99%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	73 962	3,24%	1,61%
2.4.6.1	Higiene pública	25 718	1,12%	0,56%
2.4.6.2	Cemitérios	36 091	1,58%	0,79%
2.4.6.3	Meio Ambiente	12 154	0,53%	0,26%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	473 815	20,73%	10,31%
2.5.1	Cultura	160 039	7,00%	3,48%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	313 776	13,73%	6,83%
3	Funções económicas	1 809 634	100,00%	39,39%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e f	0	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	215 501	11,91%	4,69%
3.2.1	Iluminação pública	57 639	3,19%	1,25%
3.2.2	Energia	53 046	2,93%	1,15%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	104 816	5,79%	2,28%
3.3.0	Transportes e Comunicações	956 330	52,85%	20,81%
3.3.1	Transportes rodoviários	956 330	52,85%	20,81%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	956 330	52,85%	20,81%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	0	0,00%	0,00%
3.4.0	Comércio e turismo	637 802	35,24%	13,88%
3.4.1	Mercados e feiras	530 403	29,31%	11,54%
3.4.2	Turismo	107 399	5,93%	2,34%
3.5.0	Outras funções económicas	0	0,00%	0,00%
TOTAL		4 594 710	100,00%	100,00%

Valores em euros

Rácios e Indicadores Orçamentais

De seguida apresenta-se um conjunto de rácios, reportando-se a uma análise comparativa aos últimos três anos e que podem validar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

Quadro 32: Rácios de Estrutura e Financeiros

Rácios		2012	2013	2014
Estrutura da Receita	Impostos diretos / Receitas correntes	20,8%	21,1%	20,8%
	Venda de Bens e Serviços / Receitas correntes	23,3%	21,7%	20,5%
	Receitas correntes / Receitas totais	69,1%	73,0%	90,5%
	Receitas de capital / Receitas totais	35,3%	27,0%	9,1%
Estrutura da Despesa	Despesas c/ pessoal / Despesas correntes	31,1%	33,7%	33,7%
	Aq. de bens e serviços / Despesas correntes	60,7%	56,8%	57,7%
	Investimentos / Despesas de capital	92,4%	94,3%	76,0%
	Passivos financeiros / Despesas de capital	3,4%	2,6%	5,7%
	Despesas correntes / Despesas totais	55,6%	55,5%	76,3%
	Despesas de capital / Despesas totais	44,4%	44,5%	23,7%
Financeiros	Despesas c/ pessoal / Receitas correntes	26,7%	25,2%	24,5%
	(FEF + FSM + PV IRS) / Despesas totais	39,4%	38,1%	50,5%
	(Amortizações + Juros) / Despesas correntes	7,4%	5,5%	8,2%
	Receitas correntes / Despesas correntes	116,3%	133,7%	137,9%
	Receitas de capital / Despesas de capital	79,3%	61,7%	44,7%

Como forma de complementar os rácios supra referidos apresentam-se alguns indicadores financeiros e de estrutura e a sua evolução no período compreendido entre 2012 e 2014.

Quadro 33: Indicadores Financeiros e de Estrutura

Indicadores		2012	2013	2014
Financeiros	Receitas Fiscais	5.898.910 €	6.962.533 €	7.072.420 €
	Imp. diretos + Imp. indiretos + Taxas, multas e outras penalidades			
	Receitas Próprias	12.638.872 €	14.660.442 €	15.133.801 €
	Receitas totais - Transferências - passivos financeiros			
Estruturais	Independência Financeira	36,8%	40,6%	50,0%
	Receitas próprias / Receitas totais			
	Poupança Corrente	1,16	1,34	1,38
	Receitas correntes / Despesas correntes			
Estruturais	Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital	3.111.915 €	6.645.185 €	7.532.888 €
	Receitas correntes - Despesas correntes			
	% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes	31,1%	33,7%	33,7%
	Despesas c/ pessoal / Despesas correntes			
Estruturais	% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais	17,3%	18,7%	25,8%
	Despesas c/ pessoal / Despesas totais			

No cenário orçamental e de acordo com o já evidenciado, o orçamento municipal da despesa, no ano de 2014, reflete uma diminuição global no valor de 9.478.883€. Esta diminuição conjugado com a predominância da componente corrente, tanto ao nível das receitas como nas despesas, conduz a uma realidade diferente dos períodos anteriores.

Assim, da leitura dos rácios e indicadores apresentados conclui-se que:

- O peso das receitas e despesas correntes na estrutura orçamental, aumentou significativamente em relação aos anos anteriores;
- A importância das transferências do Orçamento de Estado aumentaram a sua predominância;
- O grau de independência financeira, é aferido pelo rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando que existe independência financeira nos casos em que o mesmo representa, pelo mesmo 50%, situação que se evidencia no ano de 2014.

Endividamento Municipal

Entre outros pressupostos, o endividamento municipal deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência na prossecução dos seguintes objetivos definidos no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI): minimização de custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo; garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; prevenção de excessiva concentração temporal de amortização e não exposição a riscos excessivos.

Por necessidade de clarificação do conceito de endividamento, e numa ótica de comparabilidade de dados, surge a necessidade de, neste ponto, nos debruçarmos, com base na nota explicativa emitida pelo Grupo SATAPOCAL, sobre o Fundo de Apoio Municipal (FAM), acontecimento que originou uma alteração significativa na composição do passivo do Município.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) tendo, ainda, regulamentado o FAM. O RJRFM tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (artigo 17.º, n.º 1, do RJRFM). De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 19.º, a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro.

Ao nível da contabilidade patrimonial, na sequência da comunicação entretanto efetuada pela DGAL, o valor a subscrever para o FAM, no caso do Município de Bragança, ascende a 1.506.185,25€ sendo 215.169,00€ a pagar em 2015 o restante, 1.291.016,25€, até ao ano de 2021, tendo o Município que reconhecer, de imediato (ou seja, ainda em 2014), no passivo, o montante total.

De referir que o Orçamento de Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total, previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, alertamos que a análise do agregado inclui os valores mencionados.

Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazos

Quadro 34: Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2012-2014

Dívidas a terceiros	2012	2013	2014	Evolução no período	
				2012-2013	2013-2014
Médio e Longo prazos	7 252 782,75	5 872 918,48	6 691 860,02	-19,03%	13,94%
Instituições Financeiras	7 010 927,34	5 695 957,46	5 292 062,42	-18,76%	-7,09%
Fornecedores de Imobilizado c/c	241 855,41	176 961,02	108 781,35	-26,83%	-38,53%
Outros Credores	0,00	0,00	1 291 016,25	-	-
Curto prazo	5 064 554,14	5 863 290,38	3 815 567,79	15,77%	-34,92%
Instituições Financeiras	0,00	858 851,15	1 022 491,24	0,00%	100,00%
Fornecedores c/c	1 539 012,44	398 960,42	457 695,27	-74,08%	14,72%
Fornecedores - faturas em receção e conferência	680 071,38	2 690 855,78	662 471,33	295,67%	-75,38%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	13 103,28	-	-
Fornecedores de imobilizado c/c	1 466 128,23	494 374,95	109 293,20	-66,28%	-77,89%
Estado e outros entes públicos	128 988,52	180 442,45	192 525,94	39,89%	6,70%
Administração Autárquica	3 632,75	8 980,00	0,00	147,20%	-100,00%
Outros credores	6 910,89	13 276,65	241 345,47	92,11%	1717,82%
Credores de Cauções	1 239 809,93	1 217 548,98	1 116 642,06	-1,80%	-8,29%
TOTAL	12 317 336,89	11 736 208,86	10 507 427,81	-4,72%	-10,47%

Valores em euros

No cômputo geral a dívida total do município reduziu, relativamente ao ano de 2013, em 10,47%, em valores nominais esse montante ascende a 1.228.781,05€. Sem o efeito do FAM, esta redução seria de 23,30%, ou seja, 2.734.966,30€

No âmbito deste quadro, a metodologia adotada para o ano de 2014 passou a desagregar, relativamente às instituições financeiras, por um lado, a componente da dívida a pagar no médio e longo a curto prazo, e por outro lado a componente a pagar no curto prazo. Por questões de comparabilidade foi igualmente efetuada a sua desagregação para o ano de 2013.

A componente de dívidas a terceiros, originária de médio e longo prazos reflete, no ano de 2014, um aumento de 13,94%, relativamente ao ano anterior. Estão incluídas neste agregado a dívida às instituições financeiras no valor de 5.292.062,42€, as dívidas a fornecedores de imobilizado exigíveis a mais de um ano, no valor de 108.781,35€ - que se referem à permuta de edifícios adquiridos à Direção-Geral do Património - e, em outros credores, o valor do FAM a pagar entre 2016 e 2021, no valor de 1.291.016,25€.

Integram as dívidas a terceiros de curto prazo, por ordem de maior relevância na sua estrutura, os credores de cauções, as instituições financeiras (valor a pagar dos empréstimos de médio e longo prazo), os fornecedores com faturas em receção

conferência e os fornecedores conta corrente. Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à Autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização, para restituição das cauções, em qualquer momento.

No ano de 2014, a dívida de curto prazo da empresa ATMAD, S.A, afeta à rubrica de faturação em receção e conferência (1.628.558,24 euros), transitada de 2013, foi provisionada na sua totalidade, razão pela qual esta conta apresenta um decréscimo significativo comparativamente ao ano anterior.

De salientar que o Município, segundo decorre do cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) considerou, no ano de 2014, a faturação que julga indevida e que se encontra impugnada judicialmente, no valor de 3.104.727,30€, totalmente provisionada.

Desde 28 de fevereiro de 2009 que esta Autarquia tem vindo a reclamar junto da ATMAD, S.A. a emissão de notas de crédito que anulem parte da faturação que, em nosso entender, é indevida e que abusivamente nos tem sido debitada. Sobre esta matéria têm sido apresentados, pela empresa, processos de injunção junto das entidades competentes.

Pelo Município de Bragança foram instauradas ações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, contra a ATMAD, SA. relativamente à faturação que considera indevida.

Face ao anteriormente exposto e até trânsito em julgado, ou seja, até decisão judicial, não reconhecemos em dívida a faturação que consideramos indevida porque, em primeiro lugar não respeita o Acordo de Repartição de Custos para Recolha e Tratamento de Águas Residuais Domésticas dos Subsistemas de Águas Residuais de Bragança e Izeda, assinado em 27 de junho de 2007 e, em segundo lugar, porque desde 2011 a faturação não respeita os valores corrigidos para a tarifa de saneamento (0,53€/m³) e para a tarifa de água (0,48€/m³), conforme proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o Fundo de Equilíbrio Tarifário aplicada ao ano zero - reconhecida pela Águas de Portugal e pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, bem como, por não considerar como referência de cálculo,

para efeitos de faturação, os caudais afluentes e os caudais máximos diários que cada uma das ETAR tem capacidade de tratar.

Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, não fixa limites de endividamento, estabelecendo, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, não podendo ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De igual modo, a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do artigo 97.º que “em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei 73/2013, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013”.

Assim, a dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º.

O limite da dívida total para o ano de 2014 foi apurado da seguinte forma:

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida	Limite dívida total 2014
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3	(1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº 73/2013)
23 640 372	22 151 021	26 298 995	72 089 988	24 029 996	36 044 994,23

Valores em euros

Comunica a DGAL, em ofício circular, que a dívida total de operações orçamentais no período “n” corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do município no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazo acrescidas das dívidas a terceiros de curto prazo), deduzidas das dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n”, que incluem, para além das cauções em posse do município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria.

Quadro 35: Dívida Total da Autarquia a 31 dezembro 2014

Dívida Total							
Limite	Total da dívida a terceiros (com exclusão do FAM)	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
36 044 994,23	01/01/2014						
	11 736 208,86	1 104 144,94	12 840 353,80	11 523 290,74		24 521 703,49	4 904 340,70
	31/12/2014						
	9 001 242,56	365 182,23	9 366 424,79	8 157 917,82		27 887 076,41	5 577 415,28
Variação da Dívida %							-29,20%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							8 269 713,62
Valores em euros							

Valores em euros

Igualmente as entidades participadas pelo município relevarão, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 (as empresas locais e participadas apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas) para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia, de forma análoga ao previsto para os municípios.

Em tempo útil de elaboração do presente relatório só existe informação sobre o contributo para a dívida municipal da Associação para o Desenvolvimento Brigantia Ecopark, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.

Pela análise do quadro supra conclui-se que o município cumpriu, em 2014, os limites estabelecidos por lei, bem como ainda reduziu substancialmente a sua dívida.



Análise da Situação Económica e Financeira

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna pertinente e imprescindível ter em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do setor empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

Análise da Estrutura do Balanço

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de dezembro de 2014.

O Ativo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente ou da disponibilidade pelo que reflete, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objetivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos aos exercícios de 2013 e de 2014, que deve ser complementada com as informações disponibilizadas nos anexos às demonstrações financeiras.



QUADRO 36: Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

	2013		2014		variação	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	Valor	%
ATIVO						
Ativo Fixo						
Bens de domínio Público	110.019.195,74	52,61%	107.793.574,60	48,72%	-2.225.621,14	-2,02%
Imobilizações incorpóreas	254.847,38	0,12%	262.542,80	0,12%	7.695,42	3,02%
Imobilizações corpóreas	88.670.855,81	42,40%	92.671.722,78	41,89%	4.000.866,97	4,51%
Investimentos financeiros	4.530.424,62	2,17%	3.971.601,17	1,80%	-558.823,45	-12,33%
Total do Ativo Fixo	203.475.323,55	97,29%	204.699.441,35	92,52%	1.224.117,80	0,60%
Ativo Circulante						
Existências	485.659,52	0,23%	278.363,57	0,13%	-207.295,95	-42,68%
Dívidas de Terceiros	1.843.427,15	0,88%	2.902.335,82	1,31%	1.058.908,67	57,44%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.060.996,43	0,99%	6.187.036,43	2,80%	4.126.040,00	200,20%
Total do Ativo Circulante	4.390.083,10	2,10%	9.367.735,82	4,23%	4.977.652,72	113,38%
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	1.218.027,45	0,58%	7.136.709,44	3,23%	5.918.681,99	485,92%
Custos diferidos	50.306,98	0,02%	42.137,26	0,02%	-8.169,72	-16,24%
TOTAL (Ativo)	209.133.741,08	100,00%	221.246.023,87	100,00%	12.112.282,79	5,79%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios						
Património	95.788.612,15	45,80%	97.921.730,03	44,26%	2.133.117,88	2,23%
Ajustamento de partes de capital em empresas	-635.000,00	-0,30%	-635.000,00	-0,29%	0,00	0,00%
Reservas legais	2.187.373,82	1,05%	2.297.021,23	1,04%	109.647,41	5,01%
Doações	14.678.759,87	7,02%	14.678.759,87	6,63%	0,00	0,00%
Resultados Transitados	11.522.983,05	5,51%	18.062.583,41	8,16%	6.539.600,36	56,75%
Resultados Líquido do Exercício	2.192.948,18	1,05%	2.445.598,55	1,11%	252.650,37	11,52%
Total dos Fundos Próprios	125.735.677,07	60,12%	134.770.693,09	60,91%	9.035.016,02	7,19%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	9.714.178,46	4,64%	12.604.263,70	5,70%	2.890.085,24	29,75%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	5.872.918,48	3,22%	6.691.860,02	3,02%	818.941,54	13,94%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	5.863.290,38	2,39%	3.815.567,79	1,72%	-2.047.722,59	-34,92%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	934.242,91	0,45%	1.230.749,62	0,56%	296.506,71	31,74%
Proveitos Diferidos	61.013.433,78	29,17%	62.132.889,65	28,08%	1.119.455,87	1,83%
Total do Passivo	83.398.064,01	39,88%	86.475.330,78	39,09%	3.077.266,77	3,69%
TOTAL (Fundos Próprios+Passivo)	209.133.741,08	100,00%	221.246.023,87	100,00%	12.112.282,79	5,79%

Valores em euros

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 12.112.282,79€, ou seja, 5,79% repartida pelas seguintes rubricas:

Ativo Fixo – Representando 92,52% do ativo líquido, apresenta um acréscimo em valores absolutos de 1.224.117,80€, ou seja 0,60%. A rubrica com o aumento mais acentuada foi a de Imobilizações corpóreas (que representam 41,89%) com 4.000.866,97€.

Ativo Circulante – apresenta um incremento de 4.977.652,72€, ou seja, 113,38% em relação ao ano anterior. Visto que as Existências representam um valor insignificante

na estrutura do Balanço, é a componente de Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa que mais contribuíram para esta variação com 200,20%. As dívidas de terceiros, na componente de outros devedores, são derivadas da comparticipação de projetos ao investimento, com despesa paga pela autarquia e o respetivo pedido de reembolso.

Acréscimos e Diferimentos – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os acréscimos de proveitos com uma variação positiva de 5.918.681,99€ relativamente ao ano anterior, e os custos diferidos, apresentando uma diminuição de 8.169,72€. A rubrica de acréscimos de proveitos é constituída por proveitos de 2014, cujo recebimento só se concretiza em 2015, sendo as mais significativas os impostos e venda de eletricidade e água.

Acresce referir que no ano de 2014, conforme consta em nota explicativa aos anexos, foi especializada a componente anual a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis e Participação Variável no IRS, resultando deste procedimento uma contribuição no montante de 6.192.494,70€, resultando a conta de acréscimos de proveitos que consta no Balanço do ano de 2014 não comparável com a do exercício anterior.

Aos custos diferidos estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos;

Fundos Próprios – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 7,19%, ou seja, 9.035.016,02€. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento dos Resultados Transitados que na sua globalidade contribuiu positivamente com 6.539.600,39€. Esta rubrica, componente dos Fundos Próprios, tal como foi referenciado no ponto anterior, refletiu o impacto das regularizações derivadas da imputação do recebimentos durante o ano de 2014 dos impostos diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis e Participação Variável no IRS) ao ano de 2013, com montante de 5.589.710,19 €.

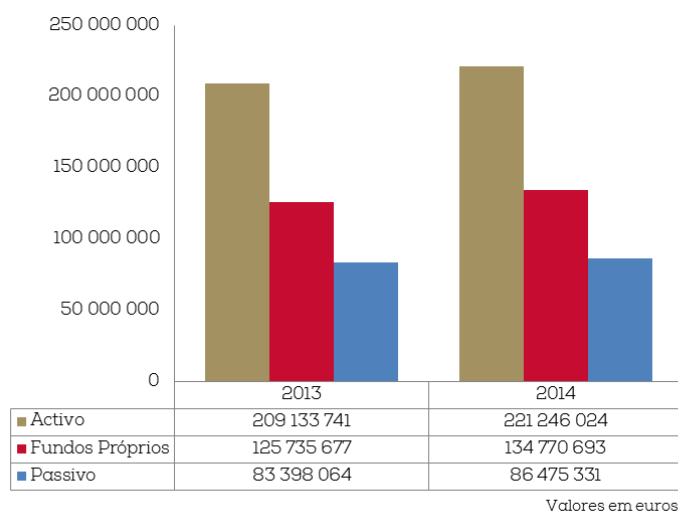
Passivo – Tendo sofrido um acréscimo de 3,69%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- no ano de 2014 foram aumentadas provisões para riscos e encargos no valor de 2.890.085,24€;

- sem prejuízo do evidenciado no quadro anterior, a componente do passivo exigível, deve ser igualmente abordada diminuindo ao ano de 2014 o impacto do Fundo de Apoio Municipal, o que evidenciaria uma diminuição do passivo exigível na ordem dos 2.734.966,30€. Sem esta exceção, a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam relativamente a 2013, uma redução de 1.228.781,05 €;
- relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 1.119.455,87€, representam globalmente 71,85% do passivo.

Numa perspetiva evolutiva, o gráfico seguinte reflete o montante global do Balanço no período 2013-2014.

Gráfico 35: Evolução do Balanço no período 2013-2014



Estrutura do Ativo

Com facilidade se depreende, o Ativo do município é composto em 92,52% por Ativo Fixo, considerado o grupo com maior relevância. No exercício em apreciação, apresenta um crescimento bruto de 8.743.689,81€ – aproximadamente 3,4% comparativamente com o ano anterior – e um crescimento líquido de 1.224.117,80€, devidamente explicitado nos Anexos às Demonstrações Financeiras – Notas ao

Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

Os Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa apresentam face ao ano de 2013 um aumento substancial de 200,20%.

No cômputo geral a dívida líquida de terceiros aumentou no período 2013-2014 57,44%, originado em parte pela transferência para o município das dívidas provenientes da dissolução da empresa Mercado Municipal de Bragança. E.M.M. Igualmente importa salientar que a dívida expressa na componente Estado e Outros Entes Públicos é originada pelo procedimento iniciado de recuperação de IVA, derivados da implementação de novos métodos associados à sua dedução.

O quadro seguinte evidencia a evolução da dívida de terceiros nos últimos três anos.

Quadro 37: Estrutura e evolução da Dívida de Terceiros no período 2012-2014

Dividas de terceiros	2012	2013	2014	Evolução no período	
				2012-2013	2013-2014
Curto Prazo					
Contribuintes c/c	0,00	0,00	92.143,23	-	-
Utentes c/c	433.866,13	509.742,12	559.257,23	17,49%	9,71%
Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	56.794,01	41.285,85	138.984,09	-27,31%	236,64%
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	397.812,79	-	-
Outros Devedores	2.536.644,92	1.292.399,18	1.714.138,48	-49,05%	32,63%
TOTAL	3.027.305,06	1.843.427,15	2.902.335,82	-39,11%	57,44%

Valores em euros

Os Gráficos seguintes espelham a composição do Ativo nos anos de 2013 e 2014.

Gráfico 36: Estrutura do ativo no ano de 2013

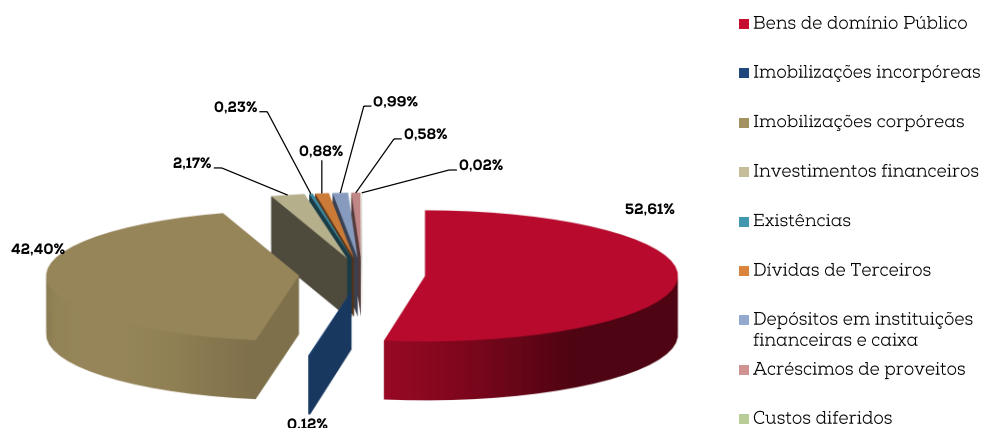
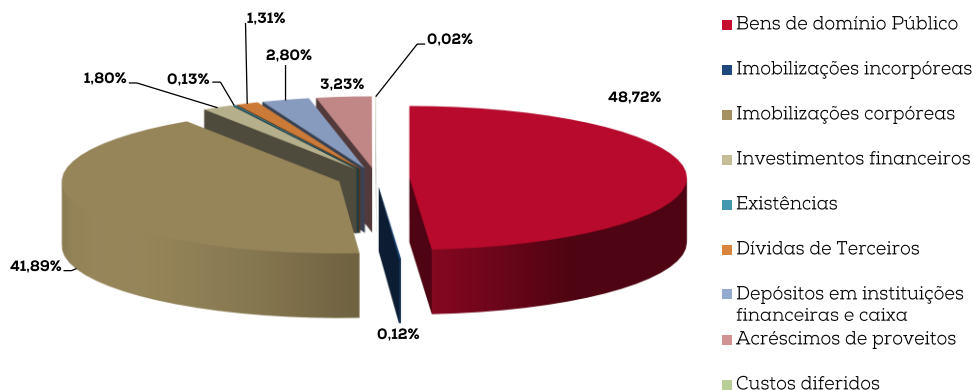


Gráfico 37: Estrutura do Ativo no ano de 2014



Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2013 a 2014. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de "acréscimos de custos", "proveitos diferidos" e "provisões para riscos e encargos" pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

Gráfico 38: Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no ano de 2013

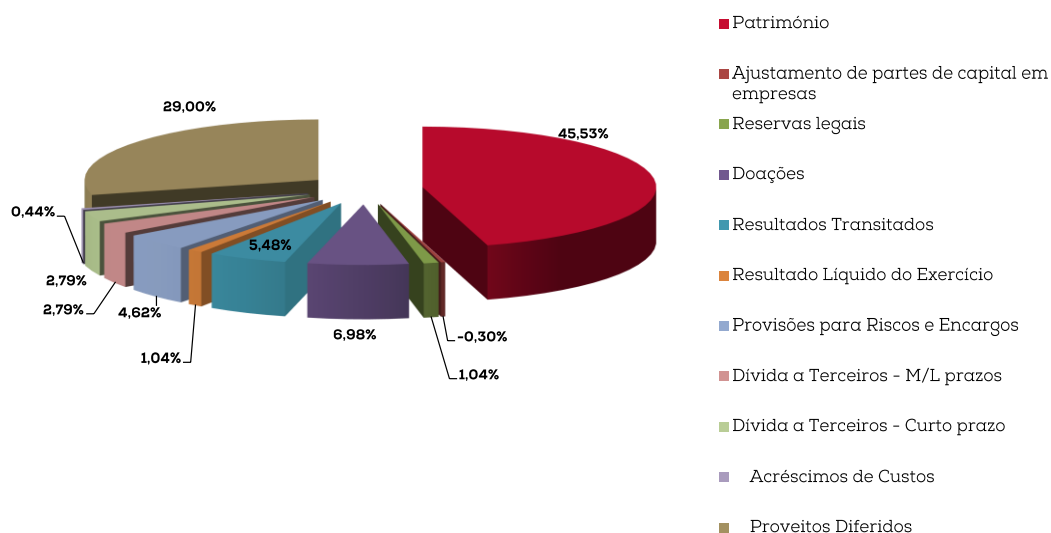
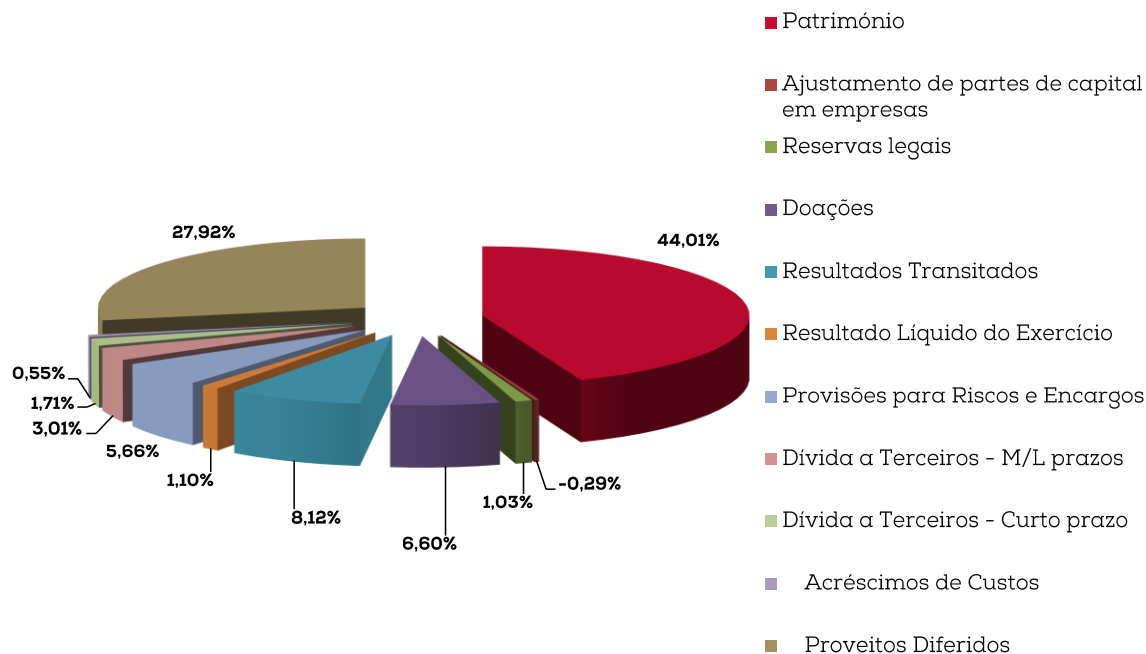


Gráfico 39: Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no ano de 2014



A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

Acréscimos e Diferimentos

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Ativo e ao nível do Passivo, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios, apresentam, para o ano de 2014, na sua constituição a seguinte estrutura:

Quadro 38: Composição dos Acréscimos e Diferimentos no ano de 2014

Acréscimos e Diferimentos		2014
ATIVO		
Acréscimos de Proveitos		7 136 709,44
Custos Diferidos		42 137,26
TOTAL		7 178 846,70
PASSIVO		
Acréscimos de Custos		1 230 749,62
Proveitos Diferidos		62 132 889,65
TOTAL		63 363 639,27

Valores em euros

Ao nível do ativo, os acréscimos e diferimentos, resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de dezembro de 2014 originando 7.136.709€ de acréscimos de proveitos e 63.363.639€ de custos que devem ser reconhecidos para o exercício de 2014.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros, no valor de 1.230.750€. De referir que deste total, 822.907,88€ são imputados a remunerações e encargos a pagar, promovendo assim a imputação ao exercício de 2014, de despesas que só serão pagas no ano de 2015.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de dezembro de 2014, o saldo de 62.132.890€ referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a ativos amortizáveis.

Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. O Município de Bragança apresenta, à data de 31 de dezembro de 2014, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 2.445.598,55€, constituído pelos seguintes resultados:

Quadro 39: Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2013-2014

Resultados		2013	2014	Variação Absoluta
Operacionais	(1)	1.842.223,45	537.956,51	-1.304.266,94
Financeiros	(2)	1.629.442,64	1.651.381,07	21.938,43
Correntes	(3) = 1+2	3.471.666,09	2.189.337,58	-1.282.328,51
Extraordinários	(4)	-1.278.717,91	256.260,97	1.534.978,88
Resultado Líquido do Exercício	(5) = 3+4	2.192.948,18	2.445.598,55	252.650,37

Valores em euros

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2014 apresenta um valor de 2.445.598,55€. Regista comparativamente a 2013 um aumento de 11,52%, em valor absoluto 252.650,37€, devendo realçar para este facto, o contributo de 1.534.978,88€ dos resultados extraordinários.

Resultados Operacionais

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, o conjunto de proveitos que integram os Proveitos Operacionais, que ascendem a 26.536.710,79€, representam 85,91% dos Proveitos totais da Autarquia (30.889.258,03€) e revelam relativamente ao ano anterior um aumento pouco significativo de 0,51%.

Estes proveitos têm a sua principal origem nas Vendas e Prestações de Serviços (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, eletricidade, transportes públicos, etc.), Impostos e Taxas (obtidos através do Imposto

Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.). As Transferências e Subsídios Obtidos (Fundos Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira), embora representem a parcela mais significativa dos proveitos operacionais, 53,26%, comparativamente a 2013 diminuíram 0,11%.

Em termos de Custos Operacionais, com um acréscimo de 1.432.772,45 €, face a 2013, representam 86,82% dos Custos totais (28.443.659,48€) suportados pela Autarquia, sendo que se destacam pelo seu peso na estrutura, os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam 40,48%, os Custos com o Pessoal, com 25,59%, e as Amortizações do Exercício, com um peso de 21,78%.

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

Quadro 40: Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais

	2013		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	5.498.364,32	20,72%	5.590.201,15	20,96%	91.836,83	1,88%
Impostos e Taxas	6.807.296,10	25,65%	6.863.638,59	25,74%	56.342,49	0,97%
Proveitos suplementares	13.019,60	0,05%	9.727,56	0,04%	-3.292,04	-11,99%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.218.030,77	53,58%	14.201.649,00	53,26%	-16.381,77	-0,11%
Outros proveitos Operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	26.536.710,79	100,00%	26.665.216,30	100,00%	128.505,51	0,51%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumi	546.327,79	2,21%	833.672,85	3,19%	287.345,06	42,30%
Fornecimentos e Serviços Externos	10.654.582,56	43,15%	10.575.332,21	40,48%	-79.250,35	-0,75%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.650.942,68	26,93%	6.687.004,31	25,59%	36.061,63	0,61%
Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações So	1.157.946,43	4,69%	984.413,80	3,77%	-173.532,63	-18,72%
Amortizações do exercício	5.558.931,76	22,51%	5.690.178,48	21,78%	131.246,72	2,19%
Provisões do exercício	55.101,14	0,22%	1.313.329,08	5,03%	1.258.227,94	241,41%
Outros Custos Operacionais	70.654,98	0,29%	43.329,06	0,17%	-27.325,92	-38,28%
TOTAL (Custos Operacionais)	24.694.487,34	100,00%	26.127.259,79	100,00%	1.432.772,45	5,81%
Resultados Operacionais	1.842.223,45		537.956,51		-1.304.266,94	

Valores em euros

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros apresentam, no ano de 2014, a importância de 1.651.381,07€, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Os Proveitos Financeiros que integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo,



rendimentos de imóveis, entre outros, atingiram os 1.833.875,80€, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros, no valor de 182.494,73€.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2014, ao valor de 256.260,97€, efeito conjugado dos Proveitos Extraordinários com 2.390.165,93€ e dos Custos Extraordinários cujo valor ascendeu a 2.133.904,96€. Esta variação comparativamente ao ano de 2013 é parcialmente justificada pela diminuição das transferências de capitais concedidas, no valor de 1.218.906,55€. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados. Acresce referir, embora já tenha sido explicitado, que o exercício de 2014 passou a desagregar relativamente às instituições financeiras, por um lado, a componente da dívida a pagar no médio e longo a curto prazos, e por outro lado a componente a pagar no curto prazo. Por questões de comparabilidade foi igualmente efetuada a sua desagregação ao ano de 2014, pelo que alguns rácios referentes ao ano de 2013 sofreram os devidos ajustamentos.

Quadro 41: Evolução e Estrutura dos Rácios

Rácios	2011	2012	2013	2014
Liquidez Geral*	109,54%	100,51%	83,24%	327,89%
Liquidez Reduzida*	101,88%	93,27%	76,10%	322,38%
Liquidez Imediata*	27,79%	24,22%	30,32%	122,60%
Prazo de Segurança de Liquidez	25,63%	23,11%	20,95%	62,27%
Endividamento	38,61%	39,39%	39,88%	39,09%
Estrutura do Endividamento*	7,81%	7,57%	8,15%	5,84%
Cobertura dos Encargos Financeiros	132,91%	46,15%	170,46%	52,82%
Autonomia Financeira	61,39%	60,61%	60,12%	60,91%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	67,88%	66,13%	64,68%	69,11%
Rendibilidade do Capital Próprio	2,01%	1,49%	1,74%	1,81%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.

- **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.
- **Cobertura dos Encargos Financeiros** – mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da atividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira da entidade face aos respetivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respetivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Sem prejuízo da análise seguinte, acresce referir que neste ponto devem ser tidos os considerandos efetuados às Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados, ponto 8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Numa perspetiva evolutiva, os rácios alcançados no ano de 2014, surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- O aumento do ativo circulante contribuiu para o aumento dos rácios de liquidez

geral, reduzida e imediata;

- Diminuição dos resultados operacionais perto de 71% contribuiu pra a diminuição da cobertura dos encargos financeiros;
- Um crescimento de 7,19% dos Fundos Próprios relativamente ao ano de 2013;
- Um crescimento de 3,69% do Passivo relativamente ao ano de 2013;
- Um aumento de 11,52% dos Resultados Líquidos relativamente ao ano de 2013;



Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço de Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2014, no montante de 2.445.598,55€, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	122.279,93€
Reforço do Património	2.323.318,62€
<i>TOTAL</i>	2.445.598,55€



Factos relevantes após o termo do exercício

Mais se informa que não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Recursos Humanos

Em 2014 o Município de Bragança prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos, aumentando a eficiência e a produtividade do serviço público a prestar aos munícipes, controlo e acompanhamento do absentismo e limitação das admissões, que resultaram no cumprimento da meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado.

A evolução dos recursos humanos do Município de Bragança, registou em 31 de dezembro de 2014, uma redução de pessoal de -3,31%, correspondendo a menos 12 postos de trabalho, comparativamente com igual período homólogo, resultando assim a possibilidade de abertura de procedimentos concursais, para ocupação de 5 postos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previstos no Mapa de Pessoal.

Estes recrutamentos revelam-se importantes para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aqueles se destinaram, bem como a evolução global dos recursos humanos no Município de Bragança.

Com o processo de dissolução, liquidação e internalização das empresas municipais, MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.M., e Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda, os trabalhadores destas empresas celebraram com o Município de Bragança, acordo de cedência de interesse público. O ano de 2014 culminou com o *términus* dos procedimentos concursais, exclusivamente destinados a quem fosse titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na pendência dos respetivos procedimentos de dissolução e de liquidação, para a ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que os trabalhadores cedidos executavam.

Não obstante a prossecução de todas as medidas de otimização, privilegiaram-se sobretudo as medidas relacionadas com a melhoria contínua, nomeadamente a



certificação de serviços, dos quais inclui entre outros, Arquivo Municipal, Recursos Humanos e Balcão Único.

Em abril de 2012 deu-se início à implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no Município de Bragança através da certificação ISO 9001:2008, culminando com a obtenção do certificado de qualidade em outubro desse ano. Em 19 de novembro de 2013 decorreu com sucesso a auditoria de acompanhamento, renovando o certificado de qualidade até dezembro de 2015.

Apesar das condições extraordinárias que ocorreram durante o ano de 2014, nomeadamente, a conclusão dos procedimentos concursais decorrentes da dissolução, liquidação e internalização das empresas municipais, foi ainda possível cumprir os procedimentos e as práticas estabelecidas.

As medidas adotadas, com reflexo em abonos variáveis ou eventuais, tiveram impacto na gestão de recursos humanos, conduzindo à redução da despesa nestas rubricas em 21,3%. No entanto as alterações legislativas decorrentes da LOE 2014 e outros diplomas legais com especial incidência em matéria de recurso humanos, tiveram impacto negativo, na gestão financeira municipal, aumentando a despesa global com os recursos humanos, em 1,18%, traduzindo-se num acréscimo de 78 mil euros, relativamente ao ano anterior.

Evolução da despesa com pessoal

O ano de 2014 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente a Lei do Orçamento do Estado para 2014 que, para além das limitações ao regime legal de recrutamento, manteve as reduções de vencimentos para valores de remunerações superiores a 675 euros e despesas de representação.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratória temporárias e as condições da sua reversão, a redução de vencimentos passou a aplicar-se a remunerações superiores a 1.500 euros, a suspensão das valorizações remuneratórias (alterações de

posicionamento remuneratório e progressões) exceto nas situações de mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercarreiras ou categorias; o subsídio de Natal continuou a ser pago, por duodécimos; a atribuição do subsídio de férias, por imposição do Tribunal Constitucional.

Quadro 42: Evolução das Despesas com o Pessoal

Despesas com o Pessoal	2012		2013		2014		variação	
	valor	Peso	valor	Peso	valor	Peso	2013-2014	
	€	%	€	%	€	%	€	%
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	4 672 015,28	78,8%	5 021 508,59	75,7%	4 932 710,82	73,5%	-88 797,77	-1,8%
TITULARES ORGÃOS SOBERANIA E MEMB. ORGÃOS AUTÁRQ.	121 627,44	2,1%	156 570,73	2,4%	144 209,48	2,1%	-12 361,25	-7,9%
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	3 643 692,18	61,4%	3 559 133,31	53,6%	3 421 900,92	51,0%	-137 232,39	-3,9%
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	17 961,21	0,3%	41 768,55	0,6%	6 638,75	0,1%	-35 129,80	-84,1%
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	35 594,25	0,6%	37 162,70	0,6%	36 830,25	0,5%	-332,45	-0,9%
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	63,90	0,0%	794,34	0,0%	743,97	0,0%	-50,37	-6,3%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	177 837,61	3,0%	191 445,18	2,9%	269 655,79	4,0%	78 210,61	40,9%
GRATIFICAÇÕES	480,36	0,0%	480,36	0,0%	480,36	0,0%	0,00	0,0%
REPRESENTAÇÃO	56 067,60	0,9%	45 369,86	0,7%	48 999,81	0,7%	3 629,95	8,0%
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	340 797,24	5,7%	342 364,33	5,2%	346 249,17	5,2%	3 884,84	1,1%
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	262 557,24	4,4%	646 419,23	9,7%	655 491,42	9,8%	9 072,19	1,4%
REMUN. POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	15 336,25	0,3%	0,00	0,0%	1 510,90	0,0%	1 510,90	100,0%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	221 391,71	3,7%	211 221,97	3,2%	166 196,55	2,5%	-45 025,42	-21,3%
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	78 817,49	1,3%	76 158,21	1,1%	77 203,16	1,1%	1 044,95	1,4%
ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	39,65	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
AJUDAS DE CUSTO	38 411,14	0,6%	19 023,84	0,3%	22 315,37	0,3%	3 291,53	17,3%
ABONO PARA FALHAS	36 644,04	0,6%	32 299,57	0,5%	27 586,97	0,4%	-4 712,60	-14,6%
SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	2 742,51	0,0%	2 563,64	0,0%	1 895,85	0,0%	-667,79	-26,0%
INDENIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	0,00	0,0%	30 266,86	0,5%	0,00	0,0%	-30 266,86	-100,0%
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	64 736,88	1,1%	50 909,85	0,8%	37 195,20	0,6%	-13 714,65	-26,9%
SEGURANÇA SOCIAL	1 036 726,57	17,5%	1 402 440,61	21,1%	1 614 778,61	24,1%	212 338,00	15,1%
ENCARGOS COM A SAÚDE	242 196,30	4,1%	362 369,27	5,5%	447 515,46	6,7%	85 146,19	23,5%
OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	42 262,06	0,7%	47 696,13	0,7%	46 752,75	0,7%	-943,38	-2,0%
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	31 253,07	0,5%	24 914,26	0,4%	23 009,82	0,3%	-1 904,44	-7,6%
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	0,00	0,0%	213,86	0,0%	842,69	0,0%	628,83	294,0%
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	658 676,81	11,1%	916 666,35	13,8%	1 046 315,40	15,6%	129 649,05	14,1%
ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	276,52	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
OUTRAS PENSOES	27 300,54	0,5%	15 562,75	0,2%	16 234,85	0,2%	672,10	4,3%
SEGUROS	34 761,27	0,6%	35 017,99	0,5%	34 107,64	0,5%	-910,35	-2,6%
Total	5 930 133,56	100,0%	6 635 171,17	100,0%	6 713 685,98	100,0%	78 514,81	1,18%

Da leitura do mapa conclui-se que a despesa, com pessoal, em 2014, registou um acréscimo de 78. 514,81 euros, face ao ano anterior. A tendência desta variação resultou exclusivamente da componente da despesa com segurança social, que registou um incremento de 212.338,00 euros, relativamente ao ano anterior. De salientar que a LOE 2014, alterou a contribuição mensal para a CGA,I.P., de 20% para 23,75%. As despesas, com remunerações certas e permanentes e com abonos variáveis e eventuais, registaram no último ano variações negativas, respetivamente de -1,8%e -21,3%.

De entre as remunerações certas e permanentes, a despesa com pessoal do quadro – regime da função pública, que absorve 51,0% da despesa com pessoal registou uma redução de 137 mil euros face a 2013. Ao contrário as despesas de pessoal em

qualquer outra situação (beneficiários de programas financiados pelo IEFPP) e com remunerações por maternidade / paternidade registaram acréscimos de, 40,9% e 100% respetivamente. Esta última despesa, associada à natalidade, vai-se refletir, também na variação da taxa de absentismo feminino.

Das despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, com redução total de 21,3%, a generalidade das rubricas tiveram um forte decréscimo relativamente a 2013, salientando-se as diminuições de 100% nas indemnizações por cessação de funções, de 26,9% em outros suplementos e prémios, de 26,0% no subsídio de trabalho noturno, de 14,6% em abono para falhas, fundamentado na racionalização dos recursos humanos.

No que respeita ao subagrupamento segurança social, registou-se um aumento global de 15,1%, sendo nos encargos com a saúde de 23,5% e com as contribuições para a Segurança Social de 14,1%, neste caso por força da imposição legislativa do pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos. A redução mais significativa verifica-se na rubrica subsídio familiar a crianças e jovens, com uma variação negativa de 7,6%.

Recrutamento de novos colaboradores

O Orçamento de Estado continuou a impor uma redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo em 2%, (-7 trabalhadores) face ao existente em 31 de dezembro de 2013 (348 trabalhadores do Mapa de Pessoal do Município e 15 trabalhadores das empresas municipais, MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.M. e Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda) num total de 363 trabalhadores.

A concretização deste objetivo de redução de trabalhadores, prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2014, de reduzir em 7 o efetivo de trabalhadores foi materializada por este Município, com um número de saídas de trabalhadores superior àquela meta, que se situou numa redução de 12 trabalhadores, registando em 31 de dezembro de 2014, um total de 351 trabalhadores (de acordo com as regras da DGAL são excluídos os 4 membros do executivo).

Em resultado dos procedimentos concursais, decorrentes do processo de dissolução,

liquidação e internalização das empresas municipais, foram recrutados no ano em análise, um total de 10 trabalhadores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 3 afetos ao Mercado Municipal (1 técnico superior e 2 assistentes operacionais) e 7 afetos ao Matadouro Municipal (1 técnico superior e 6 assistentes operacionais), na exata medida em que estes se encontravam afetos às atividades e são necessários ao cumprimento das atividades objeto da internalização.

Os procedimentos concursais em apreço, culminaram com um défice de -5 trabalhadores recrutados, em virtude de diferentes cenários, concretamente: para o Mercado Municipal 1 posto de trabalho para assistente operacional-manutenção das instalações ficou deserto, decorrente da aposentação do único candidato e 1 posto de trabalho para assistente operacional-limpeza das instalações, não foi ocupado pelo facto do candidato não possuir o requisito habilitacional exigido; para o Matadouro Municipal 1 posto de trabalho para encarregado operacional/assistente operacional, por imposição legal (LOE 2014) o procedimento concursal foi objeto de anulação; 1 posto de trabalho para assistente operacional-abate de animais, não foi ocupado pelo facto do candidato não possuir o requisito habilitacional exigido e 1 posto de trabalho para assistente operacional-abate de animais, não foi ocupado pelo facto do candidato não aceitar a posição remuneratória, já na fase da negociação remuneratória.

Estes constrangimentos resultaram na necessidade de abertura de novos procedimentos concursais, destinados ao preenchimento de 1 posto de trabalho para assistente operacional-limpeza das instalações, destinado ao Mercado Municipal e 1 posto de trabalho para assistente operacional-abate de animais, destinado ao Matadouro Municipal. Após conclusão deste último procedimento, resultou ainda a necessidade de recurso à reserva de recrutamento, para o preenchimento de mais 1 posto de trabalho para assistente operacional-abate de animais, lugar ocupado pelo candidato posicionado em 2.º lugar na lista de ordenação final homologada, mantendo-se assim a equipa inicial constituída por 8 assistentes operacionais necessários para a execução das atividades permanentes do serviço, nas diversas funções na linha de abate de animais, sendo pois o respetivo recrutamento de relevante interesse público.

Cumprido o objetivo da redução de pessoal, foi possível concluir os seguintes procedimentos concursais para as carreiras gerais iniciados em 2013:

- 1 Técnico Superior, área de atividade - Comunicação Social;
- 1 Assistente Operacional, área de atividade - Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;

Após a aferição do cumprimento do objetivo de redução de trabalhadores, foram desenvolvidos e concluídos, em 2014, os seguintes procedimentos concursais:

- 1 Técnico Superior, área de atividade - Relações Públicas (Mercado Municipal);
- 1 Técnico Superior, área de atividade - Engenharia de Produção Animal (Matadouro Municipal);
- 1 Técnico Superior, área de atividade - Contabilidade;
- 1 Técnico Superior, área de atividade - Biblioteca e Documentação;
- 3 Assistente Operacional, área de atividade - Limpeza das Instalações (Mercado Municipal);
- 8 Assistentes Operacionais, área de abate de animais (Matadouro Municipal);
- 1 Assistente Operacional, área de atividade - Coveiro.

Em resultado de procedimento concursal para dirigente no Arquivo Distrital de Bragança, regressou ao mapa de pessoal 1 Técnica Superior de Arquivo. Em consequência resultou a caducidade do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, da Técnica Superior de Arquivo que se encontrava a ocupar aquele lugar.

Quadro 43: Evolução das admissões de trabalhadores por relação jurídica de emprego público

Categoria	2011	2012	2013	2014
Mobilidade	0	0	0	0
CTFP por tempo indeterminado	11	6	3	17
CTFP por tempo determinado/determinável	1	0	0	0
Cedência de Interesse Público	0	0	15	0
Regresso da Comissão de Serviço	-	-	-	1
Total	12	6	18	18

Quadro 44: Evolução das admissões de trabalhadores por carreira

Resumo por Carreiras	2011	2012	2013	2014
Técnico superior	2	2	3	6
Informática	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0
Assistente Operacional	1	1	15	12
Total	3	3	18	18

Quadro 45: Saída de colaboradores

Carreira	Categoria	Motivo	Saídas
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	Aposentação	1
	Manutenção das instalações		1
	Leitor Cobrador		1
	Motorista de Pesados		1
	Electricista		1
	Cabouqueiro		1
	Jardineira		1
	Encarregado Operacional		1
	Encarregado Geral Operacional		1
	Electricista	Falecimento	1
	Auxiliar Ação Educativa		1
	Auxiliar Ação Educativa	Caducidade do CTFP a termo resolutivo certo	1
	Limpeza das instalações		3
	Abate de Animais	Cessação da cedência de interesse público	8
	Encarregado Operacional		1
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	Aposentação	1
Técnico Superior	Eng. Civil	Aposentação	1
	Biblioteca e Documentação		1
	Relações Públicas	Cessação da cedência de interesse público	1
	Eng. Produção Animal		1
	Arquivo	Caducidade do CTFP a termo resolutivo incerto	1
Total			30

Durante o ano de 2014 ocorreu a desvinculação de 30 colaboradores, 14 por cessação da cedência de interesse público, 12 por motivos de aposentação, 2 por caducidade do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo e incerto e 2 por falecimento, conforme registo do quadro supra.

A redução da rubrica remunerações certas e permanentes, pessoal do quadro – regime da função pública, fica também a dever-se à redução do número de efetivos que no final de 2014 registou 351, ou seja, -12 efetivos que em 31 de dezembro de 2013,

Pessoal em exercício de funções

O quadro seguinte representa a evolução, ao longo dos últimos quatro anos, dos colaboradores em exercício de funções até 31 de dezembro de 2014.

Quadro 46: Evolução do Pessoal em exercício de funções

	2011	2012	2013	2014
Executivo	4	4	4	4
Gabinete de apoio Pessoal	5	5	4	4
Pessoal do Mapa	355	348	355	345
Dirigente	11	11	10	10
Técnico Superior	34	33	38	40
Informática	4	4	4	4
Assistente Técnico	80	79	78	78
Assistente Operacional	221	216	220	209
Carreiras subsistentes	5	5	5	4
Pessoal em qualquer outra situação	7	6	5	3
Pessoal contratado	3	3	2	0
Pessoal eventual	0	0	0	0
Pessoal Requisitado	2	2	2	2
Pessoal em Mobilidade	0	0	0	0
Pessoal em regime de avença	2	1	1	1
Total	371	363	368	356

O total de 356 trabalhadores inclui 1 prestador de serviços em regime de avença e 4 membros do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Vereadores.

A distribuição de efetivos em exercício de funções, por género, para o ano de 2014 regista uma maior concentração de emprego masculino, conforme quadro seguinte.

Quadro 47: Efetivos segundo a relação jurídica de emprego público e género

Relação Jurídica	Comissão de Serviço	CTFP por tempo indeterminado	Requisição ou destacamento	Outras situações	Total
Homens	7	222	0	2	231
Mulheres	3	113	2	2	120
Totais	10	335	2	4	351

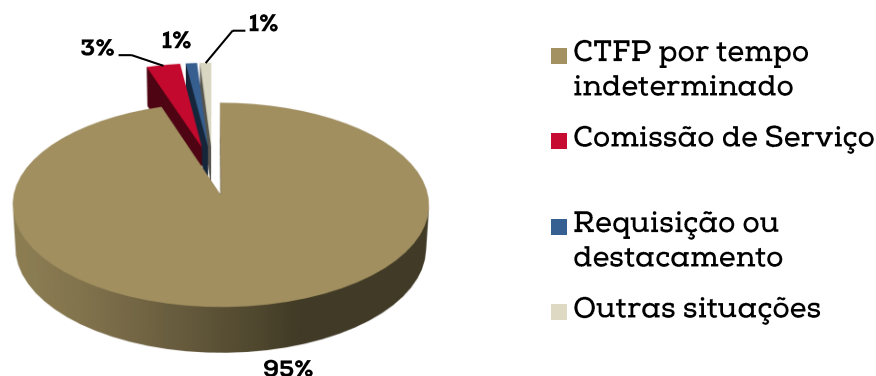
Os 10 dirigentes intermédios, 2 diretores de departamento, 6 chefes de divisão e 2 chefes de unidade, representam 2,8% do total de 351 efetivos.

No quadro anterior a designação de "Outras situações" inclui os membros do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Vereadores.

A constituição da relação de emprego público no Município de Bragança assinala com grande expressão a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com 95%, por contraposição às restantes modalidades de relação jurídica, o que demonstra uma política que aposta no recrutamento de novos trabalhadores, assente na estabilidade e segurança do emprego ao nível de efetivos deste Município.



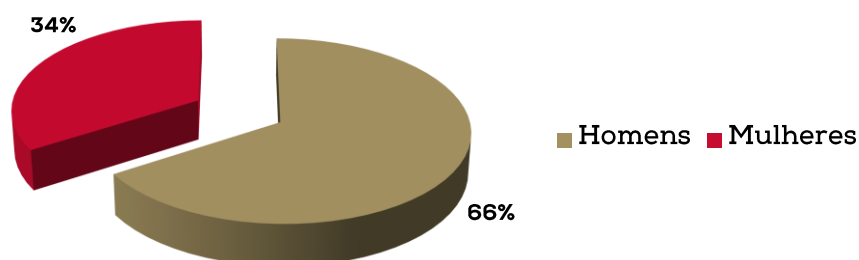
Gráfico 40: Efetivos segundo relação jurídica de emprego público, em 31 de dezembro de 2014



A taxa de atividade feminina municipal, no ano de 2014, situa-se em 34%, centrando-se sobretudo na carreira de Assistente Técnico, enquanto na tendência masculina de 66%, a concentração de emprego é na carreira de Assistente Operacional.

Da conjugação dos dados constantes nos quadros e gráficos, verifica-se que o número total de efetivos em função do sexo (Homens – 231 e Mulheres – 120) regista ainda um desnível significativo neste município.

Gráfico 41: Efetivos segundo o género, em 31 de dezembro de 2014



Absentismo

Para cálculo do absentismo referente ao ano de 2014, o número de faltas contabilizado (6.881), comparativamente com o ano de 2013 (5.708), registou um acréscimo. Neste registo estão contabilizadas todo o tipo de faltas, nomeadamente,

casamento, maternidade e paternidade, nascimento, falecimento de familiar, doença, doença prolongada, assistência à família, trabalhador-estudante, e por conta do período de férias, excepcionando as férias.

Quadro 48: Absentismo em número de dias

Categoria	2011	2012	2013	2014
Masculino	4826	4400	4968	4638
Feminino	2205	2165	740	2243
Total	7031	6565	5708	6881

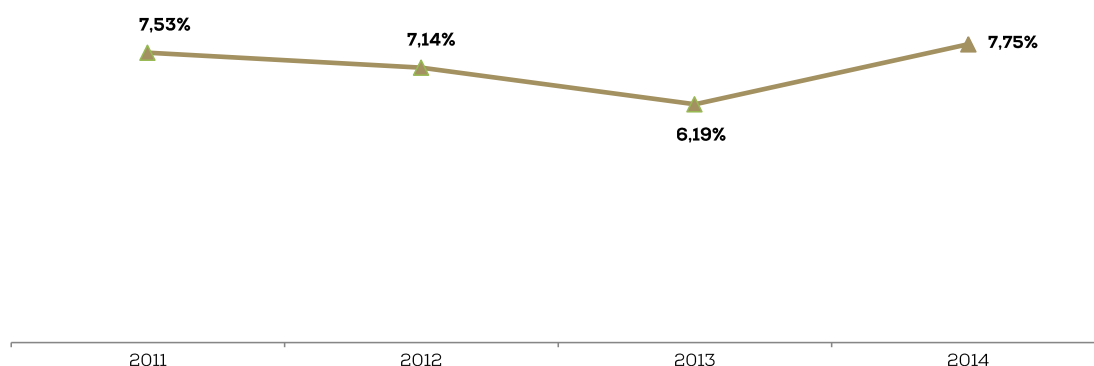
Dados reportados a 31 de dezembro

Importa especificar que o número de faltas por doença elevou-se a 3.444 dias, e destes, 1.867 dias estão associados a doença prolongada de 13 trabalhadores, o que representa 54,2% do total destas faltas. Este número resulta essencialmente da morosidade na marcação das juntas médicas (ADSE e CGA) que, em média, demoram 4/5 meses, causa mais expressiva do absentismo.

De assinalar ainda que o acréscimo de absentismo, feminino, derivou particularmente de faltas associadas à maternidade, e ao apoio a filhos menores. Por razões culturais a mulher é normalmente o primeiro apoio aos filhos menores.

Em 2014 o absentismo alcançou uma taxa de 7,75%, sendo inferior à média dos municípios do Norte do País (10%).

Gráfico 42: Evolução da taxa de absentismo, a 31 de dezembro 2014



Segurança, higiene e segurança no trabalho

Durante o ano de 2014, foram realizados 451 exames médicos:

- Exames de admissão: 10;
- Exames periódicos: 212;
- Exames ocasionais: 229, dos quais cerca de 50% foram a pedido do trabalhador.

Foram realizados exames complementares de diagnóstico em 350 sessões, com exames médicos.

Em várias situações houve ao encaminhamento de trabalhadores para consultas do médico de família e especialidades, exames complementares e análises clínicas.

Procedeu-se à avaliação de riscos nos vários locais de trabalho e medições da exposição dos trabalhadores a agentes físicos, químicos e biológicos.

Elaboraram-se procedimentos de segurança de vários equipamentos de trabalho.

Realizaram-se 25 ações de formação, neste âmbito, e sensibilização a vários grupos, no total de 223 trabalhadores:

- Equipamento de proteção individual;
- Ruído;
- Procedimentos de segurança;
- Posturas de trabalho;
- Lesões músculo-esqueléticas e
- Iluminância, vibrações e poeiras.

Realizaram-se 20 visitas a postos de trabalho.

O Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho procedeu ao acompanhamento destes serviços e à coordenação de segurança em fase de obra das empreitadas deste Município.

Formação e estágios

Em 2014 registou-se um incremento na frequência de ações de formação, cursos, seminários e colóquios, que se traduziu em 69 participações em ações de formação externa (+ 81,58% que em 2013), num total de 516 horas, associadas à despesa de 6.785 euros, dando resposta a dois grandes objetivos:

- o Proporcionar uma aprendizagem atualizada, uma formação que se pretende contínua e um complemento para as habilitações adquiridas, visando o desenvolvimento intelectual, social e profissional e facultando a aquisição de novas competências exigidas.
- o Formação especializada vocacionada para o desenvolvimento de competências específicas, sobretudo decorrentes de profundas alterações legislativas.

Quadro 49: Ações de formação e cursos

Dados reportados a 31 de dezembro

	2011	2012	2013	2014
Número de trabalhadores	15	62	38	69
Importância despendida	5.640,58 €	6.157,59 €	3.561,75 €	6.785,40 €

Quadro 50: Participação em ações de formação e cursos, por carreira

Dados reportados a 31 de dezembro de 2014

Tipo de Ação	Dirigentes	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
Participações do tipo externo	21	28	1	15	1	3	69
Nº de horas em ações externas	140	170	7	164	7	28	516

Para a realização de diversas ações de formação foram desenvolvidas parcerias com o IGAP-Instituto de Gestão e Administração Pública, que realizou as ações de formação em instalações municipais, traduzindo-se num ganho para esta Autarquia e para os trabalhadores, em tempo e diminuição de despesa.

A colaboração do Município de Bragança, sobretudo com entidades públicas de ensino, e com especial com o Instituto Politécnico de Bragança, no acolhimento a estágios curriculares e profissionais, continua a ser muito expressiva, conforme se identifica no mapa que segue.

Quadro 51: Estágios curriculares realizados no Município, 2014

ENTIDADES	Número	Áreas
Estágio Profissional Remunerado IEFP- Impulso Jovem	1	arquitetura
Escola Superior Tecnologia e Gestão de Bragança	2	contabilidade e gestão
	1	eletricidade e energia
	4	licenciatura em gestão
	2	CET- condução de obra
	2	informática e redes de computadores
	2	CET- instalações elétricas e de automatização
	4	CET- educação ambiental
Escola Superior de Educação de Bragança	1	licenciatura educação ambiental
Instituto Politécnico de Bragança	1	licenciatura de turismo
CICCOPN- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas Norte	1	topografia
Escola Profissional Prática Universal-Bragança	2	técnico de turismo
Escola Básica 2,3/S- Carrazeda de Ansiães	3	técnico de apoio à gestão desportiva
Centro Social N.º Sr.ª de Fátima- Macedo de cavaleiros	1	agricultura e pescas
Estágios não remunerados a pedido dos próprios	3	arquitetura
	1	engenharia civil
Total	31	

A abertura deste Município a jovens recém-formados proporciona-lhe uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, formatada para valorizar as suas qualificações e competências académicas e profissionais e, ao mesmo tempo, incute aos estagiários, regras, responsabilização e aprendizagem das práticas da administração local.

